

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Valores expressos em milhares de reais - R\$

1 Contexto Operacional

A Companhia Paranaense de Energia - Copel (Copel, Companhia ou Controladora), com sede na Rua Coronel Dulcídio, 800, Batel, Curitiba, Estado do Paraná, é uma sociedade anônima, de capital aberto, cujas ações são negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa dos Segmentos Especiais de Listagem da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, na bolsa de valores dos Estados Unidos da América (NYSE EURONEXT) e no Latibex - o braço latino-americano da Bolsa de Valores de Madrid. É uma sociedade de economia mista, controlada pelo Governo do Estado do Paraná.

A Copel e suas controladas (Grupo) têm como principais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel (vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME), pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a produção, transformação, transporte, distribuição e comercialização de energia, em qualquer de suas formas, principalmente a elétrica. Adicionalmente, a Copel tem participação em consórcios e em empresas privadas e de economia mista, com o objetivo de desenvolver atividades principalmente nas áreas de energia, telecomunicações, gás natural e saneamento básico.

1.1 Controladas diretas, indiretas e participações em consórcios

Percentual de participação no capital social	Copel %	Copel GeT %	Atividade principal
Controladas			
Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT)	100,00	-	geração e transmissão de energia elétrica
Copel Distribuição S.A.	100,00	-	distribuição e comercialização de energia elétrica
Copel Telecomunicações S.A.	100,00	-	serviços de telecomunicações e de comunicações
Companhia Paranaense de Gás - Compagas	51,00	-	distribuição de gás canalizado
Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A.	70,00	-	geração de energia elétrica
UEG Araucária Ltda.	20,00	60,00	geração de energia elétrica utilizando gás natural
Controladas em conjunto			
Dominó Holdings S.A.	45,00	-	participação em sociedade de saneamento básico
Cutia Empreendimentos Eólicos SPE S.A. (a)	49,90	-	geração de energia elétrica a partir de fontes eólicas
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A. (a)	-	51,00	transmissão de energia elétrica
Marumbi Transmissora de Energia S.A. (a)	-	80,00	transmissão de energia elétrica
Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A. (a)	-	20,00	transmissão de energia elétrica
Caiuá Transmissora de Energia S.A. (a)	-	49,00	transmissão de energia elétrica
Integração Maranhense Transmissora de Energia S.A. (a)	-	49,00	transmissão de energia elétrica
Matrinchã Transmissora de Energia (TP NORTE) S.A. (a)	-	49,00	transmissão de energia elétrica
Guaraciaba Transmissora de Energia (TP SUL) S.A. (a)	-	49,00	transmissão de energia elétrica
Paranaíba Transmissora de Energia S.A. (a)	-	24,50	transmissão de energia elétrica
Consórcios			
Consórcio Energético Cruzeiro do Sul	-	51,00	Exploração da Usina Hidrelétrica de Mauá
Consórcio Tapajós	-	11,11	Avaliação ambiental e estudos de aproveitamentos hidrelétricos

a) Encontram-se em fase pré-operacional.

As datas de vencimento das concessões e autorizações estão divulgadas na NEº 35.4.7.

2 Base de Preparação

2.1 Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil; e
- As demonstrações financeiras individuais da Controladora, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão dos Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas, em empreendimentos controlados em conjunto e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas em conformidade com IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora por seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e lucro líquido da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A autorização para a emissão das demonstrações financeiras ocorreu na Reunião da Diretoria realizada em 18.03.2013.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras são elaboradas com base no custo histórico, exceto para instrumentos financeiros mensurados aos valores justos por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados aos valores justos.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

De acordo com as normas IFRS e CPC, a preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

NE nº 9 - Contas a Receber Vinculadas à Concessão;

NE nº 10 - Contas a Receber Vinculadas à Prorrogação de Concessão;

NE nº 13.2 - Imposto de renda e contribuição social diferidos;

NE nº 18.1 - Contrato de concessão da Copel Distribuição; e

NE nº 34 - Contratos de Arrendamento Operacional.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas, que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

NE nº 3.11 - Avaliação do valor de recuperação dos ativos;

NE nº 3.20.1 - Receita não faturada;

NE nº 7 - Clientes (PCLD, CCEE e Receita não faturada);

NE nº 17 - Imobilizado;

NE nº 18 - Intangível;

NE nº 23 - Benefícios Pós-Emprego;

NE nº 28 - Contingências e Provisões para Litígios; e

NE nº 35 - Instrumentos Financeiros.

2.5 Reclassificação do Imposto de renda e contribuição social diferidos

No exercício de 2012, a Companhia passou a compensar os ativos e os passivos fiscais diferidos apresentando-os de forma líquida, quando há o direito legalmente executável para compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes.

Para fins de comparação, os saldos das contas Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos em 31.12.2011 estão sendo reapresentados com as compensações entre ativo e passivo, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Publicado	Reclassificado	Publicado	Reclassificado
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos				
Ativo não circulante	141.639	108.380	745.180	465.536
Passivo não circulante	33.259	-	927.910	648.266

2.6 Reclassificação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA

A Companhia revisou, no exercício, a Demonstração do Valor Adicionado. Foram destacados as receitas e os custos de construção de ativos próprios e efetuada a reclassificação de Dividendos adicionais propostos, de Remuneração do capital próprio para Lucros retidos na empresa.

Para fins de comparação, o Valor adicionado a distribuir e a Distribuição do valor adicionado referentes ao exercício de 2011 foram alterados, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	Publicado	Reclassificado
Demonstração do Valor Adicionado		
Valor adicionado a distribuir	7.033.497	7.194.290
Distribuição do valor adicionado	7.033.497	7.194.290

3 Principais Políticas Contábeis

3.1 Base de consolidação

3.1.1 Controladas e controladas em conjunto

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia, de suas controladas e controladas em conjunto.

Considera-se controlada em conjunto aquela em que nenhum acionista, vinculado a um acordo, exerce individualmente o poder de decisões financeiras e operacionais, independentemente do percentual de participação no capital votante.

As demonstrações financeiras das controladas e controladas em conjunto são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, a partir da data em que o controle ou o controle compartilhado se inicia, até a data em que deixem de existir. As controladas são consolidadas linha a linha dos ativos, passivos e resultados de forma integral e as controladas em conjunto na proporção de participação no capital social.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas e controladas em conjunto são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às da Companhia.

No processo de consolidação são eliminados os saldos das contas patrimoniais e de resultado referentes às transações entre as empresas consolidadas.

Nas demonstrações financeiras da Controladora, as participações nas controladas e nas controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

3.1.2 Investimentos em coligadas

Os resultados, ativos e passivos das coligadas são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial. Conforme este método, os investimentos em coligadas são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada. Quando a parcela de participação no prejuízo de uma coligada excede a participação da Companhia naquela coligada, a sua participação não é reconhecida em prejuízos adicionais (os prejuízos são registrados até o limite de zero). Os prejuízos adicionais serão reconhecidos somente se a Companhia incorrer em obrigações legais ou constituídas ou efetuar pagamentos em nome da coligada.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação, e que são prontamente conversíveis em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

3.3 Títulos e valores mobiliários

Estes instrumentos financeiros são classificados como disponíveis para venda, mantidos para negociação e mantidos até o vencimento. O tratamento contábil destes instrumentos financeiros está descrito no item 3.23.

3.4 Clientes

São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis e são contabilizados com base no regime de competência.

Os saldos de parcelamento de débitos de clientes são trazidos a valor presente, considerando o montante a ser descontado, as datas de realização, as datas de liquidação e a taxa de desconto.

O saldo de clientes é apresentado líquido da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD.

A PCLD é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

A PCLD dos consumidores é constituída considerando os parâmetros recomendados pela Aneel, com base nos valores a receber da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, além da experiência em relação ao histórico das perdas efetivas. Engloba os recebíveis faturados, até o encerramento do balanço.

3.5 Contas a receber vinculadas à concessão

3.5.1 Ativo financeiro - distribuição

Refere-se à indenização prevista no contrato de concessão de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e que no entendimento da Companhia assegura o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a ser pago pelo Poder Concedente. Essa indenização tem como objetivo reembolsar a Companhia pelos investimentos efetuados em infraestrutura e que não foram recuperados, por meio da tarifa, até o vencimento da concessão, por possuírem vida útil superior ao prazo da concessão.

Estes ativos financeiros, por não possuírem fluxos de caixa fixos determináveis, uma vez que a premissa da indenização terá como base o custo de reposição dos ativos da concessão, e por não possuírem as características necessárias para serem classificados nas demais categorias de ativos financeiros, são classificados como “disponíveis para venda”. Os fluxos de caixa atrelados a esses ativos são determinados considerando o valor da base tarifária denominada Base de Remuneração Regulatória - BRR, definida pelo Poder Concedente, cuja metodologia utilizada é o custo de reposição dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição vinculada à concessão. Essa base tarifária (BRR) é revisada a cada quatro anos considerando diversos fatores e tem como objetivo refletir a variação de preços dos ativos físicos, incluindo as baixas, depreciações e adições dos bens integrantes desta infraestrutura (ativo físico).

A remuneração deste ativo financeiro é baseada no Custo Médio Ponderado de Capital - WACC regulatório homologado pela Aneel no processo de revisão tarifária periódica a cada quatro anos e seu montante está incluído na composição da receita de tarifa faturada aos consumidores e recebida mensalmente.

Nos períodos intercalares entre a data da última e próxima revisão tarifária periódica, o saldo do ativo financeiro deve ser ajustado pela expectativa da Administração de aumento ou redução dos seus fluxos de caixa vinculados à atualização e movimentação dos bens integrantes da infraestrutura (ativo físico). Essas variações da estimativa de fluxo de caixa são registradas diretamente no resultado do exercício.

Por não existir um mercado ativo para negociação deste ativo financeiro, a Companhia mensura seu valor justo utilizando os mesmos componentes da taxa de remuneração regulatória estabelecida pela Aneel (WACC regulatório). Esses componentes atualizados na data do balanço determinam a nova taxa de juros utilizada pela Companhia para trazer a valor presente os fluxos de caixa estabelecidos na última revisão tarifária e previstos até a próxima revisão, em 2016. Devido à natureza deste ativo financeiro, a Companhia entende que esta metodologia é a que melhor reflete o valor justo na visão dos participantes do mercado, uma vez que a taxa de retorno estabelecida pela Aneel leva em consideração, além das taxas livres de riscos, os demais riscos inerentes ao setor. Os ajustes na variação do valor justo decorrentes da diferença entre o WACC de mercado e o WACC regulatório são reconhecidos no Patrimônio Líquido, quando aplicável.

3.5.2 Ativo financeiro - transmissão

Refere-se a créditos a receber relacionados aos contratos de concessão da atividade de transmissão e estão representados pelos seguintes valores: (i) receita de construção da infraestrutura de transmissão para sua disponibilização aos usuários e (ii) remuneração financeira garantida pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão sobre tais receitas.

A receita dos contratos de concessão de transmissão é realizada pela disponibilização da infraestrutura aos usuários do sistema, não tem risco de demanda e é, portanto, considerada receita garantida, denominada Receita Anual Permitida - RAP, a ser recebida durante o prazo da concessão. Os valores são faturados mensalmente aos usuários da infraestrutura, conforme relatório emitido pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. No vencimento da concessão, se houver saldo remanescente ainda não recebido relacionado à construção da infraestrutura, esse será recebido diretamente do Poder Concedente por ser um direito incondicional de receber caixa, conforme previsto no contrato de concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da RAP.

Esses ativos financeiros não possuem um mercado ativo, apresentam fluxos de caixa fixos e determináveis, e portanto, são classificados como “empréstimos e recebíveis”, sendo inicialmente estimados com base nos respectivos valores justos e posteriormente mensurados pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva.

3.6 Estoque (inclusive do ativo imobilizado)

Os materiais no almoxarifado classificados no ativo circulante e aqueles destinados a investimentos, classificados no ativo imobilizado, estão registrados pelo custo médio de aquisição. Os valores contabilizados não excedem seus preços estimados de venda (valor realizável), deduzidos de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

3.7 Impostos e contribuições

As receitas de vendas e de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e Imposto sobre Serviços - ISS às alíquotas vigentes, assim como à tributação pelo Programa de Integração Social - PIS e pela Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Cofins.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da Cofins são apresentados deduzindo os custos operacionais na demonstração do resultado.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do ICMS, PIS e da Cofins relacionados às aquisições para ativo imobilizado são apresentados deduzindo o custo de aquisição dos respectivos ativos.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) e às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, sendo 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$ 240 anuais, para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade, sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. Entretanto, não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Os tributos diferidos são apurados considerando as alíquotas vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e que se espera sejam aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva, para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

A Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei 11.941/09, criou o Regime Tributário de Transição - RTT, aplicável à pessoa jurídica sujeita ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ com base no Lucro Real. A adoção deste regime foi optativa para os anos de 2008 e 2009, sendo que para o ano de 2010 passou a ser obrigatória e vigorará até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos

tributários dos novos métodos e critérios contábeis, buscando a neutralidade tributária.

Este regime tem como objetivo neutralizar o potencial impacto tributário decorrente das modificações dos critérios de reconhecimento contábeis das receitas, custos e despesas introduzidas pela Lei nº 11.638/2007.

Com a adoção deste regime, as modificações dos critérios de reconhecimento das receitas, custos e despesas não geram efeitos na apuração da base de cálculo dos tributos, tanto sobre as receitas quanto sobre o lucro, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31.12.2007.

3.8 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado estão depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela Aneel, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão, limitadas ao prazo da concessão, quando após a análise jurídica se o direito de indenização sobre os ativos residuais não estiver assegurado. A vida útil estimada, os valores residuais e a depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros, durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso.

3.9 Intangível

3.9.1 Contrato de concessão - distribuição

Compreende o direito ao acesso e de exploração da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pelo operador como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com o CPC 04 - Ativos intangíveis, o ICPC 01 e o OCPC 05 - Contratos de Concessão.

O ativo intangível é determinado como sendo a parcela remanescente após a determinação do ativo financeiro (valor residual), em virtude de sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores, portanto, com risco de demanda.

É reconhecido pelo valor justo de aquisição e de construção, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização do intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Copel Distribuição, com expectativa de amortização durante o prazo da concessão.

3.9.2 Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

3.9.3 Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

3.10 Intangíveis - concessões

Os valores alocados como ativo intangível quando da aquisição de participações em companhias que detêm concessões estão sendo amortizados pelos respectivos prazos remanescentes de cada concessão (direito de concessão adquirido com vida finita).

3.11 Avaliação do valor de recuperação dos ativos

Os bens do imobilizado e intangível são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

3.12 Dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e de juros sobre capital é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Todavia, qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é registrado no passivo na data em que são aprovados e declarados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado no momento do seu registro em contas a pagar.

3.13 Benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina planos de benefícios a empregados, descritos em detalhes na NE nº 23. Os valores destes compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente, com data base que coincide com o encerramento do exercício e são registrados nos termos da deliberação CVM 600/09, do CPC 33/IAS19.

A adoção do método da unidade de crédito projetada agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, somando-se até o cálculo da obrigação final.

São utilizadas outras premissas atuariais que levam em conta tabelas biométricas e econômicas, além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da Fundação Copel, entidade que administra estes planos.

Ganhos ou perdas atuariais, motivados por alterações de premissas e/ou ajustes atuariais, são reconhecidos seguindo a regra do corredor, ou seja, os ganhos e perdas somente serão reconhecidos nos resultados na extensão que superarem 10% dos ativos do plano ou 10% do passivo de benefício a empregados projetado acumulado, dos dois, o maior.

3.14 Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Programa de Eficientização Energética - PEE

São programas de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética, para os quais as concessionárias de energia elétrica estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida, conforme Lei nº 9.991/00 e regulamentação nas Resoluções Aneel nº 300/08, 316/08 e 504/12.

3.15 Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público

Correspondem aos valores estabelecidos no contrato de concessão relacionados ao direito de exploração do potencial de energia hidráulica (concessão onerosa), cujo contrato é assinado na modalidade de Uso do Bem Público - UBP. O registro contábil é feito na data da assinatura do contrato de concessão, independentemente do cronograma de desembolsos estabelecido no contrato. O registro inicial desse passivo (obrigação) e do ativo intangível (direito de concessão) correspondem aos valores de obrigações futuras trazidos a valor presente (valor presente do fluxo de caixa dos pagamentos futuros).

Posteriormente, é atualizado pelo método da taxa de juros efetiva e reduzido pelos pagamentos contratados.

3.16 Provisão de custos socioambientais ou obrigações socioambientais

As obrigações ambientais são reconhecidas no passivo quando suas ocorrências forem prováveis e possam ser razoavelmente estimadas.

É registrada à medida que a Companhia assume obrigações formais com reguladores ou tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado ou intangível em curso. Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridos com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são registrados diretamente no resultado do exercício.

3.17 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou constituída) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração da entidade, complementados pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes. As evidências consideradas devem incluir qualquer evidência adicional fornecida por eventos subsequentes à data do balanço.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.18 Lucro por ação

O lucro ou prejuízo líquido por ação é calculado com base na média ponderada do número de ações em circulação durante o período de divulgação. Para todos os períodos apresentados, a Companhia não tem nenhum instrumento potencial equivalente a ações ordinárias que pudesse ter efeito dilutivo, desta forma, o lucro básico por ações é equivalente ao lucro por ação diluído.

Uma vez que os acionistas preferenciais e ordinários possuem direitos a dividendos, a voto e a liquidação diferentes, os lucros básicos e diluídos por ação foram calculados pelo método de "duas classes". O método de "duas classes" é uma fórmula de alocação do lucro que determina o lucro por ação preferencial e ordinária de acordo com os dividendos declarados, conforme o estatuto da Companhia e os direitos de participação sobre lucros não-distribuídos calculados de acordo com o direito a dividendos de cada classe de ações, conforme discutido na Nota 29.1.4.

Os lucros básicos e diluídos por ação são apresentados na Nota 29.1.5.

3.19 Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, ou seja, quando os produtos são entregues e os serviços efetivamente prestados, independentemente de recebimento ou pagamento.

3.20 Reconhecimento da receita

As receitas operacionais são reconhecidas quando: (i) o valor da receita é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos pela Companhia; e (iv) os riscos e benefícios tenham sido integralmente transferidos ao comprador.

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de descontos e/ou bonificações concedidos e encargos sobre vendas.

3.20.1 Receita não faturada

Corresponde ao reconhecimento da receita de fornecimento e suprimento de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica, não faturada ao consumidor, calculada em base estimada referente ao período, após a medição mensal e até o último dia do mês.

3.20.2 Prestação de serviços

A receita de um contrato para prestação de serviços é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão do contrato, que é assim determinado:

- Os honorários de instalação são reconhecidos de acordo com o estágio de conclusão dos serviços de instalação, determinados proporcionalmente entre o tempo total estimado para os serviços e o tempo decorrido até o final de cada período de relatório;
- Os honorários de serviços incluídos no preço de produtos vendidos são reconhecidos proporcionalmente ao seu custo total, considerando as tendências históricas no número de serviços realmente prestados em produtos vendidos anteriormente; e
- A receita referente a serviços com base em tempo e materiais contratados é reconhecida às taxas contratuais conforme as horas trabalhadas e quando as despesas diretas são incorridas.

3.20.3 Receita de dividendos e juros

A receita de dividendos de investimentos/instrumentos financeiros é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido.

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

3.20.4 Receita de aluguel

A política da Companhia para o reconhecimento de receita de arrendamentos operacionais está descrita na NE nº 3.25.1 Arrendamento - A Companhia como arrendadora.

3.21 Receita de construção e custo de construção

A ICPC 01/IFRIC 12 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os CPC 17/IAS 11 - Contratos de Construção e CPC 30/IAS 18, IFRIC 13 e SIC 31 - Receitas, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas de construção relativas a serviços de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de distribuição e transmissão de energia elétrica conforme estágio de execução.

Os respectivos custos são reconhecidos, quando incorridos na demonstração do resultado do exercício como custo de construção.

Considerando que a Companhia terceiriza a construção de infraestrutura de distribuição com partes não relacionadas e o grande volume de obras é realizado em curto prazo de tempo, a margem de construção para a atividade de distribuição resulta em valores não significativos, admitindo-se como valores próximos a zero.

A margem de construção adotada para a atividade transmissão referente ao exercício de 2012 e de 2011 é de 1,65%, e deriva de metodologia de cálculo que considera o risco do negócio.

3.22 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa preparada pela Administração da Companhia quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

3.23 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade da Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito a seguir:

Ativos financeiros

3.23.1 Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento

Se a Companhia e/ou suas controladas têm intenção e capacidade de manter até o vencimento seus ativos financeiros, esses são classificados como “mantidos até o vencimento”. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

3.23.2 Instrumentos financeiros disponíveis para venda

A mensuração inicial e subsequente dos instrumentos financeiros classificados como “disponível para venda” é efetuada com base no valor justo, sendo que a variação do valor justo proveniente da diferença entre a taxa de juros de mercado e a taxa de juros efetiva é registrada diretamente no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, como ajuste de avaliação patrimonial, sem transitar pelo resultado do exercício. A parcela dos juros definidos no início do contrato, calculada com base no método de juros efetivos, assim como quaisquer mudanças na expectativa de fluxo de caixa, são registradas no resultado do exercício.

No momento da liquidação de um instrumento financeiro classificado como “disponível para venda”, as perdas ou os ganhos acumulados no patrimônio líquido são reconhecidos no resultado do exercício.

3.23.3 Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia e/ou suas controladas gerenciam esses investimentos e tomam as decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia e/ou suas controladas. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

3.23.4 Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos pelo método do custo amortizado com base na taxa de juros efetiva.

Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

3.23.5 Classificação como instrumento de dívida ou de patrimônio

Instrumentos de dívida e de patrimônio emitidos por uma entidade da Companhia são classificados como passivos financeiros ou patrimônio, de acordo com a natureza do acordo contratual e as definições de passivo financeiro e instrumento de patrimônio.

3.23.6 Instrumentos de patrimônio

Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações. Os instrumentos de patrimônio emitidos pela Companhia são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado proveniente de compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia.

3.23.7 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Outros passivos financeiros”.

3.23.8 Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros são classificados “ao valor justo por meio do resultado” quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro. O valor justo é determinado conforme descrito na NE nº 35.1.

3.23.9 Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, bem como alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.23.10 Baixas de passivos financeiros

A Companhia baixa passivos financeiros somente quando suas obrigações são extintas e canceladas ou quando liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.23.11 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém fundos de investimentos que operam com instrumentos financeiros derivativos, com objetivo exclusivo de proteger a carteira desses fundos.

3.24 Segmentos operacionais

Segmentos operacionais são definidos como: atividades de negócios das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas; cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho; e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

3.25 Arrendamentos

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacionais.

3.25.1 A Companhia como arrendadora

A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento em questão.

3.25.2 A Companhia como arrendatária

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear, pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

3.26 Demonstração do Valor Adicionado - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza gerada pela Companhia, assim como sua distribuição durante determinado período. É apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

3.27 Normas novas, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações emitidas pelo IASB não estão em vigor para o exercício de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo CPC. A Companhia está analisando o impacto destas novas normas em suas demonstrações financeiras.

- IAS 19 - Benefícios a Empregados;
- IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras;
- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros;
- IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas;
- IFRS 11 - Acordos em Conjunto;
- IFRS 12 - Divulgação sobre Participações em Outras Entidades;
- IFRS 13 - Mensuração de Valor Justo;
- IAS 27 - Demonstrações Consolidadas;
- IAS 28 - Investimento em Coligada e em Controlada;
- IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação; e
- IAS 32 - Instrumentos Financeiros - Apresentação.

O efeito estimado da revisão do CPC 33/IAS 19, com a eliminação do diferimento das perdas e ganhos atuariais dos planos de pensão e saúde (método corredor), resultará no aumento do passivo atuarial em R\$ 172.807, tendo como contrapartida um aumento do ativo fiscal diferido em R\$ 58.754, e uma redução de R\$ 114.053 no patrimônio líquido da Companhia.

Quanto às demais emendas e novas normas listadas acima, a Companhia estima que suas adoções não trarão impactos significantes em suas demonstrações financeiras.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

		Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	
Caixa e bancos conta movimento	1.972	669	94.189	35.081	
Aplicações financeiras de liquidez imediata	27.492	27.088	1.388.948	1.014.044	
	29.464	27.757	1.483.137	1.049.125	

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Tais aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco), de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações foram remuneradas em média à taxa de 100,75% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 31.12.2012 e 101,0% em 31.12.2011.

5 Títulos e Valores Mobiliários

Categoria	Nível NE nº 35.2	Indexador	Consolidado	
			31.12.2012	31.12.2011
Títulos disponíveis para venda				
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	2	CDI	39.845	98.898
Operação Compromissada	2	CDI	175.792	43.233
Operação Compromissada	2	Selic	-	4.430
Operação Compromissada	1	Pré-Fixada	-	46.322
Cotas fundos de investimentos	1	CDI	86	111
Notas do Tesouro Nacional - Série F - NTN-F	1	CDI	-	31.451
Notas do Tesouro Nacional - Série B - NTN-B	1	IPCA	-	1.956
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	Selic	162.517	209.942
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	Pré-Fixada	167.917	103.520
Letras Financeiras Ligadas ao Banco do Brasil - LFB	2	CDI	13.661	19.296
Letras Financeiras Ligadas à Caixa Econômica Federal - LF Caixa	2	CDI	9.004	8.270
			568.822	567.429
Títulos para negociação				
Cotas fundos de investimentos	2	CDI	24.742	11.003
Operação Compromissada	1	Pré-Fixada	16.373	-
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	2	CDI	3.147	-
Letras Financeiras	2	CDI	12.591	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	Selic	9.526	39.039
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	Selic	48.216	-
Depósito a Prazo com Garantia Especial do FGC - DPGE	2	CDI	61.475	9.979
Ações	1	Ibovespa	93	-
Debêntures	2	CDI	3.668	-
Notas Promissórias	2	CDI	3.127	-
Renda Fixa Term 3	1	Pré-Fixada	56	-
Derivativos	1	DI Futuro BMF	-	1
			183.014	60.022
Títulos mantidos até o vencimento				
LFT		Selic	-	5.920
Cotas fundos de investimentos		CDI	-	48
LF Caixa		CDI	12.180	11.189
			12.180	17.157
			764.016	644.608
Circulante			635.501	582.019
Não circulante			128.515	62.589

Categoria	Nível	Indexador	Controladora	
			31.12.2012	31.12.2011
Títulos disponíveis para venda				
CDB	2	CDI	89	83
Cotas fundos de investimentos	1	CDI	87	82
Circulante			176	165

A Copel possui títulos e valores mobiliários que rendem taxas de juros variáveis. O prazo desses títulos varia de 1 a 48 meses a partir do final do período de relatório. Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do exercício.

Entre os principais valores aplicados, estão:

Principais valores aplicados	Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011
Fundos exclusivos da Copel Geração e Transmissão no Banco do Brasil	174.047	197.331
Fundos exclusivos da Copel Distribuição no Banco do Brasil	101.056	-
Fundos exclusivos da Copel Geração e Transmissão na Caixa Econômica Federal	91.807	189.358
Fundos exclusivos da Copel Distribuição na Caixa Econômica Federal	50.517	-
Fundos exclusivos da UEG Araucária no Banco do Brasil	78.021	-
Fundos exclusivos da UEG Araucária no BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.	104.961	60.019
Garantias para leilões da Aneel	21.427	34.011
Garantia para Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	71.234	27.553
Garantia de financiamentos para construção de Usinas Hidrelétricas - UHEs e Linhas de Transmissão - LTs	32.144	18.764
Garantia para atendimento do art. 17 da lei nº 11.428 e eventual autorização do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, pelo Consórcio Energético Cruzeiro do Sul	31.290	-

6 Cauções e Depósitos Vinculados

	Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011
Caução STN (6.1)	43.246	37.553
Caução CCEAR	34.289	-
Outros	2.523	2.668
	80.058	40.221
Circulante	36.812	2.668
Não circulante	43.246	37.553

6.1 Caução - Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Constituição de garantias, sob forma de caução em dinheiro, destinadas a amortizar os valores de principal correspondentes aos *Discount Bond* e *Par Bond*, quando da exigência de tais pagamentos, em 11.04.2024 (NE 21.1). Os valores são atualizados mediante aplicação da média ponderada das variações percentuais dos preços do Bônus de Zero Cupom do Tesouro dos Estados Unidos da América, pela participação de cada série do instrumento na composição da carteira de garantias de principal, constituídas no contexto do Plano Brasileiro de Financiamento - 1992.

7 Clientes

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total Consolidado	
				31.12.2012	31.12.2011
Consumidores					
Residencial	168.520	100.137	26.946	295.603	274.070
Industrial	100.447	44.619	21.116	166.182	142.118
Comercial	120.174	43.035	13.459	176.668	168.942
Rural	23.126	10.264	7.109	40.499	38.574
Poder público	22.769	15.741	10.954	49.464	44.729
Iluminação pública	17.510	125	143	17.778	19.497
Serviço público	17.591	16.718	179	34.488	30.905
Receita não faturada	330.326	-	-	330.326	288.095
Parcelamento de débitos	58.494	9.796	26.135	94.425	85.294
Subsídio baixa renda - Eletrobrás	4.694	-	-	4.694	31.734
Encargos moratórios sobre faturas energia	5.293	7.882	9.962	23.137	19.623
Governo do Paraná - luz fraterna	1.193	13.360	45.706	60.259	38.763
Outros créditos	5.211	3.569	9.825	18.605	21.096
	875.348	265.246	171.534	1.312.128	1.203.440
Concessionárias e permissionárias					
Suprimento de energia elétrica					
CCEAR - leilão	163.515	-	14.468	177.983	189.223
Contratos bilaterais	30.198	-	119	30.317	21.540
CCEE	2.054	-	119	2.173	15.632
Ressarcimento de geradores	-	-	1.288	1.288	1.288
	195.767	-	15.994	211.761	227.683
Encargos de uso da rede elétrica					
Rede elétrica	20.738	403	2.364	23.505	16.995
Rede básica e de conexão	23.909	360	3.748	28.017	25.833
	44.647	763	6.112	51.522	42.828
Telecomunicações	4.203	4.349	9.376	17.928	15.481
Distribuição de gás	32.375	1.375	1.017	34.767	27.305
PCLD (7.1)	-	-	(112.762)	(112.762)	(115.919)
	1.152.340	271.733	91.271	1.515.344	1.400.818
Circulante	1.126.169	271.733	91.271	1.489.173	1.368.366
Não circulante	26.171	-	-	26.171	32.452

O prazo médio de recebimentos das vendas de energia para consumidores é 12 dias e de 10 dias para as concessionárias e permissionárias de suprimento de energia elétrica.

7.1 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Administração da Companhia considerou os seguintes valores como sendo suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos a receber:

Consolidado	Saldo	Adições / (reversões)	Baixas	Saldo	Adições / (reversões)	Baixas	Saldo
	1º.01.2011			31.12.2011			31.12.2012
Consumidores, concessionárias e permissionárias							
Residencial	7.654	30.409	(9.110)	28.953	27.123	(16.847)	39.229
Industrial	40.761	(4.206)	(11.392)	25.163	8.568	(2.739)	30.992
Comercial	10.880	10.829	(2.243)	19.466	8.026	(3.480)	24.012
Rural	69	2.189	(453)	1.805	4.582	(861)	5.526
Poder público	1.453	906	-	2.359	6.957	-	9.316
Iluminação pública	155	(76)	-	79	50	-	129
Serviço público	2	39	-	41	72	-	113
Concessionárias e permissionárias	224	37.146	-	37.370	(37.146)	-	224
Telecomunicações	921	(52)	(186)	683	3.550	(1.012)	3.221
	62.119	77.184	(23.384)	115.919	21.782	(24.939)	112.762

Foi constituída PCLD em 2011, no valor de R\$ 37.146, referente a diferenças nos preços faturados na venda de energia da Usina Hidrelétrica de Mauá e revertida em 2012, conforme decisão da Administração baseada no Despacho da Aneel nº 1.611 de 17.04.2012.

8 Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná

Por meio do quarto termo aditivo, assinado em 21.01.2005, a Companhia renegociou, com o Governo do Estado do Paraná, o saldo da Conta de Resultados a Compensar - CRC, em 31.12.2004, no montante de R\$ 1.197.404, em 244 prestações recalculadas pelo sistema *price* de amortização, atualizado pela variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, e juros de 6,65% a.a., os quais são recebidos mensalmente, com vencimento da primeira parcela em 30.01.2005 e as demais com vencimentos subsequentes e consecutivos.

O Governo do Estado vem cumprindo o pagamento das parcelas renegociadas, conforme estabelecido no quarto termo aditivo. As amortizações são garantidas com recursos oriundos de dividendos.

8.1 Vencimento das parcelas de longo prazo

	Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011
2013	-	70.242
2014	80.979	74.914
2015	86.365	79.896
2016	92.109	85.209
2017	98.234	90.876
2018	104.767	96.920
2019	111.735	103.366
2020	119.166	110.240
2021	127.091	117.572
2022	135.543	125.391
2023	144.557	133.730
2024	154.171	142.624
2025	53.637	49.618
	1.308.354	1.280.598

8.2 Mutação do CRC

Saldos	Ativo circulante	Ativo não circulante	Consolidado
Em 1º.01.2011	58.816	1.282.377	1.341.193
Encargos	84.867	-	84.867
Variação monetária	1.020	63.063	64.083
Transferências	64.842	(64.842)	-
Amortizações	(143.683)	-	(143.683)
Em 31.12.2011	65.862	1.280.598	1.346.460
Encargos	85.001	-	85.001
Variação monetária	2.621	101.066	103.687
Transferências	73.310	(73.310)	-
Amortizações	(150.864)	-	(150.864)
Em 31.12.2012	75.930	1.308.354	1.384.284

9 Contas a Receber Vinculadas à Concessão

9.1 Mutações das contas a receber vinculadas à concessão

Saldos	Ativo circulante	Ativo não circulante		Consolidado
		Ativo	Obrigações especiais ⁽¹⁾	
Em 1º.01.2011	54.700	3.849.462	(1.426.117)	2.478.045
Efeito da 1ª consolidação da Costa Oeste	-	31	-	31
Capitalizações do intangível em curso	-	613.284	(93.173)	520.111
Transferências do não circulante para o circulante	222.245	(222.245)	-	-
Transferências para encargos do uso da rede - clientes	(196.319)	-	-	(196.319)
Transferências para imobilizado em serviço	-	(1.004)	-	(1.004)
Ajuste de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda	-	(7.282)	-	(7.282)
Variação monetária	-	173.402	(73.021)	100.381
Remuneração	-	330.217	-	330.217
Receita de construção	-	118.815	-	118.815
Baixas	-	(25.895)	-	(25.895)
Em 31.12.2011	80.626	4.828.785	(1.592.311)	3.317.100
Efeito da 1ª consolidação da Caiuá	-	53	-	53
Efeito da 1ª consolidação da Integração Maranhense	-	233	-	233
Efeito da 1ª consolidação da Matrinhã	-	313	-	313
Efeito da 1ª consolidação da Guaraciaba	-	169	-	169
Capitalizações do intangível em curso	-	405.521	(57.916)	347.605
Transferências do intangível em serviço - remensuração conforme Resolução 474/2012 (NE nº 18)	-	136.658	(53.245)	83.413
Transferências do não circulante para o circulante	269.961	(269.961)	-	-
Transferências para encargos do uso da rede - clientes	(225.275)	-	-	(225.275)
Transferências para contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão	(119.195)	(934.945)	-	(1.054.140)
Transferências de outros créditos	(798)	-	-	(798)
Transferências para imobilizado em serviço	-	(713)	-	(713)
Ajuste de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda	-	(13.116)	-	(13.116)
Variação monetária	-	276.041	(110.467)	165.574
Remuneração	-	396.636	-	396.636
Receita de construção	-	98.474	-	98.474
Atualização do valor justo	-	(303.084)	(98.020)	(401.104)
Baixas	-	(24.313)	-	(24.313)
Em 31.12.2012	5.319	4.596.751	(1.911.959)	2.690.111

⁽¹⁾ NE 18.6

9.2 Contas a receber vinculadas à concessão - Distribuição

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica das Companhias, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01/IFRIC 12 e SIC 29 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo: a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão, classificada como ativo financeiro, por ser direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente; e (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, nesse caso, do consumo de energia pelos consumidores (vide NE nº 18).

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição, que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível, é recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber: (a) uma parte pelo consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) outra como indenização dos bens reversíveis, no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Tal indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

Esses ativos financeiros, por não possuírem fluxos de caixa fixos determináveis, uma vez que a companhia utiliza a premissa de que o valor da indenização terá como base, o custo de reposição dos ativos da concessão, e, por não possuírem as características necessárias para serem classificados nas demais categorias de ativos financeiros, são classificados como “disponíveis para venda”. Os fluxos de caixa atrelados a esses ativos são determinados considerando o valor da base tarifária, denominada Base de Remuneração Regulatória - BRR, definida pelo Poder Concedente, cuja metodologia utilizada é o custo de reposição dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição vinculada à concessão. Essa base tarifária (BRR) é revisada a cada quatro anos considerando diversos fatores e tem como objetivo refletir a variação de preços dos ativos físicos, incluindo as baixas, depreciações e adições dos bens integrantes desta infraestrutura (ativo físico).

A remuneração deste ativo financeiro é baseada no Custo Médio Ponderado de Capital - WACC regulatório homologado pela Aneel no processo de revisão tarifária periódica a cada quatro anos e seu montante está incluído na composição da receita de tarifa faturada aos consumidores e recebida mensalmente.

Nos períodos intercalares entre a data da última e próxima revisão tarifária periódica, o saldo do ativo financeiro deve ser ajustado pela expectativa da Administração de aumento ou redução dos seus fluxos de caixa vinculados à atualização e movimentação dos bens integrantes da infraestrutura (ativo físico). Essas variações da estimativa de fluxo de caixa são registradas diretamente no resultado do exercício.

A parcela dos juros definidos no início do contrato, calculada com base no método de juros efetivos, assim como quaisquer mudanças na expectativa de fluxo de caixa, são registradas no resultado do exercício.

A variação do valor justo proveniente da diferença entre a taxa de juros de mercado e a taxa de juros efetiva é registrada diretamente no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, como ajuste de avaliação patrimonial, sem transitar pelo resultado do exercício. No momento da liquidação de um instrumento financeiro classificado como “disponível para venda”, as perdas ou os ganhos acumulados no patrimônio líquido são reconhecidos no resultado do exercício. Considerando que o atual cenário regulatório não prevê alterações na forma de remuneração, a Administração da Companhia não identificou variações entre a taxa de juros efetiva e a taxa de juros de mercado para o exercício findo em 31.12.2012.

Processo de revisão tarifária na Copel Distribuição

O processo de revisão tarifária na Copel Distribuição, teve seu início com a fiscalização da Aneel em novembro de 2011 dos investimentos realizados pela concessionária relativos ao período incremental de maio de 2008 a dezembro de 2011.

Após análise dos relatórios recebidos, a Copel identificou diversos ajustes, que no seu entendimento, seriam necessários, promovendo várias ações junto a Aneel na tentativa de conseguir, por meio das fundamentações apresentadas, com relação ao seu modelo construtivo e à condução das apropriações dos custos realizados, que a Aneel reconsiderasse sua posição inicial. Alguns desses pleitos foram acatados pela Agência e já refletidos na versão homologada pela Aneel. Entretanto, a Copel por meio de processo administrativo continua argumentando com a Aneel alguns efeitos decorrentes do processo de revisão.

No entendimento da Companhia, alguns procedimentos adotados durante o processo de revisão tarifária divergem da metodologia proposta pelo Procedimentos de Regulação Tarifária - Proret, do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, bem como, do modelo construtivo adotado pela concessionária.

Embora a Aneel não tenha manifestado seu julgamento referente ao recurso interposto pela Copel, acerca dos valores da Base de Remuneração e outros itens, foi homologada em audiência pública a nova tarifa a ser aplicada a partir de 24.06.2012.

No entendimento da Administração da Copel, apesar da Aneel instituir nova BRR, restam ainda processos administrativos não conclusos e que estão sendo administrados junto ao Órgão Regulador.

Diante desse cenário a Administração da Companhia avaliou os efeitos decorrentes do processo de revisão tarifária, registrando no 2º trimestre a baixa de R\$ 152.416 referentes às atualizações estimadas e não realizadas dos fluxos de caixa deste ativo, que líquido de efeitos tributários totaliza R\$ 100.595. Esse valor adicionado aos efeitos das mudanças das taxas de depreciação vigentes, a partir de 1º.01.2012, e registrados no 1º trimestre, na ordem de R\$ 42.569 (R\$ 28.095 líquidos de tributos) totaliza uma baixa de R\$ 194.985 reconhecida no resultado no 1º semestre (R\$ 128.690 líquidos de tributos).

Conforme definido nos Procedimentos de Regulação Tarifaria – Proret, em agosto de 2012, a Companhia realizou nos sistemas de informação a carga individualizada da reavaliação regulatória dos ativos e de obrigações especiais, resultantes dos efeitos do processo do 3º ciclo de revisão tarifária periódica. Ao realizar a individualização dos valores por ativo, identificou-se a necessidade de ajuste no saldo da conta de obrigações especiais vinculadas a concessão, bem como o reconhecimento dos juros correspondentes a tal ajuste, no montante de R\$ 51.006.

Os efeitos da decisão homologada pela Aneel em 19.06.2012, por meio da Resolução Homologatória nº 1.296, em sua base de remuneração regulatória, ainda sujeitos a recursos administrativos, interpostos antes e depois da homologação acima, foram revistos pela Companhia, em razão do histórico das homologações realizadas pelo Agente Regulador, referente ao 3º ciclo de revisão tarifária, bem como a política adotada pelo Poder Concedente, pela Lei 12.783 de 11.01.2013 (MP 579). Adicionalmente, não se confirmou a expectativa de antecipação de renovação da concessão conforme entendimentos preliminares quando da publicação da MP 579/2012. Diante desse contexto, em 31.12.2012, a Administração da Companhia reavaliou sua estimativa de mensuração do ativo financeiro em eventual recebimento do valor dos investimentos dos bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados quando do término do contrato de concessão, apontando a necessidade de reduzir no saldo desse ativo o montante de R\$ 155.111, que líquido dos efeitos tributários perfazem R\$ 102.373.

O resultado da revisão da Copel Distribuição está detalhada na Nota Técnica 173/2012, disponível no *site* da Aneel.

9.3 Compromissos relativos às concessões de transmissão

9.3.1 LT 500 kV Araraquara 2 - Taubaté

Linha de transmissão arrematada no Leilão Aneel nº 001/10, em 10.06.2010

Os compromissos assumidos com fornecedores de equipamentos e serviços referentes à LT 500 kV Araraquara 2 - Taubaté montam em R\$ 281.963 em 31.12.2012.

9.3.2 Subestação Cerquilho III 230 kV

Subestação em 230/138kV (300MVA) arrematada no Leilão Aneel nº 001/10, em 10.06.2010.

Os compromissos assumidos com fornecedores de equipamentos e serviços referentes à Subestação Cerquilho III montam em R\$ 43.775 em 31.12.2012.

Em função do atraso na obtenção da licença de instalação os prazos de entrada em operação da LT Araraquara 2 - Taubaté foram estendidos em 18 meses e da Subestação Cerquilho III em 12 meses.

10 Contas a Receber Vinculadas à Prorrogação da Concessão

Em 12.09.2012, foi publicada a Medida Provisória 579 (MP 579), que dispõe sobre a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, alcançadas pela Lei nº 9.074/95.

Em 17.09.2012 foi publicado o Decreto 7.805 que regulamenta a MP 579. De acordo com a MP 579, as Companhias que possuem contratos de concessões de geração, transmissão e distribuição de energia, vincendas entre 2015 e 2017, têm a opção de prorrogar os prazos de concessão, a critério do Poder Concedente, uma única vez pelo prazo de até 30 anos, desde que aceitem ter o vencimento antecipado de seus atuais contratos para dezembro de 2012. A mencionada prorrogação está vinculada à aceitação de determinadas condições estabelecidas pelo Poder Concedente, tais como: i) receita fixada conforme critérios estabelecidos pela Aneel; ii) submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela Aneel; e, iii) concordância com os valores estabelecidos como indenização dos ativos vinculados à concessão.

Em 1º.11.2012, por meio das Portarias 578 e 579 e Portaria Interministerial 580, o Ministério de Minas e Energia informou os valores das novas Receitas Anuais Permitidas - RAP, aplicáveis a partir de 1º.01.2013 para os contratos de transmissão, descritas na nota técnica 383/12 - SRE/ANEEL, assim como informou o valor da indenização que a Companhia faz jus no Contrato de Concessão de Transmissão nº 060, no montante de R\$ 893.923, considerando apenas os ativos que entraram em operação após maio de 2000, conforme Nota Técnica 396/2012 - SRE/ANEEL.

Em 02.12.2012, a Companhia assinou termo aditivo do contrato em questão. A remuneração dos ativos homologada, para os ativos em operação após maio de 2000, será recebida em 30 parcelas mensais calculadas pelo Sistema de Amortização Constante (SAC), atualizada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA remunerada pelo Custo Médio Ponderado de Capital - WACC de 5,59% real ao ano, sendo a primeira parcela recebida em janeiro de 2013. Após negociação entre as empresas do setor e o Poder Concedente, este retificou o tratamento a ser dado aos ativos existentes em 31.05.2000, com a publicação em 30.11.2012 da MP 591/12, reconsiderando o direito de indenização dos ativos para os quais ainda não houve definição do valor a ser indenizado. O Congresso Nacional publicou no Diário Oficial da União em 04.03.2013 a prorrogação por mais 60 dias da MP 591, que altera a MP 579. Com a promulgação da Lei nº 12.783 em 11 de janeiro de 2013, ocorreu a conversão das MP 579 em lei. A MP 591 continua em trâmite no Congresso.

(a) o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, utilizará como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do Poder Concedente;

(b) fica o Poder Concedente autorizado a pagar, na forma de regulamento, para as concessionárias que optarem pela prorrogação prevista nesta Lei, nas concessões de transmissão de energia elétrica alcançadas pelo § 5º do art. 17 da Lei nº 9.074/95, o valor relativo aos ativos considerados não depreciados, existentes em 31.05.2000, registrados pela concessionária e reconhecidos pela Aneel; e

(c) o valor da indenização será atualizado até a data de seu efetivo pagamento à concessionária pelo prazo de 30 anos, conforme regulamento.

A Aneel por meio do Ofício Circular 18/2012 - SRE/ANEEL, complementado pelo Ofício Circular 01/2013 - SRE/ANEEL, solicitou às concessionárias de transmissão a relação dos ativos não indenizados e, em 31.01.2013, a Companhia informou a relação destes ativos.

A Administração da Companhia avaliou estes ativos, utilizando a metodologia do valor novo de reposição, com base no banco de preço regulatório, homologado pela Resolução Homologatória nº 758/2009. Apesar do Poder Concedente ainda não ter divulgado o regulamento sobre a forma do pagamento da remuneração dos ativos e de existirem incertezas quanto à homologação dos investimentos realizados, a expectativa da Administração sobre a indenização tais ativos indica a recuperabilidade dos saldos registrados em 31.12.2012. Portanto, em função da necessidade de homologação dos investimentos feitos e da falta de regulamentação do critério de remuneração do ativo financeiro o saldo em 31.12.2012 de R\$ 160.217 poderá ser modificado em função da resolução do mencionado assunto.

O processo de prorrogação da concessão de transmissão não gerou efeito relevante sobre o exercício findo em 31.12.2012.

O valor da expectativa da remuneração dos ativos foi transferido do grupo de contas a receber vinculados à concessão (NE nº 9).

10.1 Mutação das contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão

Saldos	Ativo circulante	Ativo não circulante	Consolidado
Em 1º.01.2012	-	-	-
Transferências de contas a receber vinculadas à concessão - RBNI	-	893.923	893.923
Transferências de contas a receber vinculadas à concessão - RBSE	-	160.217	160.217
Transferências do não circulante para o circulante	352.161	(352.161)	-
Variação monetária	3.924	15.826	19.750
Em 31.12.2012	356.085	717.805	1.073.890

11 Outros Créditos

		Consolidado
	31.12.2012	31.12.2011
Ativo circulante		
Serviços em curso (11.1)	80.043	71.256
Adiantamento a empregados	29.797	11.588
Adiantamento a fornecedores	29.492	7.162
Parcerias em consórcios	25.540	29.483
Locação da planta da Usina Termelétrica de Araucária	11.894	2.730
Adiantamento para indenizações imobiliárias	8.739	3.514
Outros créditos	49.776	35.580
	235.281	161.313
Ativo não circulante		
Adiantamento a fornecedores	12.279	11.982
Serviços em curso (11.1)	8.471	-
Outros créditos	1.978	5.051
	22.728	17.033

11.1 Serviços em curso

Referem-se aos serviços em cursos da Companhia, em sua maioria referente aos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e de Eficiência Energética, os quais, após seu término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim, conforme legislação regulatória.

12 Estoques

Consolidado	Operação / Manutenção	
	31.12.2012	31.12.2011
Copel Distribuição	84.995	69.579
Copel Geração e Transmissão	28.299	23.714
Copel Telecomunicações	10.645	9.015
Compagas	870	1.491
UEG Araucária	-	3
	124.809	103.802

13 Tributos

13.1 Imposto de renda e contribuição social

		Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	
Ativo circulante					
IR e CSLL a compensar	156.718	131.567	470.416	678.745	
IR e CSLL a compensar com o passivo	(1.215)	(1.025)	(272.238)	(451.730)	
IRRF sobre JSCP a compensar com o passivo	(5.020)	(11.634)	(5.020)	(11.634)	
	150.483	118.908	193.158	215.381	
Ativo não circulante					
IR e CSLL a recuperar	-	-	19.995	18.714	
	-	-	19.995	18.714	
Passivo circulante					
IR e CSLL a recolher	4.466	4.954	442.427	603.520	
IR e CSLL a compensar com o ativo	(1.215)	(1.025)	(272.238)	(451.730)	
	3.251	3.929	170.189	151.790	

Os valores registrados como imposto de renda e contribuição social a compensar referem-se a antecipações e créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - DIPJ, os quais são compensados com os respectivos impostos a pagar de cada empresa, conforme legislação tributária brasileira.

13.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia contabiliza imposto de renda diferido, calculado à alíquota de 15%, mais o adicional de 10%, e contribuição social diferida, calculada à alíquota de 9%.

13.2.1 Mutação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em	Reconhecidos	Reconhecidos em outros resultados abrangentes	Saldo em	Reconhecidos	Reconhecidos em outros resultados abrangentes	Saldo em
Controladora	1º.01.2011	no resultado		31.12.2011	no resultado		31.12.2012
Ativo não circulante							
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	1.170	(1.170)	-	-	-	-	-
Outras adições temporárias							
Provisões para litígios	101.477	(1.056)	-	100.421	2.359	-	102.780
PCLD	1.478	-	-	1.478	-	-	1.478
Amortização do direito de concessão	17.573	256	-	17.829	256	-	18.085
Provisão Finam	4.726	69	-	4.795	-	-	4.795
Juros sobre o capital próprio	17.966	(1.300)	-	16.666	5.043	-	21.709
Outros	367	83	-	450	(19)	-	431
	144.757	(3.118)	-	141.639	7.639	-	149.278
(-) Passivo não circulante							
Regime tributário de transição - RTT							
Efeitos da aplicação do CPC 38							
instrumentos financeiros	-	6.042	1.920	7.962	(1.314)	139	6.787
Exclusões temporárias							
Provisão para deságio	25.297	-	-	25.297	-	-	25.297
	25.297	6.042	1.920	33.259	(1.314)	139	32.084
Líquido	119.460	(9.160)	(1.920)	108.380	8.953	(139)	117.194

	Saldo em	Reconhecidos	Reconhecidos em outros resultados abrangentes	Compensados com parcelamento da dívida Lei nº 11.941	Saldo em	Reconhecidos	Reconhecidos em outros resultados abrangentes	Saldo em
Consolidado	1º.01.2011	no resultado			31.12.2011	no resultado		31.12.2012
Ativo não circulante								
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	10.966	(1.170)	-	(7.310)	2.486	-	-	2.486
Planos previdenciário e assistencial	135.384	18.724	-	-	154.108	24.204	-	178.312
Regime tributário de transição - RTT								
Efeitos do ICPC 01 contratos de concessão	7.774	8.368	-	-	16.142	71.157	-	87.299
Outras adições temporárias								
Provisões para litígios	245.125	42.095	-	-	287.220	50.808	-	338.028
PSDV	107	12.248	-	-	12.355	41.631	-	53.986
Provisão para P&D e PEE	13.486	15.305	-	-	28.791	17.999	-	46.790
PCLD	24.478	17.738	-	-	42.216	(764)	-	41.452
Amortização do direito de concessão	35.917	256	-	-	36.173	256	-	36.429
Provisão para perdas de investimentos	355	-	-	-	355	-	-	355
Provisão para perdas tributárias	52	15.861	-	-	15.913	(1.066)	-	14.847
Provisão para efeitos de encargos da rede	6.922	-	-	-	6.922	-	-	6.922
Provisão Finam	4.726	69	-	-	4.795	-	-	4.795
Provisão para compra de energia	-	99.568	-	-	99.568	(2.535)	-	97.033
Provisão para participação nos lucros e/ou resultados	-	15.980	-	-	15.980	(6.309)	-	9.671
Juros sobre capital próprio	17.966	(1.300)	-	-	16.666	5.043	-	21.709
Outros	4.452	1.038	-	-	5.490	1.354	-	6.844
	507.710	244.780	-	(7.310)	745.180	201.778	-	946.958
(-) Passivo não circulante								
Regime tributário de transição - RTT								
Efeitos do CPC 27 custo atribuído	793.691	(52.496)	-	-	741.195	(52.035)	-	689.160
Efeitos do ICPC 01 contratos de concessão	56.527	84.661	(2.476)	-	138.712	(134.138)	(4.459)	115
Efeitos do CPC 38 instrumentos financeiros	-	9.050	2.927	-	11.977	2.158	907	15.042
Outras exclusões temporárias								
Capitalização encargos financeiros	4.540	817	-	-	5.357	-	-	5.357
Diferimento de ganho de capital	-	-	-	-	-	175.450	-	175.450
Provisão para deságio	25.297	-	-	-	25.297	-	-	25.297
Fornecimento de gás	7.163	(1.791)	-	-	5.372	(1.791)	-	3.581
Outros	-	-	-	-	-	-	1.076	1.076
	887.218	40.241	451	-	927.910	(10.356)	(2.476)	915.078
Líquido	(379.508)	204.539	(451)	(7.310)	(182.730)	212.134	2.476	31.880
Ativo apresentado no Balanço Patrimonial	346.315				465.536			647.804
(-) Passivo apresentado no Balanço Patrimonial	725.823				648.266			615.924
Líquido	(379.508)				(182.730)			31.880

13.2.2 Realização dos créditos fiscais diferidos

O crédito fiscal oriundo do plano previdenciário e assistencial foi calculado sob a provisão atuarial apurada por avaliação atuarial preparada anualmente por atuário independente, em conformidade

com as regras estabelecidas pela Deliberação CVM nº 600/09. Os tributos diferidos sobre as demais provisões para litígios serão realizados em virtude das decisões judiciais.

Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros, observado o limite de 30% do lucro tributável no período, não estando sujeitos a prazo prescricional.

O Conselho Fiscal examinou e o Conselho de Administração aprovou o estudo técnico elaborado pela sua Diretoria de Finanças, Relações com Investidores e de Controle de Participações, referente à projeção futura de lucratividade, no qual se evidencia a realização dos impostos diferidos. Conforme estimativa de lucros tributáveis futuros, a realização dos impostos diferidos está apresentada a seguir:

	Controladora	Consolidado
2013	25.806	161.612
2014	3.667	(44.396)
2015	3.667	(27.158)
2016	1.385	25.599
2017	563	(5.499)
2018 a 2020	1.689	(47.373)
2021 a 2023	1.689	(100.993)
após 2023	78.728	70.088
	117.194	31.880

13.3 Outros tributos a recuperar e a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Ativo circulante				
ICMS a recuperar (13.3.1)	-	-	38.311	40.845
PIS/Pasep e Cofins a compensar	-	-	54.190	60.486
PIS/Pasep e Cofins a compensar com o passivo	-	-	(43.378)	(51.411)
Outros tributos a compensar	11	-	368	437
	11	-	49.491	50.357
Ativo não circulante				
ICMS a recuperar (13.3.1)	-	-	71.785	76.166
PIS/Pasep e Cofins	-	-	48.393	-
IRRF sobre aplicações financeira a recuperar	-	-	-	1.735
Outros tributos a compensar	-	-	11	11
	-	-	120.189	77.912
Passivo circulante				
ICMS a recolher	-	-	209.629	193.808
PIS/Pasep e Cofins a recolher	22.054	12.846	82.902	74.579
PIS/Pasep e Cofins a compensar com o ativo	-	-	(43.378)	(51.411)
Programas de Recuperação Fiscal (13.3.2)	-	27.628	-	37.221
IRRF sobre JSCP	5.020	11.634	39.303	31.027
IRRF sobre JSCP a compensar com o ativo	(5.020)	(11.634)	(5.020)	(11.634)
Outros tributos	18	911	7.460	14.867
	22.072	41.385	290.896	288.457
Passivo não circulante				
ICMS a recolher	-	-	-	152
	-	-	-	152

13.3.1 ICMS a recuperar

Os saldos apresentados como ICMS a recuperar referem-se principalmente a créditos decorrentes de aquisição de bens para o ativo imobilizado, instituído pela Lei Complementar nº 87/96, que serão recuperados mensalmente na razão de 1/48, conforme determina a Lei Complementar nº 102/00.

13.3.2 Programas de recuperação fiscal

	Controladora			
	Valor da dívida	Benefícios Lei nº 11.941	Juros Selic	Valor da dívida quitado
Lei nº 11.941/09				
Cofins Ação Rescisória	229.933	(80.927)	18.754	167.760
INSS	311	(93)	44	262
	230.244	(81.020)	18.798	168.022

	Consolidado				
	Valor da dívida	Benefícios Lei nº 11.941	Prejuízo Fiscal	Juros Selic	Valor da dívida quitado
Lei nº 11.941/09					
IRPJ	43.256	(8.898)	(3.123)	3.356	34.591
CSLL	5.925	(1.460)	(428)	634	4.671
Cofins	43.198	(9.633)	(3.118)	3.550	33.997
PIS/Pasep	8.893	(1.992)	(642)	395	6.654
Cofins Ação Rescisória	229.933	(80.927)	-	18.754	167.760
INSS	311	(93)	-	44	262
	331.516	(103.003)	(7.311)	26.733	247.935

Os efeitos no resultado de 2012, contabilizados em despesas financeiras, são de R\$ 492 na Controladora e R\$ 662 no Consolidado.

Parcelamento - Lei nº 11.941/09

Em decorrência da ação rescisória ajuizada pela Receita Federal do Brasil contra decisão anterior que havia declarado a imunidade à incidência da Cofins sobre o faturamento de energia elétrica, a Companhia optou em incluir no parcelamento, os débitos da Cofins lavrados em Auto de Infração, referentes ao período de janeiro de 1997 a setembro de 1998.

O valor da dívida de R\$ 229.933, em decorrência do êxito, a favor da União, da ação rescisória da Cofins, é composta de R\$ 61.872 - principal, de R\$ 140.496 - juros e R\$ 27.565 - multa. Após a consolidação deste débito, considerando os benefícios de redução de encargos moratórios de R\$ 80.927, a dívida relativa à Ação Rescisória da Cofins passou a ser de R\$ 149.006.

Também foram incluídas, na consolidação, dívidas do INSS referentes à Notificação Fiscal de Lançamento de Débito NFLD nº 35.273.873-1, no valor de R\$ 311, que, aplicados os benefícios do parcelamento, resultaram em uma dívida de R\$ 218.

Com isso, o total da dívida da Companhia incluída no parcelamento foi R\$ 149.224, que, somado a R\$ 18.798 referente os juros Selic, conforme instrui o § 3º do art. 3º da mencionada Lei, e consideradas as parcelas pagas mensalmente, totaliza R\$ 168.022. O parcelamento encontra-se quitado desde 30.04.2012.

Relativamente à Copel Distribuição, foram incluídos no parcelamento em questão débitos fiscais referentes a IRPJ e CSLL de fevereiro de 2004, e ao IRPJ de dezembro de 2007, março e abril de 2008, os quais somam R\$ 49.181. Tais tributos foram quitados, em suas respectivas competências, através de Declarações de Compensação - Dcomp que não foram homologadas pela RFB. Ainda no mesmo parcelamento, foram incluídos débitos relativos à revisão da base de cálculo do PIS/Pasep e da Cofins dos anos de 2005 a 2008, que após consolidação passaram a ser de R\$ 52.091. Os benefícios da redução dos encargos moratórios, trazidos pela Lei 11.941/09, na modalidade de pagamento de 30 parcelas, resultaram em R\$ 21.983. Na consolidação da dívida perante a RFB, foram utilizados prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL para a quitação de parte dos encargos moratórios, no montante de R\$ 7.311.

Com isso, o total da dívida da Copel Distribuição incluída no parcelamento foi R\$ 71.978, que, somado a R\$ 7.935 referente aos juros Selic, conforme instrui o § 3º do art. 3º da mencionada Lei e consideradas as parcelas pagas mensalmente, totaliza R\$ 79.913. O parcelamento encontra-se quitado desde 30.04.2012.

13.4 Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Lucro antes do IRPJ e CSLL	696.202	1.171.805	972.698	1.583.916
IRPJ e CSLL (34%)	(236.709)	(398.414)	(330.717)	(538.531)
Efeitos fiscais sobre:				
Equivalência patrimonial	165.149	266.928	52	11.054
Juros sobre o capital próprio	75.802	114.314	75.802	121.023
Dividendos	241	3.461	241	1.158
Finam	-	(270)	-	(270)
Despesas indedutíveis	(21)	(7.246)	(3.331)	(11.892)
Benefício fiscal - Lei nº 11.941/09	-	7.087	-	7.087
Incentivos fiscais	-	-	11.688	9.908
Outros	24	25	87	(6.599)
IRPJ e CSLL correntes	(4.467)	(4.955)	(458.312)	(611.601)
IRPJ e CSLL diferidos	8.953	(9.160)	212.134	204.539
Alíquota efetiva - %	-0,6%	1,2%	25,3%	25,7%

14 Depósitos Judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Fiscais	271.834	222.847	347.492	226.566
Trabalhistas	-	-	90.480	72.873
Cíveis				
Fornecedores	-	-	95.558	92.853
Cíveis	-	-	26.889	24.706
Servidões de passagem	-	-	7.157	6.823
Consumidores	-	-	2.418	2.289
	-	-	132.022	126.671
Outros	24	-	4.479	4.707
	271.858	222.847	574.473	430.817

A variação no saldo de depósitos judiciais fiscais refere-se principalmente ao depósito efetuado pela Copel Distribuição, objetivando anular o auto de infração nº 6432974-0, lavrado pelo Estado do Paraná, exigindo o recolhimento do ICMS sobre a subvenção econômica tarifária dos consumidores enquadrados na subclasse residencial baixa renda.

15 Créditos com Partes Relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Coligadas				
Dividendos e/ou juros sobre o capital próprio				
Dona Francisca Energética	78	2.303	78	2.303
Sanepar	-	-	9.477	15.603
	78	2.303	9.555	17.906
Controladas				
Dividendos e/ou juros sobre o capital próprio				
Copel Geração e Transmissão	635.489	600.659	-	-
Copel Distribuição	371.863	508.695	-	-
Copel Telecomunicações	7.982	20.649	-	-
Compagas	2.514	3.927	-	-
Elejor	2.751	2.592	-	-
Dominó Holdings	17.987	14.184	-	-
	1.038.586	1.150.706	-	-
Financiamentos repassados - STN				
Copel Distribuição (15.1)	59.340	58.427	-	-
	59.340	58.427	-	-
Contrato de mútuo				
Copel Distribuição (15.2)	859.894	781.031	-	-
Elejor (15.3)	232.654	305.936	-	-
	1.092.548	1.086.967	-	-
	2.190.552	2.298.403	9.555	17.906
Ativo circulante (Dividendos a receber)	1.038.664	1.153.009	9.555	17.906
Ativo não circulante (Mútuo)	1.151.888	1.145.394	-	-

15.1 Financiamentos repassados - STN

A Companhia repassou os empréstimos e financiamentos para suas subsidiárias integrais, quando de sua constituição em 2001. Entretanto, como os contratos de transferências para as respectivas subsidiárias não foram passíveis de formalização com as instituições financeiras, tais compromissos encontram-se igualmente registrados na Controladora.

Os financiamentos mencionados são repassados com a mesma incidência de encargos assumidos pela Companhia e são apresentados separadamente, como crédito com as subsidiárias integrais, e como obrigações por empréstimos e financiamentos nas subsidiárias (NE nº 21.1).

15.2 Contrato de mútuo - Copel Distribuição

Em 09.02.2012, a Aneel aprovou novo contrato de mútuo firmado entre a Copel (mutuante) e Copel Distribuição (mutuária), no valor de R\$ 800.000, com prazo definido de dois anos e juros de 109,41% da taxa DI. A destinação dos recursos foi a quitação das obrigações do contrato de mútuo firmado em 27.02.2007 e quitado em 23.02.2012.

15.3 Contrato de mútuo - Elejor

Em 07.04.2004, foi assinado contrato de mútuo entre a Copel (mutuante) e a Elejor (mutuária) com o objetivo de garantir a continuidade do projeto de construção das Usinas Hidrelétricas do Complexo Energético Fundão - Santa Clara, aprovado pelo Órgão Regulador, por meio do Despacho Aneel nº 2.876/06, e que passou a ser remunerado pela TJLP acrescido de 4,5% a.a.

Atendendo o deliberado na 36ª Assembleia Geral Extraordinária da Elejor, de 09.12.2010, após a total liquidação/devolução do Adiantamento para futuro aumento de capital - Afac, a Elejor iniciou a amortização do mútuo em outubro de 2011.

16 Investimentos

16.1 Mutação dos investimentos

Controladora	Saldo em 1º.01.2012	Equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Aporte ⁽¹⁾ / Afac ⁽²⁾	Amortização direito de concessão	Dividendos e JSCP propostos	Resgate das quotas	Saldo em 31.12.2012
Controladas (16.2)								
Copel Geração e Transmissão	5.739.789	700.524	263	-	-	(224.134)	-	6.216.442
Copel Distribuição	3.665.835	(43.420)	(7.427)	-	-	(13.468)	-	3.601.520
Copel Telecomunicações	287.740	28.007	-	22.643 ⁽¹⁾	-	(11.384)	-	327.006
UEG Araucária	127.445	5.674	-	-	-	-	-	133.119
Compagas	105.305	10.584	-	-	-	(2.514)	-	113.375
Elejor	33.170	23.307	1.462	-	-	(5.536)	-	52.403
Elejor - direito de concessão	18.289	-	-	-	(755)	-	-	17.534
Centrais Eólicas do Paraná (16.2.1)	1.225	(9)	-	-	-	(306)	(910)	-
	9.978.798	724.667	(5.702)	22.643	(755)	(257.342)	(910)	10.461.399
Controlada em conjunto (16.3)								
Dominó Holdings	345.953	50.366	-	-	-	(16.650)	-	379.669
Cutia	4.310	(447)	-	1.384 ⁽¹⁾	-	-	-	5.247
Cutia - direito de concessão	5.809	-	-	-	-	-	-	5.809
	356.072	49.919	-	1.384	-	(16.650)	-	390.725
Coligadas (16.4)								
Sercomtel (16.4.2)	70.341	(59.774)	-	-	-	-	-	10.567
Dona Francisca Energética	53.061	8.149	-	-	-	(1.457)	-	59.753
Foz do Chopim Energética	17.402	9.434	-	-	-	(10.964)	-	15.872
Carbocampel	1.307	(36)	-	142 ⁽¹⁾	-	-	-	1.413
Dois Saltos	300	-	-	-	-	-	-	300
Copel Amec	165	15	-	-	-	-	-	180
Escoelectric	-	(61)	-	61 ⁽²⁾	-	-	-	-
	142.576	(42.273)	-	203	-	(12.421)	-	88.085
Outros investimentos (16.5)								
Finam (16.5.1)	2.267	-	(944)	-	-	-	-	1.323
Finor (16.5.1)	613	-	(301)	-	-	-	-	312
Investco S.A.	8.345	-	937	-	-	-	-	9.282
Adiantamento para futuro investimento (16.5.2)	38.945	-	-	7.686 ⁽¹⁾	-	-	-	46.631
Outros investimentos	6.496	-	714	-	-	-	-	7.210
	56.666	-	406	7.686	-	-	-	64.758
	10.534.112	732.313	(5.296)	31.916	(755)	(286.413)	(910)	11.004.967

⁽¹⁾ Aporte para aquisição de investimentos

⁽²⁾ Afac - Adiantamento para futuro aumento de capital

Controladora	Saldo em 1º.01.2011	Equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Aporte ⁽¹⁾ / Afac e (dev. Afac) ⁽²⁾	Amortização direito de concessão	Dividendos e JSCP e JSCP propostos	Provisão para perdas	Saldo em 31.12.2011
Controladas (16.2)								
Copel Geração e Transmissão	5.726.083	598.920	1.955	-	-	(587.169)	-	5.739.789
Copel Distribuição	3.316.811	535.886	(4.806)	-	-	(182.056)	-	3.665.835
Copel Telecomunicações	241.362	35.700	-	23.000 ⁽²⁾	-	(12.322)	-	287.740
UEG Araucária	128.846	(1.401)	-	-	-	-	-	127.445
Compagas	99.286	16.540	-	-	-	(10.521)	-	105.305
Eleijor	96.751	10.909	-	(71.898) ⁽²⁾	-	(2.592)	-	33.170
Eleijor - direito de concessão	19.044	-	-	-	(755)	-	-	18.289
Centrais Eólicas do Paraná	1.185	307	-	-	-	(267)	-	1.225
	9.629.368	1.196.861	(2.851)	(48.898)	(755)	(794.927)	-	9.978.798
Controlada em conjunto (16.3)								
Dominó Holdings	325.342	36.599	-	-	-	(15.988)	-	345.953
Cutia	-	(289)	-	4.599 ⁽¹⁾	-	-	-	4.310
Cutia - direito de concessão	-	-	-	5.809 ⁽¹⁾	-	-	-	5.809
	325.342	36.310	-	10.408	-	(15.988)	-	356.072
Coligadas (16.4)								
Sercomtel Telecomunicações	72.464	(2.123)	-	-	-	-	-	70.341
Dona Francisca	50.161	7.953	-	-	-	(5.053)	-	53.061
Foz do Chopim	17.086	10.267	-	-	-	(9.951)	-	17.402
Carbocampel	1.224	(27)	-	110 ⁽²⁾	-	-	-	1.307
Dois Saltos	300	-	-	-	-	-	-	300
Copel Amec	156	9	-	-	-	-	-	165
Escoelectric	37	(136)	-	99 ⁽²⁾	-	-	-	-
	141.428	15.943	-	209	-	(15.004)	-	142.576
Outros investimentos (16.5)								
Finam (16.5.1)	2.456	-	-	-	-	-	(189)	2.267
Finor (16.5.1)	769	-	-	-	-	-	(156)	613
Investco S.A.	7.903	-	442	-	-	-	-	8.345
Adiantamento para futuro investimento (16.5.2)	-	-	-	38.945 ⁽¹⁾	-	-	-	38.945
Outros investimentos	1.344	-	5.205	-	-	-	(53)	6.496
	12.472	-	5.647	38.945	-	-	(398)	56.666
	10.108.610	1.249.114	2.796	664	(755)	(825.919)	(398)	10.534.112

Consolidado	Saldo em 1º.01.2012	Equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Aporte ⁽¹⁾ / Afac ⁽²⁾	Dividendos e JSCP propostos	Amort. de direito de concessão	Saldo em 31.12.2012
Coligadas (16.4)							
Sanepar	344.439	53.313	-	-	(12.306)	(730)	384.716
Sercomtel Telecomunicações	70.341	(59.774)	-	-	-	-	10.567
Dona Francisca	53.061	8.149	-	-	(1.457)	-	59.753
Foz do Chopim	17.402	9.434	-	-	(10.964)	-	15.872
Carbocampel	1.307	(36)	-	142 ⁽¹⁾	-	-	1.413
Dois Saltos	300	-	-	-	-	-	300
Copel Amec	165	15	-	-	-	-	180
Escoelectric	-	(61)	-	61 ⁽²⁾	-	-	-
	487.015	11.040	-	203	(24.727)	(730)	472.801
Outros investimentos (16.5)							
Finam (16.5.1)	2.267	-	(944)	-	-	-	1.323
Finor (16.5.1)	613	-	(301)	-	-	-	312
Investco S.A.	8.345	-	937	-	-	-	9.282
Bens destinados a uso futuro	4.290	-	-	-	-	-	4.290
Adiantamento para futuro investimento (16.5.2)	38.945	-	-	7.686 ⁽¹⁾	-	-	46.631
Outros investimentos	7.683	-	714	-	-	-	8.397
	62.143	-	406	7.686	-	-	70.235
	549.158	11.040	406	7.889	(24.727)	(730)	543.036

⁽¹⁾ Aporte para aquisição de investimentos

⁽²⁾ Afac - Adiantamento para futuro aumento de capital

Consolidado	Saldo em 1º.01.2011	Equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Aporte ⁽¹⁾ / Afac ⁽²⁾	Dividendos e JSCP propostos	Prov. para perdas	Amortização para de direito de concessão	Transf. para alienação e intangível	Baixas	Saldo em 31.12.2011
Coligadas (16.4)										
Sanepar	323.814	39.711	-	-	(18.356)	-	(730)	-	-	344.439
Sercomtel Telecomunicações	72.464	(2.123)	-	-	-	-	-	-	-	70.341
Dona Francisca	50.161	7.953	-	-	(5.053)	-	-	-	-	53.061
Foz do Chopim	17.086	10.267	-	-	(9.951)	-	-	-	-	17.402
Carbocampel	1.224	(27)	-	110 ⁽²⁾	-	-	-	-	-	1.307
Dois Saltos	300	-	-	-	-	-	-	-	-	300
Copel Amec	156	9	-	-	-	-	-	-	-	165
Escoelectric	37	(136)	-	99 ⁽²⁾	-	-	-	-	-	-
	465.242	55.654	-	209	(33.360)	-	(730)	-	-	487.015
Outros investimentos (16.5)										
Finam (16.5.1)	2.456	-	-	-	-	(189)	-	-	-	2.267
Finor (16.5.1)	769	-	-	-	-	(156)	-	-	-	613
Investco S.A.	7.903	-	442	-	-	-	-	-	-	8.345
Bens destinados a uso futuro	4.538	-	-	-	-	-	-	(38)	(210)	4.290
Adiantamento para futuro investimento (16.5.2)	-	-	-	38.945 ⁽¹⁾	-	-	-	-	-	38.945
Outros investimentos	2.542	-	5.205	3 ⁽¹⁾	-	(53)	-	-	(14)	7.683
	18.208	-	5.647	38.948	-	(398)	-	(38)	(224)	62.143
	483.450	55.654	5.647	39.157	(33.360)	(398)	(730)	(38)	(224)	549.158

16.2 Controladas

Percentual de participação no capital social	Copel (Holding)	Copel Geração e Transmissão
Controladas	%	%
Copel Geração e Transmissão S.A. (GET)	100,00	-
Copel Distribuição S.A. (DIS)	100,00	-
Copel Telecomunicações S.A. (TEL)	100,00	-
Companhia Paranaense de Gás - Compagas (COM)	51,00	-
Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A. (ELE)	70,00	-
UEG Araucária Ltda. (UEG) (NE nº 34.2.b)	20,00	60,00

16.2.1 Centrais Eólicas do Paraná Ltda.

Sociedade limitada em que a Copel detinha 30% e a Copel Geração e Transmissão 70% do capital social. Conforme o Distrato do Contrato Social de 31.05.2012, a divisão do patrimônio das Centrais Eólicas do Paraná, no valor de R\$ 3.033, foi realizada na exata proporção das participações de seus sócios: i) a importância de R\$ 910 foi depositada em conta corrente da Copel; e ii) o saldo remanescente, no valor de R\$ 2.123, foi vertido integralmente ao patrimônio da Copel Geração e Transmissão, uma vez que lhe foi transferida a autorização da Central Geradora Eólica Palmas, conforme Resolução Autorizativa Aneel nº 3.319, de 24.01.2012.

Centrais Eólicas em 31.05.2012	
ATIVO	3.033
Ativo Circulante	2.037
Ativo Não Circulante	996
PASSIVO	3.033
Patrimônio Líquido	3.033

16.2.2 Demonstrações financeiras das controladas

ATIVO	GET	DIS	TEL	COM	ELE	UEG
31.12.2012						
ATIVO TOTAL	9.531.370	8.812.803	428.216	289.363	763.731	672.352
ATIVO CIRCULANTE	1.248.335	2.876.268	64.848	86.793	45.567	214.926
Caixa e equivalentes de caixa	197.209	1.126.361	26.689	35.993	25.282	18.219
Titulos e valores mobiliários	291.709	158.837	-	-	1.765	183.014
Cauções e depósitos vinculados	1.429	34.293	-	1.086	-	-
Clientes	265.623	1.200.251	18.649	40.092	18.127	-
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	-	75.930	-	-	-	-
Contas a receber vinculadas à concessão	5.319	-	-	-	-	-
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão	356.085	-	-	-	-	-
Outros créditos	92.661	126.686	2.437	716	1	12.124
Estoques	28.299	84.995	10.645	870	-	-
Imposto de renda e contribuição social	809	35.868	3.413	-	-	971
Outros tributos correntes a recuperar	6.871	31.460	2.671	7.868	11	598
Despesas antecipadas	2.321	1.587	344	168	381	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	8.283.035	5.936.535	363.368	202.570	718.164	457.426
Realizável a Longo Prazo	1.154.718	4.626.774	23.253	18.022	28.383	20.244
Titulos e valores mobiliários	92.827	35.688	-	-	-	-
Cauções e depósitos vinculados	-	43.246	-	-	-	-
Clientes	-	26.172	-	5.266	-	-
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	-	1.308.354	-	-	-	-
Depósitos judiciais	24.315	276.541	1.036	302	70	249
Contas a receber vinculadas à concessão	262.564	2.383.262	-	-	-	-
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão	717.805	-	-	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	12.279	-	-
Outros créditos	6.413	4.036	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-	19.995
Outros tributos correntes a recuperar	50.794	60.663	8.732	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	488.812	13.485	-	28.313	-
Despesas antecipadas	-	-	-	175	-	-
Investimentos	448.130	4.012	-	-	-	-
Imobilizado	6.635.206	-	319.141	-	480.439	436.967
Intangível	44.981	1.305.749	20.974	184.548	209.342	215

PASSIVO	GET	DIS	TEL	COM	ELE	UEG
31.12.2012						
PASSIVO TOTAL	9.531.370	8.812.803	428.216	289.363	763.731	672.352
PASSIVO CIRCULANTE	1.477.882	1.970.456	53.612	60.464	83.728	6.761
Obrigações sociais e trabalhistas	110.182	243.128	25.393	4.333	219	108
Fornecedores	419.896	694.903	14.481	45.873	4.967	3.183
Imposto de renda e contribuição social	139.614	-	-	3.214	22.921	1.189
Outras obrigações fiscais	50.760	205.330	4.492	1.934	1.743	2.260
Empréstimos e financiamentos	71.654	164.788	53	-	-	-
Debêntures	-	12.719	-	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório a pagar	635.489	371.863	7.982	4.929	3.931	-
Benefícios pós-emprego	6.908	18.004	903	-	-	-
Encargos do consumidor a recolher	7.236	49.262	-	-	-	-
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	14.831	142.936	-	-	1.832	-
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	884	-	-	-	47.593	-
Outras contas a pagar	20.428	67.523	308	181	522	21
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.837.046	3.240.827	47.598	6.594	605.141	-
Coligadas e controladas	-	851.237	-	-	232.654	-
Fornecedores	106.175	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	612.870	-	-	2.939	-	-
Empréstimos e financiamentos	438.396	609.941	25.559	-	-	-
Debêntures	-	997.958	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	134.962	343.584	21.070	2.807	-	-
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	43.350	61.211	-	-	-	-
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	27.184	-	-	-	371.896	-
Provisões para litígios	474.109	376.896	969	848	591	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.216.442	3.601.520	327.006	222.305	74.862	665.591
Capital social	3.505.994	2.624.841	240.398	135.943	35.503	707.440
Ajustes de avaliação patrimonial	1.339.999	1.230	-	-	2.088	-
Reserva legal	247.134	135.294	6.706	17.295	2.444	-
Reserva de retenção de lucros	1.123.315	840.155	79.902	62.115	34.827	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	6.952	-	-
Prejuízos acumulados	-	-	-	-	-	(41.849)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	GET	DIS	TEL	COM	ELE	UEG	CEO
31.12.2012							
RECITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.242.665	5.892.171	172.445	359.090	211.724	86.442	54
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.374.149)	(5.968.827)	(139.403)	(332.128)	(59.006)	(61.350)	(118)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	16.041	-	-	-	-	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO							
FINANCEIRO E TRIBUTOS	884.557	(76.656)	33.042	26.962	152.718	25.092	(64)
Resultado financeiro	48.624	5.644	3.444	4.769	(102.425)	12.178	110
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	933.181	(71.012)	36.486	31.731	50.293	37.270	46
Imposto de renda e contribuição social	(263.071)	(124.691)	(13.653)	(13.155)	(30.244)	(8.902)	(74)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	30.414	152.283	5.174	2.178	13.247	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	700.524	(43.420)	28.007	20.754	33.296	28.368	(28)

ATIVO	GET	DIS	TEL	COM	ELE	UEG	CEO
31.12.2011							
ATIVO TOTAL	8.618.225	7.563.936	353.370	276.164	764.180	641.044	4.116
ATIVO CIRCULANTE	1.125.305	2.150.339	44.395	77.320	37.102	151.645	3.034
Caixa e equivalentes de caixa	216.495	647.783	8.348	41.047	17.851	86.318	2.847
Títulos e valores mobiliários	487.406	33.735	-	48	616	60.049	-
Cauções e depósitos vinculados	1.957	5	-	706	-	-	-
Clientes	247.377	1.104.328	18.253	32.715	18.366	-	90
Dividendos a receber	-	-	-	-	-	-	-
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	-	65.862	-	-	-	-	-
Contas a receber vinculadas à concessão	80.626	-	-	-	-	-	-
Outros créditos	61.855	95.030	1.098	540	1	2.944	-
Estoques	23.714	69.579	9.015	1.491	-	3	-
Imposto de renda e contribuição social	2.243	87.484	3.958	1	-	2.322	89
Outros tributos correntes a recuperar	1.544	44.871	3.369	564	-	9	-
Despesas antecipadas	2.088	1.662	354	208	268	-	8
ATIVO NÃO CIRCULANTE	7.492.920	5.413.597	308.975	198.844	727.078	489.399	1.082
Realizável a Longo Prazo	1.097.629	4.163.071	18.403	23.008	16.237	20.699	-
Títulos e valores mobiliários	61.931	38.211	-	-	-	-	-
Clientes	-	32.363	89	10.534	-	-	-
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	-	1.280.598	-	-	-	-	-
Depósitos judiciais	20.349	185.994	885	301	95	249	-
Contas a receber vinculadas à concessão	1.011.240	2.225.203	-	-	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	11.982	-	-	-
Outros créditos	1.878	3.172	-	191	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-	18.714	-
Outros tributos correntes a recuperar	2.231	64.827	9.118	-	-	1.736	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	332.703	8.311	-	16.142	-	-
Investimentos	386.873	4.012	-	-	-	-	-
Imobilizado	5.969.262	-	273.787	-	496.410	468.576	1.082
Intangível	39.156	1.246.514	16.785	175.836	214.431	124	-

PASSIVO	GET	DIS	TEL	COM	ELE	UEG	CEO
31.12.2011							
PASSIVO TOTAL	8.618.225	7.563.936	353.370	276.164	764.180	641.044	4.116
PASSIVO CIRCULANTE	1.141.261	1.708.165	47.532	62.991	65.331	3.669	31
Obrigações sociais e trabalhistas	56.228	151.184	13.490	2.734	181	106	-
Fornecedores	211.100	531.187	7.000	43.054	3.048	3.130	2
Imposto de renda e contribuição social	133.348	-	-	7.526	6.987	-	-
Outras obrigações fiscais	21.385	214.128	4.390	1.788	4.187	411	29
Empréstimos e financiamentos	59.152	17.619	-	48	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório a pagar	600.659	508.695	20.649	7.702	3.702	-	-
Benefícios pós-emprego	9.785	24.612	1.640	-	-	-	-
Encargos do consumidor a recolher	4.047	66.464	-	-	-	-	-
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	13.943	140.918	-	-	2.054	-	-
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	615	-	-	-	44.041	-	-
Outras contas a pagar	30.999	53.358	363	139	1.131	22	-
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.737.175	2.189.936	41.098	6.693	651.464	152	-
Coligadas e controladas	-	781.031	23.000	-	305.936	-	-
Fornecedores	118.530	-	-	-	-	-	-
Obrigações fiscais	-	-	-	-	-	152	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	643.149	-	-	5.117	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	437.549	708.607	-	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	117.851	295.899	17.883	1.205	-	-	-
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	34.523	60.126	-	-	-	-	-
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	25.505	-	-	-	344.937	-	-
Outras contas a pagar	-	-	-	53	-	-	-
Provisões para litígios	360.068	344.273	215	318	591	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.739.789	3.665.835	264.740	206.480	47.385	637.223	4.085
Capital social	3.505.994	2.624.841	194.755	135.943	35.503	707.440	3.061
Ajustes de avaliação patrimonial	1.440.745	8.657	-	-	-	-	-
Reserva legal	212.108	135.294	5.306	16.258	779	-	-
Reserva de retenção de lucros	145.364	883.575	62.685	43.851	11.103	-	1.024
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	10.428	-	-	-
Dividendo adicional proposto	435.578	13.468	1.994	-	-	-	-
Prejuízos acumulados	-	-	-	-	-	(70.217)	-

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	GET	DIS	TEL	COM	ELE	UEG	CEO
31.12.2011							
RECETA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.039.045	5.490.064	157.803	291.376	195.984	29.740	927
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.351.074)	(5.038.081)	(114.437)	(248.001)	(71.877)	(54.043)	(550)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	(3.487)	-	-	-	-	-	-
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS	684.484	451.983	43.366	43.375	124.107	(24.303)	377
Resultado financeiro	101.643	256.721	2.923	6.136	(103.619)	17.297	995
LUCRO OPERACIONAL	786.127	708.704	46.289	49.511	20.488	(7.006)	1.372
Imposto de renda e contribuição social	(264.556)	(297.653)	(12.472)	(18.294)	(13.323)	-	(348)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	77.349	124.835	1.883	1.214	8.418	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	598.920	535.886	35.700	32.431	15.583	(7.006)	1.024

16.3 Controladas em conjunto

Percentual de participação no capital social	Copel (Holding)	Copel Geração e Transmissão
Controladas em conjunto	%	%
Dominó Holdings S.A.	45,00	-
Cutia Empreendimentos Eólicos SPE S.A.	49,90	-
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.	-	51,00
Marumbi Transmissora de Energia S.A.	-	80,00
Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A.	-	20,00
Caiuá Transmissora de Energia S.A.	-	49,00
Integração Maranhense Transmissora de Energia S.A.	-	49,00
Matrinchã Transmissora de Energia (TP NORTE) S.A.	-	49,00
Guaraciaba Transmissora de Energia (TP SUL) S.A.	-	49,00
Paranaíba Transmissora de Energia S.A. (a)	-	24,50

Os controles compartilhados são decorrentes de acordos entre os acionistas, independentemente do percentual de participação.

a) Paranaíba Transmissora de Energia S.A.

Sociedade de Propósito Específico - SPE em que a Copel Geração e Transmissão detém 24,5% do capital social votante, constituída em 21.12.2012 para implantar e explorar o negócio de energia elétrica, mediante concessão de transmissão de rede básica do Sistema Interligado Nacional – SIN.

Tem como objeto a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão caracterizadas no edital do Leilão Aneel nº 07/2012, realizado em 19.12.2012, sendo principalmente linha de transmissão em 500 kV com extensão aproximada de 244 km, com origem na subestação de Barreiras II e término da subestação de Rio das Éguas; linha de transmissão em 500 kV com extensão aproximada de 373 km, com origem na subestação de Rio das Éguas e término da subestação de Luziânia; linha de transmissão em 500 kV com extensão aproximada de 350 km, com origem na subestação de Luziânia e término da subestação de Pirapora 2 e equipamentos compensação reativa e respectivas conexões, entradas de linha, interligações de barramentos; localizadas nos Estados da Bahia, Minas Gerais e Goiás. O prazo de concessão é de 30 anos, contados a partir da data da assinatura do contrato e, a critério exclusivo do Poder Concedente, poderá ser renovado por no máximo igual período.

16.3.1 Principais grupos de ativo, passivo e resultado das controladas em conjunto

31.12.2012	Dominó		Costa Oeste		Marumbi		Sul Brasileira		Cutia	
	Saldo ajustado ⁽¹⁾	Particip. (45%)	Saldo original	Particip. (51%)	Saldo original	Particip. (80%)	Saldo original	Particip. (20%)	Saldo original	Particip. (49,9%)
ATIVO	888.298	399.734	6.154	3.138	3.166	2.533	85.076	17.015	10.738	5.358
Ativo circulante	33.137	14.912	612	312	2.192	1.754	21.776	4.355	19	9
Ativo não circulante	855.161	384.822	5.542	2.826	974	779	63.300	12.660	10.719	5.349
PASSIVO	888.298	399.734	6.154	3.138	3.166	2.533	85.076	17.015	10.738	5.358
Passivo circulante	44.588	20.065	3.924	2.001	365	292	37.186	7.437	47	23
Passivo não circulante	-	-	174	88	33	26	39.875	7.975	2.950	1.472
Patrimônio líquido	843.710	379.669	2.056	1.049	2.768	2.215	8.015	1.603	7.741	3.863
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO										
Receita operacional líquida	-	-	5.518	2.814	960	768	63.263	12.652	-	-
Custo de construção	-	-	(5.492)	(2.801)	(948)	(758)	(62.642)	(12.528)	-	-
Despesas operacionais	(3.001)	(1.350)	(630)	(322)	(336)	(269)	(964)	(193)	(930)	(464)
Resultado financeiro	(3.547)	(1.597)	66	34	16	13	352	71	33	17
Resultado equivalência patrimonial	118.473	53.313	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para IR e CSLL	-	-	(202)	(103)	(35)	(28)	(3)	(1)	-	-
Lucros (prejuízos) acumulado:	111.925	50.366	(740)	(378)	(343)	(274)	6	1	(897)	(447)

⁽¹⁾ Saldos ajustados às práticas contábeis do Grupo

31.12.2012	Caiuá		I. Maranhense		Matrinchã		Guaraciaba	
	Saldo original	Particip. (49%)	Saldo original	Particip. (49%)	Saldo original	Particip. (49%)	Saldo original	Particip. (49%)
ATIVO	18.923	9.272	20.379	9.986	21.289	10.431	14.980	7.340
Ativo circulante	1.682	824	2.431	1.191	13.556	6.642	11.367	5.570
Ativo não circulante	17.241	8.448	17.948	8.795	7.733	3.789	3.613	1.770
PASSIVO	18.923	9.272	20.379	9.986	21.289	10.431	14.980	7.340
Passivo circulante	3.076	1.508	726	356	615	302	770	377
Passivo não circulante	8.740	4.282	8.773	4.299	-	-	-	-
Patrimônio líquido	7.107	3.482	10.880	5.331	20.674	10.129	14.210	6.963
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO								
Receita operacional líquida	17.163	8.410	17.942	8.792	7.733	3.789	3.552	1.740
Custo de construção	(16.868)	(8.265)	(17.498)	(8.574)	(7.554)	(3.702)	(3.484)	(1.707)
Despesas operacionais	(773)	(379)	(658)	(322)	(170)	(83)	(535)	(262)
Resultado financeiro	120	59	134	65	164	80	176	87
Provisão para IR e CSLL	(36)	(18)	(40)	(20)	-	-	-	-
Lucros (prejuízos) acumulados	(394)	(193)	(120)	(59)	173	84	(291)	(142)

⁽¹⁾ Saldos ajustados às práticas contábeis do Grupo

Saldos em 31.12.2011	Dominó		Costa Oeste		Marumbi		Sul Brasileira		Cutia	
	Saldo ajustado ⁽¹⁾	Particip. (45%)	Saldo original	Particip. (51%)	Saldo original	Particip. (80%)	Saldo original	Particip. (20%)	Saldo original	Particip. (49,9%)
ATIVO	802.228	361.002	437	223	10	8	10	2	9.883	4.931
Ativo circulante	36.591	16.466	375	192	10	8	10	2	25	12
Ativo não circulante	765.637	344.536	62	31	-	-	-	-	9.858	4.919
PASSIVO	802.228	361.002	437	223	10	8	10	2	9.883	4.931
Passivo circulante	33.436	15.046	37	19	-	-	-	-	311	155
Passivo não circulante	7	3	-	-	-	-	-	-	934	466
Patrimônio líquido	768.785	345.953	400	204	10	8	10	2	8.638	4.310
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO										
Despesas operacionais	(3.372)	(1.518)	-	-	-	-	-	-	(579)	(289)
Resultado financeiro	(3.543)	(1.594)	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado equivalência patrimonial	88.247	39.711	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucros (prejuízos) acumulados	81.332	36.599	-	-	-	-	-	-	(579)	(289)

⁽¹⁾ Saldos ajustados às práticas contábeis do Grupo

16.4 Coligadas

31.12.2012	Atividade principal	Ativo ⁽¹⁾	Passivo ⁽¹⁾	Patrimônio líquido ⁽¹⁾	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo) ⁽¹⁾	Part. grupo %
Cia. Saneamento do Paraná - Sanepar (16.4.1)	Saneamento	2.727.370	1.622.289	1.105.081	955.528	153.430	34,75
Sercomtel S.A. Telecomunicações (16.4.2)	Telecomunicações	184.592	161.115	23.477	126.480	(65.403)	45,00
Foz do Chopim Energética Ltda.	Energia elétrica	46.085	1.712	44.373	37.491	26.373	35,77
Dona Francisca Energética S.A.	Energia elétrica	312.111	52.657	259.454	93.965	35.385	23,03
Dois Saltos Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica Ltda.	Energia elétrica	1.350	350	1.000	-	-	30,00
Copel Amec S/C Ltda.- em liquidação	Serviços	382	7	375	-	32	48,00
Carbocampel S.A.	Exploração de carvão	3.565	681	2.884	-	(73)	49,00
Escoelectric Ltda.	Serviços	1.885	3.087	(1.202)	-	(201)	40,00

⁽¹⁾ Saldos ajustados às práticas contábeis do Grupo

31.12.2011	Atividade principal	Ativo ⁽¹⁾	Passivo ⁽¹⁾	Patrimônio líquido ⁽¹⁾	Receita	Lucro líquido (prejuízo) ⁽¹⁾	Part. grupo %
Cia. Saneamento do Paraná - Sanepar (16.4.1)	Saneamento	2.502.822	1.515.756	987.066	784.078	114.286	34,75
Sercomtel S.A. Telecomunicações (16.4.2)	Telecomunicações	275.620	119.307	156.313	138.597	(4.723)	45,00
Foz do Chopim Energética Ltda.	Energia elétrica	51.148	2.498	48.650	35.124	29.122	35,77
Dona Francisca Energética S.A.	Energia elétrica	309.625	79.226	230.399	84.613	34.532	23,03
Sercomtel Celular S.A.	Telecomunicações	18.903	36.073	-	27.065	2.429	45,00
Dois Saltos Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica Ltda.	Energia elétrica	1.350	350	1.000	-	-	30,00
Copel Amec S/C Ltda.- em liquidação	Serviços	348	4	344	-	19	48,00
Carbocampel S.A.	Exploração de carvão	3.553	1.111	2.442	-	(53)	49,00
Escoelectric Ltda.	Serviços	2.747	5.516	(2.769)	-	(122)	40,00

⁽¹⁾ Saldos ajustados às práticas contábeis do Grupo

16.4.1 Sanepar

Em 1998, a aquisição das ações da Sanepar pela Dominó Holdings S.A. gerou direito de concessão no valor total de R\$ 24.316, que em 31.12.2012 apresentou saldo de R\$ 1.621. Proporcionalmente à participação da Copel (45%), este saldo corresponde a R\$ 729 e está sendo amortizado em 15 anos, a partir de 1999, à razão de R\$ 61 mensais, totalizando no resultado de 2012 o valor de R\$ 730 (R\$ 730 em 2011).

16.4.2 Sercomtel S.A. Telecomunicações

A conclusão dos trabalhos referentes aos testes de recuperação dos ativos da Companhia, ocorrida em 2012, adotando, quando aplicável, as mesmas premissas citadas na nota de Imobilizado (NE nº 17.6) indicou, com adequado nível de segurança, que os ativos vinculados às coligadas Sercomtel S.A. Telecomunicações apresentavam-se acima do valor recuperável em R\$ 41.438 (R\$ 12.580 em 2011), resultando em uma perda reconhecida no resultado de 2012 no valor de R\$ 28.858 (R\$ 42 em 2011), contabilizada na conta de Equivalência patrimonial.

16.4.3 Sercomtel Celular S.A.

Os testes de recuperação dos ativos da Companhia indicaram que os ativos vinculados à coligada Sercomtel Celular S.A. apresentavam-se acima do valor recuperável em R\$ 6.195, reduzindo a zero o investimento nesta coligada, na qual a Copel participava com 45% do Capital Social. A empresa foi incorporada pela Sercomtel S.A. - Telecomunicações em 31.10.2012.

16.5 **Outros investimentos**

16.5.1 Outros investimentos classificados como disponíveis para venda

	Quantidade de quotas	Preço médio do pregão da BMF&Bovespa em dezembro/2012 (R\$ por mil ações)	Valor de mercado R\$ mil
			31.12.2012
Fundo de Investimento da Amazônia - Finam	18.891.053	0,07	1.323
Fundo de Investimentos do Nordeste - Finor	1.114.618	0,28	312
			1.635

Empresa	Quantidade de ações	Tipo	Cotação em 28.12.2012 bolsa de valores R\$ por ação	Valor de mercado R\$ mil
Tractebel Energia S.A.	180.888	ON	33,35	6.033
Eletrosul - Centrais Elétricas S.A.	14.195	ON	41,35	587
Telefônica Brasil S.A.	7.859	ON	42,36	333
Telefônica Brasil S.A.	675	PN	47,57	32
TIM Participações S.A.	11.804	ON	8,20	97
Cia. de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba	1.643	PNA	44,42	73
Centrais Elétricas do Pará S.A. - Celpa	7.464	PNA	1,09	8
Centrais Elétricas do Pará S.A. - Celpa	1.057	PNB	0,89	1
Embratel Participações S.A.	2.476.773	ON	0,0120	30
Embratel Participações S.A.	301.949	PN	0,0125	4
Telebras - Telecomunicações Brasileiras S.A.	377	ON	12,69	5
Telebras - Telecomunicações Brasileiras S.A.	30	PN	8,00	-
Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.	14	ON	14,45	-
				7.203

16.5.2 Adiantamento para futuro investimento

Em novembro de 2011, foi assinado o contrato de compra e venda de 49,9% das ações representativas da São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A., que detém o controle societário das empresas GE Olho D'Água S.A., GE Boa Vista S.A., GE Farol S.A. e GE São Bento do Norte S.A., as quais são detentoras das outorgas das Centrais Geradoras Eólicas Olho D'Água, Boa Vista, Farol e São Bento do Norte, respectivamente. Considerando como condição para efetivação do contrato as aprovações pela Aneel, pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, banco financiador dos recursos necessários ao investimento, construção e exploração dos empreendimentos de geração de energia eólica detidos pelas controladas.

Os recursos aportados, no total de R\$ 45.673, foram classificados como Adiantamento para Futuro Investimento. Caso as aprovações não sejam obtidas, fica a vendedora obrigada a restituir os recursos corrigidos pela variação do Índice Nacional de Preços de Mercado - IGPM. As aprovações pela Aneel e pelo Cade foram obtidas, aguardando-se a finalização do procedimento junto ao BNDES.

16.6 Demonstração consolidada do resultado segregada por empresa

Visando possibilitar a análise do resultado por natureza de gasto, os custos e despesas operacionais são apresentados de forma agregada.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	GET	DIS	TEL	COM	ELE	UEG	Outras	Holding	Eliminações	Consolidado
31.12.2012										
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.242.665	5.892.171	172.445	359.090	211.724	86.442	39.019	-	(471.339)	8.532.217
Fornecimento de energia elétrica	137.990	2.490.638	-	-	-	-	-	-	(3.119)	2.625.509
Suprimento de energia elétrica	1.559.997	155.463	-	-	210.576	-	54	-	(302.583)	1.623.507
Disponibilidade da rede elétrica	444.653	2.500.075	-	-	-	-	468	-	(114.095)	2.831.101
Receita de construção	59.977	665.601	-	24.185	-	-	38.497	-	-	788.260
Telecomunicações	-	-	166.713	-	-	-	-	-	(41.148)	125.565
Distribuição de gás canalizado	-	-	-	325.012	-	-	-	-	-	325.012
Arrendamentos e aluguéis	1.136	66.661	5.689	-	-	86.442	-	-	(5.749)	154.179
Outras receitas operacionais	38.912	13.733	43	9.893	1.148	-	-	-	(4.645)	59.084
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.374.149)	(5.968.827)	(139.403)	(332.128)	(59.006)	(61.350)	(42.097)	(37.162)	471.384	(7.542.738)
Energia elétrica comprada para revenda	(164.607)	(2.939.447)	-	-	(6.199)	-	-	-	302.518	(2.807.735)
Encargos de uso da rede elétrica	(210.118)	(648.501)	-	-	(9.588)	(14.277)	-	-	110.123	(772.361)
Pessoal e administradores	(317.712)	(824.102)	(70.253)	(19.891)	(2.252)	(1.289)	(948)	(10.152)	-	(1.246.599)
Planos previdenciário e assistencial	(44.315)	(126.187)	(8.591)	(3.039)	-	-	-	(746)	-	(182.878)
Material	(17.934)	(48.296)	(1.800)	(1.413)	(162)	(147)	(31)	(33)	-	(69.816)
Matéria-prima e insumos na produção de energia elétrica	(22.641)	-	-	-	-	(2.870)	-	-	-	(25.511)
Gás natural e insumos na operação de gás	-	-	-	(247.770)	-	-	-	-	-	(247.770)
Serviços de terceiros	(93.560)	(320.135)	(17.280)	(14.206)	(8.269)	(9.038)	(1.204)	(3.863)	57.496	(410.059)
Depreciação e amortização	(254.324)	(192.344)	(28.019)	(13.769)	(27.383)	(33.175)	(819)	(755)	-	(550.588)
Provisões e reversões	(80.212)	(118.986)	(4.316)	(1.086)	-	-	-	(14.196)	-	(218.796)
Custo de Construção	(43.791)	(665.601)	-	(24.185)	-	-	(38.335)	-	-	(771.912)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(89.493)	-	-	-	(5.057)	-	-	-	-	(94.550)
Outros custos e despesas operacionais	(35.442)	(85.228)	(9.144)	(6.769)	(96)	(554)	(760)	(7.417)	1.247	(144.163)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	16.041	-	-	-	-	-	53.313	732.313	(790.627)	11.040
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS	884.557	(76.656)	33.042	26.962	152.718	25.092	50.235	695.151	(790.582)	1.000.519
Resultado financeiro	48.624	5.644	3.444	4.769	(102.425)	12.178	(1.061)	1.051	(45)	(27.821)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	933.181	(71.012)	36.486	31.731	50.293	37.270	49.174	696.202	(790.627)	972.698
Imposto de renda e contribuição social	(263.071)	(124.691)	(13.653)	(13.155)	(30.244)	(8.902)	(129)	(4.467)	-	(458.312)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	30.414	152.283	5.174	2.178	13.247	-	(115)	8.953	-	212.134
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	700.524	(43.420)	28.007	20.754	33.296	28.368	48.930	700.688	(790.627)	726.520

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	GET	DIS	TEL	COM	ELE	UEG	Outras	Holding	Eliminações	Consolidado
31.12.2011										
RECEITA OPERACIONAL	2.039.045	5.490.064	157.803	291.376	195.984	29.740	927	-	(428.774)	7.776.165
Fornecimento de energia elétrica	102.934	2.233.335	-	-	-	-	-	-	(5.441)	2.330.828
Suprimento de energia elétrica	1.437.298	91.789	-	-	195.949	-	927	-	(286.132)	1.439.831
Disponibilidade da rede elétrica	346.255	2.505.499	-	-	-	-	-	-	(89.386)	2.762.368
Receita de construção	118.816	606.620	-	16.290	-	-	-	-	-	741.726
Telecomunicações	-	-	157.803	-	-	-	-	-	(40.677)	117.126
Distribuição de gás canalizado	-	-	-	273.933	-	-	-	-	-	273.933
Arrendamentos e aluguéis	1.207	56.058	-	-	-	32.804	-	-	(1.160)	88.909
Outras receitas operacionais	32.535	(3.237)	-	1.153	35	(3.064)	-	-	(5.978)	21.444
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.351.074)	(5.038.081)	(114.437)	(248.001)	(71.877)	(54.043)	(2.357)	(21.575)	428.774	(6.472.671)
Energia elétrica comprada para revenda	(72.357)	(2.365.587)	-	-	(733)	-	-	-	286.132	(2.152.545)
Encargos de uso da rede elétrica	(193.357)	(505.869)	-	-	(9.740)	(12.938)	-	-	89.386	(632.518)
Pessoal e administradores	(240.858)	(657.382)	(58.341)	(15.096)	(1.913)	(998)	(26)	(8.039)	-	(982.653)
Planos previdenciário e assistencial	(37.860)	(104.234)	(7.113)	(1.142)	-	-	-	(496)	-	(150.845)
Material	(16.104)	(66.018)	(1.730)	(1.102)	(219)	(92)	(264)	(81)	-	(85.610)
Matéria-prima e insumos na produção de energia elétrica	(23.047)	-	-	-	-	(1.984)	-	-	-	(25.031)
Gás natural e insumos na operação de gás	-	-	-	(186.931)	-	-	-	-	-	(186.931)
Serviços de terceiros	(84.802)	(307.494)	(17.769)	(12.120)	(8.450)	(7.082)	(815)	(4.996)	52.095	(391.433)
Depreciação e amortização	(258.907)	(193.969)	(24.523)	(12.648)	(28.347)	(33.080)	(937)	(754)	-	(553.165)
Provisões e reversões	(173.119)	(122.332)	734	65	(246)	3.053	-	2.190	-	(289.655)
Custo de Construção	(108.533)	(606.620)	-	(16.290)	-	-	-	-	-	(731.443)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(118.691)	-	-	-	(6.651)	-	-	-	-	(125.342)
Outros custos e despesas operacionais	(23.439)	(108.576)	(5.695)	(2.737)	(15.578)	(922)	(315)	(9.399)	1.161	(165.500)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	(3.487)	-	-	-	-	-	39.711	1.249.114	(1.229.684)	55.654
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS	684.484	451.933	43.366	43.375	124.107	(24.303)	38.281	1.227.539	(1.229.684)	1.359.148
Resultado financeiro	101.643	256.721	2.923	6.136	(103.619)	17.297	(599)	(55.734)	-	224.768
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	786.127	708.704	46.289	49.511	20.488	(7.006)	37.682	1.171.805	(1.229.684)	1.583.916
Imposto de renda e contribuição social	(264.556)	(297.653)	(12.472)	(18.294)	(13.323)	-	(348)	(4.955)	-	(611.601)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	77.349	124.835	1.883	1.214	8.418	-	-	(9.160)	-	204.539
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	598.920	535.886	35.700	32.431	15.583	(7.006)	37.334	1.157.690	(1.229.684)	1.176.854

17 Imobilizado

17.1 Mutações do imobilizado por classe de ativo

Consolidado						
	Saldo em 1º.01.2012	Adições	Depreciação	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2012
Terrenos	270.096	40.795	-	-	-	310.891
Edificações, obras civis e benfeitorias	507.226	7.975	(29.690)	(517)	1	484.995
Máquinas e equipamentos	2.483.494	178.939	(154.237)	(1.950)	34.798	2.541.044
Veículos	10.626	7.294	(3.829)	(42)	15.786	29.835
Móveis e utensílios	2.774	5.999	(472)	(8)	(107)	8.186
Reservatórios, barragens, adutoras	3.082.435	86.529	(144.920)	-	-	3.024.044
Outros	852.472	671.503	-	(1.356)	(49.765)	1.472.854
	7.209.123	999.034	(333.148)	(3.873)	713	7.871.849

Consolidado						
	Saldo em 1º.01.2011	Adições	Depreciação	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2011
Terrenos	216.640	53.458	-	-	(2)	270.096
Edificações, obras civis e benfeitorias	531.839	10.712	(28.887)	-	(6.438)	507.226
Máquinas e equipamentos	2.436.816	212.472	(165.305)	(22.467)	21.978	2.483.494
Veículos	6.095	7.707	(3.176)	-	-	10.626
Móveis e utensílios	2.807	1.231	(597)	(86)	(581)	2.774
Reservatórios, barragens, adutoras	3.186.075	47.976	(137.617)	-	(13.999)	3.082.435
Outros	283.673	569.346	-	(538)	(9)	852.472
	6.663.945	902.902	(335.582)	(23.091)	949	7.209.123

17.2 Imobilizado por empresa

Consolidado	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
			31.12.2012			31.12.2011
Em serviço						
Copel Geração e Transmissão	11.491.186	(7.101.472)	4.389.714	11.463.046	(6.848.147)	4.614.899
Copel Telecomunicações	498.571	(294.255)	204.316	451.466	(276.901)	174.565
Elejor	591.738	(122.685)	469.053	590.092	(103.598)	486.494
UEG Araucária	666.750	(229.920)	436.830	664.878	(196.784)	468.094
Centrais Eólicas do Paraná	-	-	-	4.129	(3.047)	1.082
Dominó Holdings	4	-	4	-	-	-
Cutia	10	(6)	4	10	(4)	6
Costa Oeste	11	(1)	10	-	-	-
Marumbi	8	-	8	-	-	-
Transmissora Sul Brasileira	4	-	4	-	-	-
Guaraciaba	30	-	30	-	-	-
	13.248.312	(7.748.339)	5.499.973	13.173.621	(7.428.481)	5.745.140
Em curso						
Copel Geração e Transmissão	2.245.507	-	2.245.507	1.354.363	-	1.354.363
Copel Telecomunicações	114.825	-	114.825	99.222	-	99.222
Elejor	11.386	-	11.386	9.916	-	9.916
UEG Araucária	137	-	137	482	-	482
Caiuá	34	-	34	-	-	-
Integração Maranhense	2	-	2	-	-	-
	2.371.891	-	2.371.891	1.463.983	-	1.463.983
Obrigações especiais						
Copel Geração e Transmissão	(15)	-	(15)	-	-	-
	(15)	-	(15)	-	-	-
	15.620.188	(7.748.339)	7.871.849	14.637.604	(7.428.481)	7.209.123

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os bens e instalações utilizados principalmente na geração de energia elétrica são vinculados a tais serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Aneel nº 20/99, todavia, regulamentou a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. Para os contratos de concessão na modalidade de Uso do Bem Público - UBP, as restrições de utilização da infraestrutura estão estabelecidas no artigo 19 do Decreto nº 2.003/96.

17.3 Mutação do imobilizado

Saldos	Imobilizado		Consolidado
	em serviço	em curso	
Em 1º.01.2011	6.015.235	648.710	6.663.945
Efeito da 1ª consolidação da Cutia	6	-	6
Programa de investimentos pagos	-	821.919	821.919
Programa de investimentos a pagar	-	64.913	64.913
Provisão para litígios	-	16.064	16.064
Imobilizações de obras	86.606	(86.606)	-
Transferências de contas a receber vinculadas à concessão	1.004	-	1.004
Transf. para intangível em serviço	(55)	-	(55)
Quotas de depreciação no resultado	(336.033)	-	(336.033)
Quotas de depreciação - créditos de Pis/Pasep e Cofins	451	-	451
Baixas	(22.074)	(1.017)	(23.091)
Em 31.12.2011	5.745.140	1.463.983	7.209.123
Programa de investimentos pagos	-	875.604	875.604
Programa de investimentos a pagar	-	119.590	119.590
Participação financeira do consumidor	-	(15)	(15)
Provisão para litígios	-	3.855	3.855
Imobilizações de obras	88.619	(88.619)	-
Transferências de contas a receber vinculadas à concessão	713	-	713
Quotas de depreciação no resultado	(331.333)	-	(331.333)
Quotas de depreciação - créditos de Pis/Pasep e Cofins	(1.815)	-	(1.815)
Baixas	(1.351)	(2.522)	(3.873)
Em 31.12.2012	5.499.973	2.371.876	7.871.849

17.4 Imobilizado por classe de ativo - em serviço e em curso

Consolidado		Depreciação	Imobilizado em		Depreciação	Imobilizado em
	Custo	acumulada	serviço, líquido	Custo	acumulada	serviço, líquido
			31.12.2012			31.12.2011
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	7.108.618	(4.341.971)	2.766.647	7.108.617	(4.196.870)	2.911.747
Máquinas e equipamentos	4.509.360	(2.406.781)	2.102.579	4.457.236	(2.261.433)	2.195.803
Edificações	1.379.133	(963.086)	416.047	1.375.685	(933.593)	442.092
Terrenos	183.023	-	183.023	182.562	-	182.562
Veículos	57.474	(28.580)	28.894	38.721	(28.738)	9.983
Móveis e utensílios	10.704	(7.921)	2.783	10.800	(7.847)	2.953
	13.248.312	(7.748.339)	5.499.973	13.173.621	(7.428.481)	5.745.140
Em curso	2.371.891	-	2.371.891	1.463.983	-	1.463.983
Obrigações especiais	(15)	-	(15)	-	-	-
	15.620.188	(7.748.339)	7.871.849	14.637.604	(7.428.481)	7.209.123

Efeitos da Lei nº 12.783/2012 no imobilizado da Geração

Em 12.09.2012, foi publicada a Medida Provisória nº 579 (MP 579) que dispõe sobre a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, alcançadas pela lei nº 9.074 de 1995. Em 17.09.2012 foi publicado o Decreto nº 7.805 que regulamenta a MP nº 579. De acordo com a MP 579/12, as Companhias que possuem contratos de concessões de geração, transmissão e distribuição de energia, vincendas entre 2015 e 2017, têm a opção de prorrogar os prazos de concessão, a critério do Poder Concedente, uma única vez pelo prazo de até 30 anos, desde que aceitem ter o vencimento antecipado de seus atuais contratos para dezembro de 2012. A referida prorrogação está vinculada à aceitação de determinadas condições estabelecidas pelo Poder Concedente, tais como: i) receita fixada conforme critérios estabelecidos pela ANEEL; ii) submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela ANEEL; e, iii) concordância com os valores estabelecidos como indenização dos ativos vinculados à concessão.

A Companhia não manifestou interesse em prorrogar as concessões de geração vincendas até 2017 e, por conseguinte, o evento da MP nº 579 e normativas posteriores publicadas, para aquelas Usinas, não afetarão o fluxo de caixa previsto até o final das atuais concessões.

Isso é válido para a previsão de receitas e, também, para a expectativa de indenização ao final da concessão. O Decreto nº 7.850/12, corrobora a premissa atualmente adotada nos testes, pois restabelece a condição de indenização a valor novo de reposição - VNR, a critério do Poder Concedente, do saldo residual dos ativos contabilizados em cada concessão.

A administração da Companhia entende ter direito contratual assegurado no que diz respeito à indenização dos bens vinculados ao final das concessões de serviço público, admitindo, para cálculo de recuperação a metodologia do VNR, conforme definido pela Lei nº 12.783/12.

17.5 Taxas de depreciação

	Taxas de depreciação (%)	
	31.12.2012	31.12.2011
Geração		
Equipamento geral	6,22	9,73
Geradores	2,83	3,09
Reservatórios, barragens e adutoras	1,99	2,00
Turbina hidráulica	2,45	2,47
Turbinas a gás e a vapor	2,26	5,00
Resfriamento e tratamento de água	4,40	4,40
Condicionador de gás	4,40	4,40
Administração central		
Edificações	3,33	4,00
Máquinas e equipamentos de escritório	6,26	10,00
Móveis e utensílios	6,25	10,00
Veículos	14,29	20,00
Telecomunicações		
Equipamentos de transmissão	7,70	7,70
Equipamentos terminais	10,50	10,50
Infraestrutura	6,30	6,30

A Companhia, quando aplicável, utiliza as taxas de depreciação definidas pelo órgão regulador, em virtude do direito de indenização ao final do contrato de concessão.

A partir de 1º.01.2012, as taxas de depreciação sofreram alterações em virtude da revisão das vidas úteis realizadas pelo Órgão Regulador (Aneel), conforme Resolução Normativa nº 474, de 07.02.2012. O efeito no resultado foi de R\$ 458.

A taxa média para máquinas e equipamentos é de 2,94%.

Depreciação de ativos que integram o Projeto Original das Usinas de Mauá e Colider

A Companhia tem ativos das usinas de Mauá e Colider em que considera que não há total garantia de indenização pelo Poder Concedente, ao final do prazo da concessão dos empreendimentos, do valor residual dos bens que integram o projeto original. Esta interpretação está fundamentada na lei nº 8.987/95 e no Decreto nº 2.003/96.

Dessa forma a partir da entrada em operação desses ativos a depreciação é realizada com as taxas determinadas pela Aneel, limitadas ao prazo de concessão.

Conforme previsto nos contratos de concessão, os investimentos posteriores e não previstos no projeto original, desde que aprovados pelo Poder Concedente e ainda não amortizados serão indenizados ao final do prazo das concessões, logo estes ativos serão depreciados com as taxas de depreciação estabelecidas pela Aneel.

17.6 Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

A Companhia tem por prática a avaliação e o monitoramento periódico do desempenho futuro de seus ativos. Neste contexto, e considerando o disposto no CPC 01/IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, caso existam evidências claras de que a Companhia possui ativos registrados por valor não recuperável, ou sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável no futuro, deverá haver o reconhecimento imediato da desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas.

As principais premissas que sustentam as conclusões dos testes de recuperação estão listadas abaixo:

- menor nível de unidade geradora de caixa: concessões detidas, analisadas individualmente;
- valor recuperável: valor em uso, ou valor equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos), derivados do uso contínuo do ativo até o fim de sua vida útil; e
- apuração do valor em uso: baseada em fluxos de caixa futuros, em moeda constante, trazidos a valor presente por taxa de desconto real e antes dos impostos sobre a renda.

Os respectivos fluxos de caixa são estimados com base nos resultados operacionais realizados, no orçamento empresarial anual da Companhia, aprovado em reunião ordinária do CAD, com consequente orçamento plurianual, e tendências futuras do setor elétrico.

No que tange ao horizonte de análise, leva-se em consideração a data de vencimento de cada concessão.

Com relação ao crescimento de mercado, as projeções estão compatíveis com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira.

Os respectivos fluxos são descontados por taxa média de desconto, obtida por meio de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, referenciada pelo Órgão Regulador e aprovada pela Administração da Companhia.

A Administração entende ter direito contratual assegurado, no que diz respeito à indenização dos bens vinculados ao final das concessões de serviço público, admitindo, para fim de cálculo de recuperação e até que se edite regulamentação sobre o tema, a valorização dessa indenização pelo valor justo de reposição. Assim, a premissa de valoração do ativo residual ao final das concessões ficou estabelecida nos valores registrados contabilmente.

Apesar de não ter ocorrido nenhum indicador de perda de valor recuperável de seus ativos operacionais, a Companhia realizou o teste de recuperação.

Com base nas premissas acima, a Companhia não identificou necessidade de constituição de provisão para redução do valor dos ativos ao valor recuperável.

17.7 Consórcio Energético Cruzeiro do Sul - UHE Mauá

O consórcio formado pelas empresas Copel Geração e Transmissão, com participação de 51%, e pela Eletrosul Centrais Elétricas S.A., com participação de 49%. Em 10.10.2006, por meio do Leilão de Energia Nova Aneel nº 004/06, conquistou concessão para exploração da Usina Hidrelétrica de Mauá, que terá 363 MW de potência instalada, com prazo de 35 anos a partir de 03.07.2007, data da assinatura do contrato.

O empreendimento está inserido no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, do Governo Federal, e será constituído por uma casa de força principal de 352 MW e por uma casa de força complementar de 11 MW, totalizando 363 MW de potência instalada, suficientes para atender a cerca de 1 milhão de habitantes, a partir do aproveitamento energético inventariado no trecho médio do rio Tibagi, na divisa dos municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira, na região Centro - Leste do Estado do Paraná.

Em 17.11.2008, a Diretoria do BNDES aprovou financiamento para a Usina Hidrelétrica de Mauá. O valor financiado corresponde a aproximadamente 70% do total a ser desembolsado pela Copel naquela Usina.

A energia da Usina Hidrelétrica de Mauá foi comercializada em leilão da Aneel à tarifa final de R\$ 112,96/MWh, na de 1º.11.2006, atualizada pela variação do IPCA para R\$ 156,35 em 31.12.2012. Foram negociados 192 MW médios, fornecidos a partir de janeiro de 2011 por 30 anos. A garantia física do empreendimento, estabelecida no contrato de concessão, de 197,7 MW médios, após a completa motorização.

O empreendimento possui Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA e Projeto Básico Ambiental apresentados em audiências e reuniões públicas e aprovados pelo Órgão Licenciador, o que permitiu a emissão da Licença de Instalação nº 6.496/08. A ordem de serviço que determinou o início das obras da Usina Hidrelétrica de Mauá foi assinada em 21.07.2008.

Em razão da liminar judicial no âmbito da Ação Civil Pública nº 1999.7001.007514-6, que provocou atraso no início da geração comercial de cada uma das unidades geradoras, a Copel está lastreando os CCEARs relativos à UHE Mauá com geração própria e com energia adquirida em contratos no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

Em 28.06.2012, foi realizado o fechamento das comportas das estruturas de desvio do rio, iniciando o enchimento do reservatório. As unidades geradoras 1, 2 e 3 do empreendimento entraram em operação comercial no último semestre, sendo que as Unidades Geradoras 4 e 5 estão previstas para entrar em operação em janeiro de 2013.

Os gastos realizados nesse empreendimento são contabilizados no grupo de contas Ativo Imobilizado, na proporção de quota-parte. Em 31.12.2012, o saldo relativo ao empreendimento totalizava R\$ 868.748.

Os compromissos totais assumidos com fornecedores de equipamentos e serviços, referentes à UHE Mauá, montam em R\$ 19.227 em 31.12.2012 (R\$ 31.011 em 31.12.2011).

17.8 UHE Colíder

Em 30.07.2010, por meio do Leilão de Energia Nova nº 003/10 Aneel, a Copel Geração e Transmissão conquistou concessão para exploração da Usina Hidrelétrica Colíder, que terá 300 MW de potência instalada, com prazo de 35 anos, a partir de 17.01.2011, data da assinatura do Contrato e Concessão nº 001/11-MME-UHE Colíder.

O empreendimento está inserido no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, do Governo Federal, e será constituído por uma casa de força principal de 300 MW de potência instalada, suficientes para atender cerca de 1 milhão de habitantes, a partir do aproveitamento energético inventariado no rio Teles Pires, na divisa dos municípios de Nova Canaã do Norte e Itaúba, na região Norte do Estado do Mato Grosso.

O BNDES aprovou o enquadramento do projeto da Usina Hidrelétrica Colíder para análise da viabilidade de apoio financeiro.

A energia da Usina Hidrelétrica Colíder foi comercializada em leilão da Aneel, à tarifa final de R\$ 103,40/MWh, na data base de 1º.07.2010, atualizada pela variação do IPCA para R\$ 119,73 em 31.12.2012. Foram negociados 125 MW médios, a serem fornecidos a partir de janeiro de 2015 por 30 anos. A garantia física do empreendimento, estabelecida no contrato de concessão, é de 179,6 MW médios, após a completa motorização.

A ordem de serviço que autoriza o início das obras de implantação foi assinada em 1º.03.2011.

Em dezembro de 2012, permanecem em execução as escavações da margem esquerda da barragem e o aterro da margem direita. Em andamento o concreto do vertedouro e a montagem das peças fixas das comportas. Prosseguem as concretagens na casa de força e a montagem dos tubos de sucção e ponte rolante. Concluído o aterro da subestação. Também em andamento as escavações para a escada de peixes.

Os gastos realizados neste empreendimento são contabilizados no grupo de contas Ativo Imobilizado em Curso. Em 31.12.2012, o saldo relativo ao empreendimento totalizava R\$ 1.063.149.

Os compromissos totais assumidos com fornecedores de equipamentos e serviços, referentes à UHE Colíder, montam em R\$ 434.848 em 31.12.2012.

17.9 PCH Cavernoso II

Em 26.08.2010, no Leilão nº 07/10 Aneel, a Copel Geração e Transmissão comercializou a energia da PCH Cavernoso II, empreendimento com 19 MW de potência instalada, localizado no rio Cavernoso, nos municípios de Virmond e Cândói, no Estado do Paraná. Em função dessa comercialização, obteve outorga de autorização para implantação e exploração do empreendimento, com prazo de 35 anos a partir de 28.02.2011, data da publicação da Portaria nº 133/11, do MME.

O empreendimento está inserido no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, do Governo Federal, e será constituído por uma casa de força de 19 MW de potência instalada, suficientes para atender a cerca de 50 mil habitantes.

A energia da PCH Cavernoso II foi comercializada à tarifa final de R\$ 146,99/MWh, na database de 1º.08.2010, atualizada pela variação do IPCA para R\$ 170,14 em 31.12.2012. Foram negociados 7,73 MW médios, a serem fornecidos a partir de janeiro de 2013 por 30 anos. A garantia física do empreendimento, estabelecida na Portaria nº 133, de 25.02.2011, do MME, é de 10,56 MW médios.

A Ordem de serviço que autoriza o início da mobilização e consequente início das obras de implantação foi assinada em 18.04.2011.

Os gastos realizados nesse empreendimento são contabilizados no grupo de contas Ativo Imobilizado em Curso. Em 31.12.2012, o saldo relativo ao empreendimento totalizava R\$ 100.684.

Os compromissos totais assumidos com fornecedores de equipamentos e serviços, referentes à PCH Cavernoso, montam em R\$ 7.749 em 31.12.2012.

17.10 Consórcio Tapajós

A Copel Geração e Transmissão assinou Acordo de Cooperação Técnica com outras oito empresas para desenvolver estudos nos rios Tapajós e Jamanxim, na Região Norte do Brasil, compreendendo a avaliação ambiental integrada da Bacia do rio Tapajós e estudos de viabilidade e ambientais de cinco aproveitamentos hidrelétricos, totalizando 10.682 MW de capacidade instalada.

As usinas que atualmente estão em estudo são: Jatobá, com 2.338 MW, e São Luiz do Tapajós, a maior delas, com 6.133 MW, ambas no rio Tapajós. Já no rio Jamanxim, serão objeto de estudos, futuramente, as usinas de Cachoeira do Cai (802 MW), Cachoeira dos Patos (528 MW) e Jamanxim (881 MW).

Os gastos realizados nesse empreendimento são contabilizados no grupo de contas Ativo Imobilizado em Curso, na proporção de quota-parte. Em 31.12.2012, o saldo relativo ao empreendimento totalizava R\$ 5.302.

18 Intangível

	Direito de concessão e autorização		Contrato de concessão		Direito de uso de softwares		Outros	Consolidado
	custo	amortização acumulada ⁽¹⁾	custo	amortização acumulada ⁽¹⁾	custo	amortização acumulada ⁽²⁾		
								31.12.2012
Em serviço								
Com vida útil definida								
Copel Geração e Transmissão (18.5)	-	-	12.905	(36)	15.158	(3.511)	43	24.559
Copel Distribuição (18.1)	-	-	3.713.620	(3.113.508)	-	-	-	600.112
Copel Distribuição-obrig. especiais (18.6)	-	-	(320.627)	211.651	-	-	-	(108.976)
Copel Telecomunicações	-	-	-	-	25.819	(6.319)	-	19.500
Compagas (18.2)	-	-	217.446	(86.920)	4.070	(2.906)	-	131.690
Elejor (18.3)	-	-	263.920	(60.532)	-	-	5.927	209.315
UEG Araucária	-	-	-	-	360	(145)	-	215
Costa Oeste	-	-	-	-	-	-	2	2
Marumbi	-	-	-	-	-	-	3	3
Transmissora Sul Brasileira	-	-	-	-	4	-	-	4
Direito de concessão - Elejor (18.3)	22.626	(5.092)	-	-	-	-	-	17.534
Direito de autorização - Cutia (18.4)	5.809	-	-	-	-	-	-	5.809
	28.435	(5.092)	3.887.264	(3.049.345)	45.411	(12.881)	5.975	899.767
Sem vida útil definida								
Copel Geração e Transmissão	-	-	-	-	-	-	18	18
Compagas	-	-	-	-	-	-	21	21
	-	-	-	-	-	-	39	39
	28.435	(5.092)	3.887.264	(3.049.345)	45.411	(12.881)	6.014	899.806
Em curso								
Copel Geração e Transmissão (18.5)	-	-	15.101	-	991	-	4.312	20.404
Copel Distribuição (18.1)	-	-	898.361	-	-	-	-	898.361
Copel Distribuição-obrig. especiais (18.6)	-	-	(83.748)	-	-	-	-	(83.748)
Copel Telecomunicações	-	-	-	-	1.467	-	7	1.474
Compagas	-	-	52.837	-	-	-	-	52.837
Elejor	-	-	-	-	-	-	27	27
Cutia	-	-	-	-	-	-	5.345	5.345
Caiuá	-	-	-	-	-	-	3	3
Integração Maranhense	-	-	-	-	-	-	1	1
	-	-	882.551	-	2.458	-	9.695	894.704
								1.794.510

⁽¹⁾ Amortização pelo período de concessão

⁽²⁾ Taxa anual de amortização: 20%

	Direito de concessão e autorização		Contrato de concessão		Direito de uso de softwares		Outros	Consolidado
	custo	amortização	custo	amortização	custo	amortização		
		acumulada ⁽¹⁾		acumulada ⁽¹⁾		acumulada ⁽²⁾		
								31.12.2011
Em serviço								
Com vida útil definida								
Copel Geração e Transmissão	-	-	-	-	3.140	(2.281)	43	902
Copel Distribuição (18.1)	-	-	3.783.331	(2.895.710)	-	-	-	887.621
Copel Distribuição-obrig. especiais (18.6)	-	-	(367.099)	166.655	-	-	-	(200.444)
Copel Telecomunicações	-	-	-	-	5.936	(4.256)	-	1.680
Compagas (18.2)	-	-	199.932	(74.320)	4.053	(2.526)	-	127.139
Elejor (18.3)	-	-	263.920	(52.279)	-	-	-	211.641
UEG Araucária	-	-	-	-	230	(106)	-	124
Direito de concessão - Elejor (18.3)	22.626	(4.337)	-	-	-	-	-	18.289
Direito de autorização - Cutia (18.4)	5.809	-	-	-	-	-	-	5.809
	28.435	(4.337)	3.880.084	(2.855.654)	13.359	(9.169)	43	1.052.761
Sem vida útil definida								
Copel Geração e Transmissão	-	-	-	-	-	-	18	18
Compagas	-	-	-	-	-	-	20	20
	-	-	-	-	-	-	38	38
	28.435	(4.337)	3.880.084	(2.855.654)	13.359	(9.169)	81	1.052.799
Em curso								
Copel Geração e Transmissão (18.5)	-	-	26.120	-	10.430	-	1.686	38.236
Copel Distribuição (18.1)	-	-	599.794	-	-	-	-	599.794
Copel Distribuição-obrig. especiais (18.6)	-	-	(40.457)	-	-	-	-	(40.457)
Copel Telecomunicações	-	-	-	-	15.100	-	5	15.105
Compagas	-	-	48.677	-	-	-	-	48.677
Elejor	-	-	-	-	-	-	2.790	2.790
Cutia	-	-	-	-	-	-	4.913	4.913
	-	-	634.134	-	25.530	-	9.394	669.058
								1.721.857

⁽¹⁾ Amortização pelo período de concessão

⁽²⁾ Taxa anual de amortização : 20%

Mutação do intangível por classes de ativos

Saldos	Contrato de concessão	Direito de concessão	Softwares	Outros	Consolidado
Em 1º.01.2011	1.699.506	19.044	27.489	2.915	1.748.954
Adições	718.583	5.809	4.756	4.913	734.061
Transferência para contas a receber vinculadas à concessão	(520.110)	-	-	-	(520.110)
Quotas de amortização-concessão e autorização	(226.913)	(755)	(637)	-	(228.305)
Baixas	(12.502)	-	-	(101)	(12.603)
Outros	-	-	(140)	-	(140)
Em 31.12.2011	1.658.564	24.098	31.468	7.727	1.721.857
Adições	386.420	-	7.309	7.982	401.711
Transferência para contas a receber vinculadas à concessão	(83.413)	-	-	-	(83.413)
Quotas de amortização-concessão e autorização	(224.279)	(755)	(3.724)	-	(228.758)
Baixas	(8.257)	-	(65)	-	(8.322)
Outros	(8.565)	-	-	-	(8.565)
Em 31.12.2012	1.720.470	23.343	34.988	15.709	1.794.510

Mutação do intangível

Saldos	Contrato de concessão				Direito de concessão e autorização	Outros		Consolidado
	em serviço	em curso	Obrigações especiais em serviço	Obrigações especiais em curso		em serviço	em curso	
Em 1º.01.2011	1.353.133	639.950	(229.031)	(64.546)	19.044	2.322	28.082	1.748.954
Efeito da 1ª consolidação da Cutia	-	-	-	-	-	-	4.913	4.913
Programa de investimentos	-	808.687	-	-	5.809	-	5.224	819.720
Participação financeira do consumidor	-	-	-	(94.396)	-	-	-	(94.396)
Outorga Aneel - uso do bem público	-	5.457	-	-	-	-	-	5.457
Ajustes a valor presente - outorga Aneel	-	(1.586)	-	-	-	-	-	(1.586)
Capitalizações para contas a receber vinculadas à concessão	-	(613.284)	-	93.173	-	-	-	(520.111)
Capitalizações para intangível em serviço	156.681	(156.681)	(25.312)	25.312	-	3.295	(3.295)	-
Quotas de amortização-concessão e autorização	(265.315)	-	50.800	-	(755)	(1.132)	-	(216.402)
Quotas de amortização - créditos de PIs/Pasep e Cofins	(14.928)	-	3.099	-	-	(169)	-	(11.998)
Transferência de investimentos - bens destinados a uso futuro	13	-	-	-	-	-	-	13
Transferências do imobilizado em serviço	-	-	-	-	-	55	-	55
Baixas	(4.710)	(7.952)	-	-	-	(100)	-	(12.762)
Em 31.12.2011	1.224.874	674.591	(200.444)	(40.457)	24.098	4.271	34.924	1.721.857
Programa de investimentos	-	840.119	-	-	-	-	13.076	853.195
Participação financeira do consumidor	-	-	-	(107.980)	-	-	-	(107.980)
Outorga Aneel - uso do bem público	-	1.886	-	-	-	-	-	1.886
Transferências para contas a receber vinculadas à concessão - remensuração Res. nº 474/2012	(136.658)	-	53.245	-	-	-	-	(83.413)
Transferências para tributos correntes a recuperar	(8.073)	(301)	-	-	-	-	-	(8.374)
Capitalizações para contas a receber vinculadas à concessão (NE 9.1)	-	(405.521)	-	57.916	-	-	-	(347.605)
Capitalizações para intangível em serviço	140.889	(140.889)	(6.773)	6.773	-	35.779	(35.779)	-
Quotas de amortização - concessão e autorização	(256.731)	-	42.709	-	(755)	(3.748)	-	(218.525)
Quotas de amortização - créditos de PIs/Pasep e Cofins	(12.544)	-	2.287	-	-	24	-	(10.233)
Ajustes de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda	-	-	-	-	-	2.215	-	2.215
Baixas	(4.671)	(3.586)	-	-	-	3	(68)	(8.322)
Alienações	(191)	-	-	-	-	-	-	(191)
Em 31.12.2012	946.895	966.299	(108.976)	(83.748)	23.343	38.544	12.153	1.794.510

18.1 Copel Distribuição

O ativo intangível da concessão representa o direito de exploração dos serviços de construção, bem como prestação dos serviços de fornecimento de energia elétrica que será recuperado por meio do consumo e consequente faturamento aos consumidores.

A Aneel estabelece a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis, no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é razoável e adequada para efeitos contábeis e regulatórios e representa a melhor estimativa de vida útil econômica dos bens, aceita pelo mercado dessa indústria.

A amortização do intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Copel Distribuição, com expectativa de amortização durante o prazo da concessão.

O valor residual de cada bem, que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão, está alocado como contas a receber vinculadas à concessão (NE nº 9).

Em função da mudança de vida útil estabelecida pelo Órgão Regulador (Aneel), por meio da Resolução Normativa nº 474 de 07.02.2012, houve redução do Ativo Intangível de R\$ 75.856, transferido para o ativo financeiro da concessão.

18.2 Compagas

Ativo intangível relativo à construção de infraestrutura e à aquisição de bens necessários para a prestação dos serviços de distribuição de gás e o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás. A construção de infraestrutura e aquisição de bens são consideradas como prestação de serviços do Poder Concedente, o Estado do Paraná.

A amortização do intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Compagas, com expectativa de amortização média, limitada ao prazo da concessão, de 7,1% a.a. para os gasodutos construídos até 31.12.2008 e de 10% a.a. para os demais ativos.

Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente e a Compagas será indenizada pelos investimentos efetuados com base no valor de reposição amortizado, avaliados por empresa de auditoria independente, determinado conforme valores a serem apurados à época.

18.3 Elejor

Contrato de concessão

Ativo intangível relativo ao Direito de Uso do Bem Público - UBP na modalidade de concessão onerosa. Este ativo intangível está sendo amortizado pelo prazo do contrato de concessão e o passivo está sendo amortizado pelo pagamento (NE nº 26.c).

Direito de concessão

A aquisição das ações da Elejor, pertencentes à Triunfo Participações S.A., em 18.12.2003, gerou direito de concessão no valor total de R\$ 22.626, que, em 31.12.2012 apresentou o saldo de R\$ 17.535 na Controladora. O fundamento econômico utilizado para a amortização linear foi a expectativa de resultado futuro da operação comercial da concessão, cujo prazo remanescente tem vencimento em 2036. O efeito no resultado em 2012 foi de R\$ 754 (R\$ 754 em 2011).

18.4 Cutia

A aquisição das ações da Cutia gerou direito de autorização no valor de R\$ 5.809, que será amortizado durante o prazo da autorização, a partir do início da operação comercial do empreendimento, previsto para 1º.01.2015, conforme resoluções autorizativas da Aneel. O prazo da autorização dos parques eólicos é de 30 anos a contar da data de publicação das resoluções autorizativas no Diário Oficial, ocorrida em 05.01.2012.

18.5 Copel Geração e Transmissão

Ativo intangível relativo ao direito de Uso do Bem Público - UBP na modalidade de concessão onerosa. Este ativo intangível está sendo constituído pelo prazo do contrato de concessão.

Em 31.12.2012, a Companhia possuía os seguintes valores registrados referentes: ao Contrato de Concessão - UHE Mauá R\$ 12.869 (R\$ 12.341 em 31.12.2011) e ao Contrato de Concessão - UHE Colíder R\$ 15.101 (R\$ 13.779 em 31.12.2011).

18.6 Obrigações especiais

As obrigações especiais representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, das dotações orçamentárias da União, verbas federais, estaduais e municipais e de créditos especiais destinados aos investimentos aplicados nos empreendimentos vinculados à concessão.

As obrigações especiais não são passivos onerosos e não são créditos do acionista.

O prazo esperado para liquidação dessas obrigações era a data de término da concessão. Com a Resolução Normativa Aneel nº 234/06, alterada pela Resolução Normativa Aneel nº 338/08, que estabelece os conceitos gerais, as metodologias aplicáveis e os procedimentos iniciais, para realização do segundo ciclo de revisão tarifária periódica das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, a característica dessas obrigações sofreu modificação. Tanto o saldo quanto as novas adições passaram a ser amortizados contabilmente a partir de 1º.07.2008, conforme Despacho Aneel nº 3.073/06 e Ofício Circular nº 1.314/07. A amortização é calculada utilizando a mesma taxa média da atividade de distribuição.

De acordo com a regulamentação da Aneel, as obrigações especiais devem ser registradas no balanço como um redutor do total do ativo intangível e financeiro. O saldo de obrigações especiais que consta no intangível será amortizado durante o prazo da concessão.

18.7 Valor de recuperação do ativo intangível (vida útil definida)

Apesar de não haver indicadores de perda de recuperação, a Companhia apurou o valor de recuperação dos seus ativos intangíveis com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como em dados históricos.

O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- o crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e
- a taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital, conforme NE nº 17.6.

O valor recuperável desses ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

18.8 Universalização e Programa Luz para Todos

A Aneel estabeleceu condições gerais para a Universalização do Acesso ao Serviço Público de Energia Elétrica por meio da Lei nº 10.438, de 26.04.2002, alterada pela Lei nº 10.762, de 11.11.2003, visando ao atendimento de novas unidades consumidoras ligadas em baixa tensão (inferior a 2,3 kV), com carga instalada de até 50 kW. A Resolução Aneel nº 223, de 29.04.2003, estabeleceu as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica, e foi alterada pela Resolução Aneel nº 52, de 25.03.2009. Norteando o processo de revisão dos Planos de Universalização, a Agência Reguladora emitiu a Resolução Aneel nº 175, de 28.11.2005, alterada pela Resolução Aneel nº 365, de 19.05.2009.

O Decreto nº 4.873, de 11.11.2003, instituiu o Programa Nacional do Acesso e Uso da Energia Elétrica - Luz para Todos, destinado a propiciar atendimento com energia elétrica à parcela da população do meio rural, voltada à agricultura familiar, que ainda não possui acesso a esse serviço público. O Programa é coordenado pelo MME e operacionalizado com a participação da Eletrobrás. No caso do Paraná, o Ministério é representado pela Eletrosul, e os participantes são o Governo do Estado do Paraná e a Copel. Além disso, o Programa se integra aos diversos programas sociais e de desenvolvimento rural implementados pelo Governo Federal e pelos Estados, para assegurar que o esforço de eletrificação do campo resulte em incremento da produção agrícola, fixando e dando condições melhores de vida ao homem do campo, em aumento de renda e inclusão social da população beneficiada. O Programa foi prorrogado até 31.12.2011 por meio do Decreto nº 7.324, de 05.10.2010, e reeditado por meio do Decreto nº 7.520, de 08.07.2011, com vigência até 2014. Para esta nova edição do Programa, o MME definiu a meta de 4000 ligações para os anos de 2012 e 2013 cujos Termo de Compromisso e contrato de financiamento serão assinados em 2013.

Em 2012, foram realizadas 590 ligações, e foram iniciadas as obras para atendimento às comunidades isoladas por meio de cabos especiais e sistemas fotovoltaicos que beneficiarão mais de 500 famílias em 2013. Com isso, a Copel suplanta a marca de 76.500 ligações desde o início do Programa.

Foram firmados com a Eletrobras quatro contratos de financiamento e concessão de subvenção, no total de R\$ 278.152. Os dois primeiros contratos já se encerraram, continuando em vigência apenas o contrato ECFS nº 206/07, do qual já foram liberados R\$ 88.501 sendo R\$ 75.858 com recursos RGR e R\$ 12.643 com recursos de CDE do total de R\$ 109.642 previstos, e contrato ECFS 273/09, do qual já foram liberados R\$ 19.183, sendo R\$ 16.443 com recursos RGR e R\$ 2.740 com recursos de CDE, do total de R\$ 63.930 previstos.

A composição total dos investimentos previstos nos contratos assinados para o Programa é a seguinte:

Origem	R\$	Participação
Governo Federal - subvenção CDE	62.882	19%
Governo do Estado do Paraná	33.002	10%
Financiamento RGR	168.129	51%
Agente executor - Copel	66.007	20%
Total do programa	330.020	100%

Até dezembro de 2012, o valor total investido no Programa Luz para Todos era de R\$ 361.711.

19 Obrigações Sociais e Trabalhistas

		Consolidado
	31.12.2012	31.12.2011
Obrigações Sociais		
Impostos e contribuições sociais	61.409	39.493
Encargos sociais sobre férias e 13º salário	34.166	23.900
	95.575	63.393
Obrigações trabalhistas		
Folha de pagamento, líquida	3.039	152
Férias	96.761	76.142
Participação nos lucros e/ou resultados	29.940	48.068
Desligamentos voluntários	158.781	36.338
Consignações a favor de terceiros	54	2
	288.575	160.702
	384.150	224.095

20 Fornecedores

		Consolidado
	31.12.2012	31.12.2011
Energia elétrica	517.982	316.262
Materiais e serviços	476.191	257.166
Encargos de uso da rede elétrica	82.195	79.795
Gás para revenda	43.681	40.698
Gás para usina termelétrica - repactuação Petrobras	117.306	161.994
	1.237.355	855.915
Circulante	1.136.359	747.453
Não circulante - NC	100.996	108.462

20.1 Principais contratos de compra de energia

Contratos de compra de energia firmados em ambiente regulado, apresentados pelo valor original e reajustados anualmente pelo IPCA:

	Período de suprimento	Energia comprada (MW médio anual)	Data do leilão	Preço médio de compra (R\$/MWh)
Leilão de energia existente				
1º Leilão - Produto 2005	2005 a 2012	933,72	07.12.2004	57,51
1º Leilão - Produto 2006	2006 a 2013	452,34	07.12.2004	67,33
1º Leilão - Produto 2007	2007 a 2014	11,55	07.12.2004	75,46
2º Leilão - Produto 2008	2008 a 2015	69,02	02.04.2005	83,13
4º Leilão - Produto 2009	2009 a 2016	44,13	11.10.2005	94,91
5º Leilão - Produto 2007	2007 a 2014	157,17	14.12.2006	104,74
11º Leilão Ajuste P-12M	Jan a Dez 2012	26,89	30.09.2011	73,63
		1.694,82		
Leilão de energia nova				
1º Leilão - Produto 2008 Hidro	2008 a 2037	3,61	16.12.2005	106,95
1º Leilão - Produto 2008 Termo	2008 a 2022	25,56	16.12.2005	132,26
1º Leilão - Produto 2009 Hidro	2009 a 2038	3,26	16.12.2005	114,28
1º Leilão - Produto 2009 Termo	2009 a 2023	41,59	16.12.2005	129,26
1º Leilão - Produto 2010 Hidro	2010 a 2039	66,31	16.12.2005	114,57
1º Leilão - Produto 2010 Termo	2010 a 2024	64,30	16.12.2005	121,81
3º Leilão - Produto 2011 Hidro	2011 a 2040	57,66	10.10.2006	120,86
3º Leilão - Produto 2011 Termo	2011 a 2025	54,22	10.10.2006	137,44
4º Leilão - Produto 2010 Termo	2010 a 2024	15,65	26.07.2007	134,64
5º Leilão - Produto 2012 Hidro	2012 a 2041	52,50	16.10.2007	129,14
5º Leilão - Produto 2012 Termo	2012 a 2026	74,77	16.10.2007	128,37
6º Leilão - Produto 2011 Termo	2011 a 2025	15,48	17.09.2008	128,42
7º Leilão - Produto 2013 Hidro	2013 a 2042	12,24	30.09.2008	98,98
7º Leilão - Produto 2013 Termo	2013 a 2027	303,99	30.09.2008	145,23
Santo Antonio	2012 a 2041	106,00	10.12.2007	78,87
Jirau	2013 a 2042	141,51	19.05.2008	71,37
		1.038,65		

21 Empréstimos e Financiamentos

Consolidado			Passivo circulante		Passivo não circulante	
	Principal	Encargos	31.12.2012 Total	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Moeda estrangeira						
STN (21.1)	2.737	574	3.311	4.484	56.029	53.943
Eetrobrás	6	-	6	6	5	12
	2.743	574	3.317	4.490	56.034	53.955
Moeda nacional						
Banco do Brasil (21.2)	115.317	53.307	168.624	39.879	1.373.235	1.464.325
Eetrobrás (21.3)	52.807	1.397	54.204	45.454	178.841	216.031
Finep (21.4)	1.951	63	2.014	1.962	27.511	3.904
BNDES (21.5)	15.514	2.642	18.156	12.336	196.699	159.901
Banco do Brasil						
Repasse BNDES (21.6)	12.316	2.659	14.975	12.318	157.268	159.869
BNDES - Compagas	-	-	-	48	-	-
	197.905	60.068	257.973	111.997	1.933.554	2.004.030
	200.648	60.642	261.290	116.487	1.989.588	2.057.985

Controladora			Passivo circulante	Passivo não circulante	
	Principal	Encargos	31.12.2012 Total	31.12.2011	31.12.2012 31.12.2011
Moeda estrangeira					
STN (21.1)	2.737	574	3.311	4.484	56.029 53.943
Moeda nacional					
Banco do Brasil (21.2)	-	24.795	24.795	39.668	915.692 911.829
	2.737	25.369	28.106	44.152	971.721 965.772

21.1 Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Tipo de bônus	Nº de parcelas	Vencimento final	Amorti- zação	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	Consolidado	
						31.12.2012	31.12.2011
<i>Debt Conversion Bond</i>	17	12.04.2012	semestral	Libor semestral+0,8750%+0,20%	14.012	-	1.412
<i>Capitalization Bond</i>	21	10.04.2014	semestral	8,0% + 0,20%	12.225	4.180	6.392
<i>Par Bond</i>	1	11.04.2024	única	6,0% + 0,20%	17.315	22.548	29.935
<i>Discount Bond</i>	1	11.04.2024	única	Libor semestral+0,8125%+0,20%	12.082	32.612	20.688
						59.340	58.427
						Circulante	3.311
						Não circulante	56.029
							4.484
							53.943

Data da emissão: 20.05.1998

Garantias:

Conta corrente bancária centralizadora da arrecadação das receitas. Nos bônus *Par Bond* e *Discount Bond* existem garantias depositadas nos valores de R\$ 25.426 e R\$ 17.820 (R\$ 22.076 e R\$ 15.477 em 31.12.2011), respectivamente (NE nº 6).

Observação:

Reestruturação da dívida da Controladora referente aos financiamentos sob amparo da Lei nº 4.131/62.

21.2 Banco do Brasil S.A.

Contrato	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	Consolidado		
						31.12.2012	31.12.2011	
Lei 8.727/93 (a)	30.03.1994	240	1º.03.2014	TJLP e IGP-M + 5,098%	28.178	298	487	
21/02155-4 (b)	10.09.2010	3	15.08.2015	98,5% da taxa média do CDI	350.000	430.932	396.295	
21/02248-8 (c)	22.06.2011	1	1º.06.2015	99,5% da taxa média do CDI	150.000	170.142	155.925	
NC 330600129 (d)	31.01.2007	1	31.01.2014	106,5% da taxa média do CDI	29.000	29.911	30.454	
NC 330600132 (e)	28.02.2007	1	28.02.2014	106,2% da taxa média do CDI	231.000	236.729	240.170	
NC 330600151 (f)	31.07.2007	1	31.07.2014	106,5% da taxa média do CDI	18.000	18.565	18.902	
NC 330600156 (g)	28.08.2007	1	28.08.2014	106,5% da taxa média do CDI	14.348	14.705	14.919	
NC 330600157 (h)	31.08.2007	1	31.08.2014	106,5% da taxa média do CDI	37.252	38.143	38.697	
NC 330600609 (i)	19.08.2011	3	21.07.2016	109,41% da taxa média do CDI	600.000	602.434	608.355	
						1.541.859	1.504.204	
						Circulante	168.624	39.879
						Não circulante	1.373.235	1.464.325

Empresas:

Copel Distribuição: (a) (b) (c)

Controladora: (d) (e) (f) (g) (h) (i)

Prestações anuais:

Juntamente com os juros proporcionais às parcelas; a primeira no valor de R\$ 116.666, vencível em 25.08.2013 e as demais no valor de R\$ 116.667, vencíveis em 11.07.2014 e 15.08.2015: (b)

A primeira no valor de R\$ 200.000, vencível em 21.07.2014, e as demais em 21.07.2015 e 21.07.2016: (i)

Destinação:

Renegociação de dívida com a União: (a)

Capital de giro: (b) (c)

Exclusivo para quitação de empréstimos : (d) (e) (f) (g) (h) (i)

Garantias:

Receita própria: (a)

Penhor de duplicatas mercantis de até 360 dias: (b) (c)

21.3 Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

Contrato	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	Consolidado	
						31.12.2012	31.12.2011
1293/94 (a)	23.09.1994	180	30.06.2016	5,5% à 6,5% + 2,0%	307.713	119.038	146.412
980/95 (b)	22.12.1994	80	15.11.2018	8,0%	11	16	19
981/95 (c)	22.12.1994	80	15.08.2019	8,0%	1.169	441	506
982/95 (d)	22.12.1994	80	15.02.2020	8,0%	1.283	166	190
983/95 (e)	22.12.1994	80	15.11.2020	8,0%	11	205	230
984/95 (f)	22.12.1994	80	15.11.2020	8,0%	14	87	98
985/95 (g)	22.12.1994	80	15.08.2021	8,0%	61	53	59
002/04 (h)	07.06.2004	120	30.07.2016	8,0%	30.240	4.059	5.049
142/06 (i)	11.05.2006	120	30.09.2018	5,0% + 1,0%	74.340	21.333	24.562
206/07 (j)	03.03.2008	120	30.08.2020	5,0% + 1,0%	109.642	69.351	65.744
273/09 (k)	18.02.2010	120	30.12.2022	5,0% + 1,0%	63.944	16.525	16.443
2540/06 (l)	12.05.2009	60	30.10.2016	5,0% + 1,5%	2.844	1.771	2.173
						233.045	261.485
Circulante						54.204	45.454
Não circulante						178.841	216.031

Empresas:

Copel Geração e Transmissão: (a)

Copel Distribuição: (b) (c) (d) (e) (f) (g) (h) (i) (j) (k) (l)

Destinação:

Cobertura financeira de até 29,14% do total do projeto de Implantação da UHE Governador José Richa e do sistema de transmissão: (a)

Programa Nacional de Irrigação - Proni: (b) (c) (d) (e) (f) (g)

Programa de Eletrificação Rural - Luz para Todos: (h) (i) (j) (k)

Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - Reluz: cobertura de 75% do custo total do município de Ponta Grossa /PR: (l)

Garantias:

Representada pela receita própria, suportada por procuração outorgada por instrumento público, e na emissão de notas promissórias em igual número das parcelas a vencer.

Observação:

Final da carência em 30.12.2012 (k)

21.4 Financiadora de Estudos e Projetos - Finep

Contrato	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento		Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	Consolidado	
			inicial	final			31.12.2012	31.12.2011
2070791-00 (a)	28.11.2007	49		15.12.2014	0,37% acima da TJLP	5.078	2.295	3.440
2070790-00 (b)	28.11.2007	49		15.12.2014	0,13% acima da TJLP	3.535	1.618	2.426
21120105-00 (c)	17.05.2012	81		15.10.2020	4%	35.095	15.526	-
21120105-00 (c)	17.05.2012	81		15.10.2020	3,5% + TR	17.103	10.086	-
							29.525	5.866
Circulante							2.014	1.962
Não circulante							27.511	3.904

Empresas:

Copel Geração e Transmissão: (a) (b)

Copel Telecomunicações: (c)

Destinação:

Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento GER 2007: (a)

Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento TRA 2007: (b)

Projeto BEL - serviço de internet banda ultra larga (*Ultra Wide Band* - UWB): (c)

Garantias:

Bloqueio de recebimentos na conta corrente da arrecadação : (a) (b) (c)

Observações:

(c) Em substituição ao contrato 2100567-00, de 29.11.2010. Crédito de R\$ 52.198 a ser disponibilizado em 6 parcelas, dividido em Subcrédito A, no valor de R\$ 35.095, e Subcrédito B, no valor de R\$ 17.103. Em contrapartida a financiada se compromete a participar dos custos de elaboração com o valor mínimo de R\$ 8.324.

Foram liberadas 2 parcelas no exercício, a saber: subcrédito A, no montante de R\$ 15.645, e subcrédito B, no montante de R\$ 10.162.

O vencimento da 1ª parcela ocorrerá em 15.02.2014.

21.5 BNDES

Contrato	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento		Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	Consolidado	
			inicial	final			31.12.2012	31.12.2011
820989.1 (a)	17.03.2009	179	15.03.2013	15.01.2028	1,63% acima da TJLP	169.500	172.137	172.237
1120952.1-A (b)	16.12.2011	168	15.05.2012	15.04.2026	1,82% acima da TJLP	42.433	39.568	-
1120952.1-B (c)	16.12.2011	168	15.05.2012	15.04.2026	1,42% acima da TJLP	2.290	3.150	-
							214.855	172.237
Circulante							18.156	12.336
Não circulante							196.699	159.901

Empresas:

Copel Geração e Transmissão: (a) (b) (c)

Encargos financeiros:

Pagos trimestralmente no período de carência e mensalmente a partir da primeira amortização do principal.

Destinação:

Implementação da UHE Mauá e sistema de transmissão associado: (a)

Implantação de linha de transmissão entre as subestações Foz do Iguaçu e Cascavel Oeste: (b)

Aquisição de máquinas e equipamentos nacionais: (c)

Garantias:

Totalidade da receita proveniente da venda e/ou comercialização de energia dos CCEARs relativos ao projeto, através de Contrato de Cessão de Vinculação de Receitas, Administração de Contas e Outras Avenças: (a)

Cessão fiduciária dos direitos decorrentes do Contrato de Concessão nº 027/2009-Aneel, do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão nº 09/2010-ONS e dos contratos de uso do Sistema de Transmissão, celebrados entre o ONS, as Concessionárias e as Usuárias do Sistema de Transmissão, inclusive a totalidade da receita proveniente da prestação dos serviços de transmissão: (b) e (c)

21.6 Banco do Brasil - repasse de recursos do BNDES

Contrato	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento		Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	Consolidado	
			inicial	final			31.12.2012	31.12.2011
21/02000-0	16.04.2009	179	15.03.2013	15.01.2028	2,13% acima da TJLP	169.500	172.243	172.187
							172.243	172.187
							Circulante 14.975	12.318
							Não circulante 157.268	159.869

Empresa

Copel Geração e Transmissão

Encargos financeiros:

Pagos trimestralmente no período de carência e mensalmente a partir da primeira amortização do principal.

Destinação:

Implementação da UHE Mauá e sistema de transmissão associado, em consórcio com a Eletrosul.

Garantias:

Totalidade da receita proveniente da venda e/ou comercialização de energia dos CCEARs relativos ao projeto, através de Contrato de Cessão de Vinculação de Receitas, Administração de Contas e Outras Avenças.

21.7 Composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador

Variação da moeda estrangeira e indexadores acumulada no período (%)			Consolidado			
	31.12.2012	31.12.2011	Composição dos empréstimos			
			31.12.2012	%	31.12.2011	%
Moeda estrangeira						
Dólar norte-americano	8,94	12,56	59.351	2,64	58.445	2,69
			59.351	2,64	58.445	2,69
Moeda nacional						
TJLP	5,75	6,00	387.111	17,20	350.302	16,11
IGP-M	7,81	5,10	284	0,01	475	0,02
Ufir	0,00	0,00	114.006	5,06	115.074	5,29
Finel	1,52	1,01	119.040	5,29	146.411	6,73
UMBND	0,00	0,00	-	-	48	-
CDI	(36,52)	2,17	1.541.561	68,49	1.503.717	69,16
TR	0,29	1,21	13.998	0,62	-	-
Sem indexador	-	-	15.527	0,69	-	-
			2.191.527	97,36	2.116.027	97,31
			2.250.878	100,00	2.174.472	100,00
			Circulante 261.290		116.487	
			Não circulante 1.989.588		2.057.985	

21.8 Vencimentos das parcelas de longo prazo

	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Consolidado	
			31.12.2012	31.12.2011
2013	-	-	-	204.084
2014	1.374	728.741	730.115	729.022
2015	-	588.300	588.300	549.593
2016	-	258.572	258.572	243.894
2017	-	46.098	46.098	34.201
2018	-	44.180	44.180	33.292
2019	-	41.435	41.435	30.544
2020	-	37.760	37.760	27.949
2021	-	28.584	28.584	22.849
2022	-	28.580	28.580	22.844
2023	-	26.936	26.936	21.200
após 2023	54.660	104.368	159.028	138.513
	56.034	1.933.554	1.989.588	2.057.985

21.9 Mutação de empréstimos e financiamentos

Consolidado	Moeda estrangeira		Moeda nacional		Total
	circulante	não circulante	circulante	não circulante	
Em 1º.01.2011	14.516	51.412	68.579	1.229.570	1.364.077
Ingressos	-	-	-	816.431	816.431
Encargos	2.537	-	107.000	50.195	159.732
Variação monetária e cambial	617	5.912	95	1.501	8.125
Transferências	3.369	(3.369)	93.667	(93.667)	-
Amortização - principal	(7.953)	-	(40.693)	-	(48.646)
Amortização - juros e variação	(8.596)	-	(116.651)	-	(125.247)
Em 31.12.2011	4.490	53.955	111.997	2.004.030	2.174.472
Ingressos	-	-	-	81.723	81.723
Encargos	2.738	-	133.106	48.507	184.351
Variação monetária e cambial	163	4.712	174	1.460	6.509
Transferências	2.633	(2.633)	202.166	(202.166)	-
Amortização - principal	(2.302)	-	(35.566)	-	(37.868)
Amortização - juros e variação	(4.405)	-	(153.904)	-	(158.309)
Em 31.12.2012	3.317	56.034	257.973	1.933.554	2.250.878

21.10 Cláusulas contratuais restritivas

A Companhia e suas controladas contrataram empréstimos com cláusulas que requerem a manutenção de determinados índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, bem como outras condições a serem observadas, tais como: alterar a participação acionária da Companhia no capital social das controladas que represente alteração de controle sem a prévia anuência; especificamente para a Copel Geração e Transmissão, não realizar distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere o mínimo obrigatório, sem prévia e expressa autorização. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar vencimento antecipado das dívidas.

Em 31.12.2012, todas as condições foram analisadas e indicam pleno atendimento aos parâmetros previstos nos contratos.

22 Debêntures

22.1 Debêntures - Copel Distribuição

Debêntures 1ª emissão	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento		Encargos financeiros a.a. (juros)	Valor do contrato	Consolidado
			1ª parcela	2ª parcela			31.12.2012
Série única	30.10.2012	2	30.10.2016	30.10.2017	DI + Spread 0,99% a.a.	1.000.000	1.010.677
							1.010.677
							Circulante 12.719
							Não circulante 997.958

Características:

Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, no valor mínimo de R\$ 1.000.000.

Foram emitidos 100.000 títulos com valor unitário de R\$ 10.

O valor unitário das debêntures não será atualizado monetariamente.

Encargos financeiros:

Remunerados com juros correspondentes a variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos Depósitos

Interfinanceiros-DI de um dia, extragrupo, na forma percentual, acrescida de um *spread* ou sobre taxa de 0,99% a.a., pagos semestralmente em abril e outubro.

Destinação:

Capital de giro e/ou realização de investimentos da emissora.

Garantias:

Fidejussória

Interveniente garantidora:

Companhia Paranense de Energia - Copel

Agente fiduciário:

C&D Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

22.2 Mutação das debêntures

Consolidado	Moeda nacional		Total
	circulante	não circulante	
Em 1º.01.2011	621.157	-	621.157
Encargos	48.094	-	48.094
Amortização - principal	(600.000)	-	(600.000)
Amortização - juros e variação	(69.251)	-	(69.251)
Em 31.12.2011	-	-	-
Ingressos	-	1.000.000	1.000.000
Encargos	14.858	(2.042)	12.816
Pagamento - encargos	(2.139)	-	(2.139)
Em 31.12.2012	12.719	997.958	1.010.677

22.3 Cláusulas contratuais restritivas

A Companhia emitiu debêntures com cláusulas que requerem a manutenção de determinados índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como: alterar a participação acionária da Companhia no capital social, que represente alteração de controle sem a prévia anuência dos Debenturistas; não realizar, sem prévia e expressa autorização dos Debenturistas, distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% para a Copel Holding e 30% para a Copel Distribuição, caso estejam em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias ou não atendam aos índices financeiros estabelecidos. O descumprimento destas condições poderá implicar vencimento antecipado das debentures.

Em 31.12.2012, todas as condições foram analisadas e indicam pleno atendimento aos parâmetros previstos nos contratos.

23 Benefícios Pós-Emprego

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de complementação de aposentadoria e pensão (Planos Previdenciários I, II e III) e de assistência médica e odontológica (Plano Assistencial), para seus empregados ativos e pós-emprego e seus dependentes legais.

23.1 Plano de benefício previdenciário

Os planos previdenciários I e II são planos de Benefício Definido - BD em que a renda é pré-determinada em função do nível salarial de cada indivíduo, e o plano previdenciário III é um plano de Contribuição Definida - CD.

As parcelas de custos assumidas pelas patrocinadoras desses planos são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes, de acordo com as regras estabelecidas pela Deliberação CVM nº 600/09, que aprovou e tornou obrigatório para as companhias abertas o CPC 33/IAS 19 e IFRIC 14, que trata de benefícios a empregados, correlacionada à norma contábil internacional IAS 19. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração das patrocinadoras.

23.2 Plano de benefício assistencial

A Companhia e suas subsidiárias alocam recursos para a cobertura das despesas de saúde dos empregados e de seus dependentes, dentro de regras, limites e condições estabelecidos em regulamentos específicos. A cobertura inclui exames médicos periódicos e é estendida a todos os aposentados e pensionistas vitaliciamente.

23.3 Balanço patrimonial e resultado do exercício

Os valores consolidados reconhecidos no passivo, na conta de Benefícios pós-emprego, estão resumidos a seguir:

		Consolidado
	31.12.2012	31.12.2011
Plano previdenciário (23.1)	989	14.410
Plano assistencial (23.2)	527.253	454.465
	528.242	468.875
Circulante	25.819	36.037
Não circulante	502.423	432.838

Os valores consolidados reconhecidos no demonstrativo de resultado estão resumidos a seguir:

		Controladora	Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Plano previdenciário (CD)	-	-	54.741	50.664
Plano previdenciário (CD) - administradores	689	455	751	455
Plano assistencial - pós-emprego	-	-	94.610	71.620
Plano assistencial	57	41	45.928	35.471
Plano assistencial - administradores	-	-	57	41
	746	496	196.087	158.251
(-) Apropriação no imobilizado e intangível em curso	-	-	(13.209)	(7.406)
	746	496	182.878	150.845

Mutação de benefícios pós-emprego

Consolidado	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Em 1º.01.2011	24.255	384.208	408.463
Apropriação do cálculo atuarial	-	71.620	71.620
Contribuições previdenciárias e assistenciais	86.631	-	86.631
Transferências	22.990	(22.990)	-
Amortizações	(97.839)	-	(97.839)
Em 31.12.2011	36.037	432.838	468.875
Apropriação do cálculo atuarial	-	94.610	94.610
Contribuições previdenciárias e assistenciais	101.477	-	101.477
Transferências	25.025	(25.025)	-
Amortizações	(136.720)	-	(136.720)
Em 31.12.2012	25.819	502.423	528.242

23.4 Avaliação atuarial de acordo com a Deliberação da CVM nº 600/09

23.4.1 Premissas atuariais

As premissas atuariais utilizadas para determinação dos valores de obrigações e custos, para 2012 e 2011, estão demonstradas a seguir:

Consolidado		2012		2011	
	Real	Nominal	Real	Nominal	
Econômicas					
Inflação a.a.	-	5,35%	-	5,20%	
Taxa de desconto/retorno esperados a.a.					
Planos de benefícios previdenciários	3,30%	8,83%	5,39%	10,87%	
Planos de benefícios assistenciais	3,84%	9,40%	5,39%	10,87%	
Crescimento salarial a.a.	2,00%	7,46%	2,00%	7,30%	
Demográficas					
Tábua de mortalidade		AT - 2000		AT - 2000	
Tábua de mortalidade de inválidos		AT - 83		AT - 83	
Tábua de entrada em invalidez		Light M		Light M	

23.4.2 Número de participantes e beneficiários

Consolidado		Plano previdenciário	Plano assistencial	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Número de participantes ativos	9.637	10.049	9.297	9.180
Número de participantes inativos	6.734	6.514	5.417	5.247
Número de dependentes	-	-	23.949	24.006
Total	16.371	16.563	38.663	38.433

23.4.3 Expectativa de vida a partir da idade média – Tábua AT-2000 (em anos)

Consolidado		Plano BD	Plano CD
Em 31.12.2012			
Participantes aposentados		18,00	25,30
Participantes pensionistas		21,30	33,80
Em 31.12.2011			
Participantes aposentados		21,50	26,19
Participantes pensionistas		23,06	31,46

A idade média dos participantes inativos dos planos de aposentadoria e assistência médica da Companhia é de 64,0 anos.

23.4.4 Avaliação atuarial

Planos de benefícios definidos	Plano previdenciário	Plano assistencial	Consolidado	
			31.12.2012	31.12.2011
Obrigações total ou parcialmente cobertas	4.563.586	848.756	5.412.342	4.371.673
Valor justo dos ativos do plano	(5.141.874)	(148.696)	(5.290.570)	(4.104.933)
Estado de cobertura do plano	(578.288)	700.060	121.772	266.740
Ganhos/perdas atuariais diferidos	-	(172.807)	(172.807)	11.432
Ativo não reconhecido	578.288	-	578.288	176.293
Total do passivo	-	527.253	527.253	454.465

Até o final deste exercício, os ganhos ou perdas atuariais motivados por alterações de premissas e/ou ajustes atuariais foram reconhecidos seguindo a regra do corredor, ou seja, os ganhos e perdas

somente foram reconhecidos na extensão que superassem 10% dos ativos do plano ou 10% do passivo de benefício a empregados projetado acumulado. A partir de 01 de janeiro de 2013, com as alterações introduzidas através do CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados, correlacionado a Norma Internacional de Contabilidade - IAS 19 *Employee Benefits* (IASB - BV 2012), aprovado pela Deliberação CVM nº 695, os ganhos e perdas atuariais deverão ser reconhecidos em outros resultados abrangentes retrospectivamente (vide nota 3.27).

A avaliação atuarial dos planos de benefícios definidos é calculada pelo método do crédito unitário projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado).

Em 31.12.2012, o saldo dos valores acumulados do plano de contribuição definida monta R\$ 2.207.148 (R\$ 1.853.973 em 31.12.2011).

23.4.5 Movimentação do passivo atuarial

Consolidado	Plano previdenciário	Plano assistencial
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 1º.01.2011	3.454.626	548.924
Custo de serviço	22.616	6.507
Custo dos juros	383.499	62.314
Benefícios pagos	(243.185)	(100.235)
(Ganhos) / perdas atuariais	190.294	46.313
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2011	3.807.850	563.823
Custo de serviço	330	2.341
Custo dos juros	342.636	83.074
Benefícios pagos	(264.676)	(13.278)
Benefícios concedidos	244	-
(Ganhos) / perdas atuariais	677.202	212.796
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2012	4.563.586	848.756

23.4.6 Movimentação do ativo atuarial

Consolidado	Plano previdenciário	Plano assistencial
Valor justo do ativo do plano em 1º.01.2011	3.939.606	128.560
Retorno esperado dos ativos	441.922	13.556
Contribuições e aportes	24.121	-
Benefícios pagos	(243.185)	(100.235)
Ganhos / (perdas) atuariais	(178.321)	78.909
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2011	3.984.143	120.790
Retorno esperado dos ativos	421.581	13.867
Contribuições e aportes	27.027	-
Benefícios pagos	(264.676)	(13.277)
Benefícios concedidos	244	-
Ganhos / (perdas) atuariais	973.555	27.316
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2012	5.141.874	148.696

23.4.7 Custos estimados

Os custos (receitas) estimados para 2013, segundo critérios atuariais da Deliberação CVM nº 695/12, para cada plano, estão demonstrados a seguir:

Consolidado	Plano previdenciário	Plano assistencial	Total
			2013
Custo do serviço corrente	1.115	11.851	12.966
Custo estimado dos juros	359.413	70.594	430.007
Rendimento esperado do ativo do plano	(438.761)	(13.122)	(451.883)
Contribuições estimadas dos empregados	(2.078)	-	(2.078)
Custos (receitas)	(80.311)	69.323	(10.988)

23.4.8 Análise de sensibilidade

As tabelas a seguir apresentam a análise de sensibilidade, que demonstra o efeito de um aumento ou uma redução de um ponto percentual nas taxas presumidas de variação dos custos assistenciais, sobre o agregado dos componentes de custo de serviço e custo de juros dos custos assistenciais líquidos periódicos pós-emprego e a obrigação de benefícios assistenciais acumulada pós-emprego.

	Cenários projetados		
	Atual	Aumento 1%	Redução 1%
Sensibilidade da taxa de juros de longo prazo			
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	3,30%	-7,09%	11,95%
Impactos em milhares de reais - R\$		(323.601)	545.214
Impactos nas obrigações do programa de saúde	3,84%	-12,52%	17,95%
Impactos em milhares de reais - R\$		(79.547)	114.034
Sensibilidade da taxa de crescimento de custos médicos			
Impactos nas obrigações do programa de saúde	1,00%	10,99%	-9,63%
Impacto no custo do serviço do exercício seguinte - em milhares de reais - R\$		82.561	(72.341)
Sensibilidade ao custo do serviço			
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	1,00%	-0,18%	2,12%
Impactos em milhares de reais - R\$		(8.397)	96.615
Impactos nas obrigações do programa de saúde	1,00%	-1,22%	1,00%
Impactos em milhares de reais - R\$		(7.736)	6.348

23.4.9 Benefícios a pagar

Os benefícios estimados a serem pagos pela Companhia, nos próximos cinco anos, e o total de benefícios para os exercícios fiscais subsequentes, são apresentados abaixo:

Consolidado	Plano previdenciário	Outros Benefícios	Total
2013	317.020	30.326	347.346
2014	330.738	30.327	361.065
2015	345.306	30.327	375.633
2016	357.866	30.329	388.195
2017	367.908	30.331	398.239
2018 a 2045	8.517.552	580.395	9.097.947

23.4.10 Alocação de ativos e estratégia de investimentos

A alocação de ativos para os planos previdenciário e assistencial da Companhia no final de 2012 e a alocação-meta para 2013, por categoria de ativos, são as seguintes:

Consolidado	Meta para 2013	2012
Renda fixa	85,8%	87,4%
Renda variável	10,3%	9,4%
Empréstimos	1,5%	1,5%
Imóveis	1,7%	1,6%
Investimentos estruturados	0,7%	0,1%
	100,0%	100,0%

Abaixo são apresentados os limites estipulados pela administração do Fundo:

Consolidado	meta (%) (*)	Plano I e II (BD) mínimo (%)	meta (%)	Plano III (CD) mínimo (%)
Renda fixa	93,0%	87,0%	67,2%	56,0%
Renda variável	1,0%	0,0%	23,8%	10,0%
Empréstimos	1,0%	0,0%	3,5%	2,0%
Imóveis	2,5%	1,0%	1,0%	0,0%
Investimentos estruturados	2,5%	0,0%	4,5%	0,0%

(*) Meta baseada no total de investimentos de cada plano

A administração da Fundação Copel decidiu manter participação mais conservadora em renda variável, em relação ao limite legal permitido, que é de 70%.

Em 31.12.2012 e 2011, os valores dos ativos do plano previdenciário incluíam os seguintes títulos mobiliários emitidos pela Copel:

Consolidado	Plano previdenciário de benefícios definidos	
	31.12.2012	31.12.2011
Ações	1.909	2.334
	1.909	2.334

23.4.11 Ativos do plano e a taxa de retorno esperada

As principais categorias de ativos do plano e a taxa de retorno esperada, para cada categoria no final do período, são apresentadas a seguir:

Consolidado	Retorno esperado		Valor justo dos ativos do plano	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Renda fixa	11,0%	11,5%	5.723.032	5.290.117
Renda variável	15,0%	23,0%	619.123	482.156
Empréstimos	13,4%	11,8%	96.338	95.084
Imóveis	11,9%	11,8%	109.389	103.219
Investimentos estruturados	-10,1%	0,0%	3.355	2.077
Outros	0,0%	11,5%	-	-
Retorno médio ponderado esperado (*)	11,4%	12,4%	752.618	679.185

(*) O percentual do retorno médio ponderado esperado é obtido com a divisão do valor do retorno esperado pela posição dos investimentos do ano anterior. O valor do retorno médio ponderado esperado é obtido pela multiplicação da posição dos segmentos do ano anterior pelo percentual do retorno esperado no ano corrente. O retorno negativo esperado no segmento de investimentos estruturados decorre da "Curva J", característica da fase inicial desse tipo de investimento.

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos do plano. A avaliação do retorno esperado, realizada pela Administração, tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo, durante a vida da respectiva obrigação.

O Atual retorno dos ativos dos planos é de R\$ 851.450 (R\$ 655.302 em 2011).

O histórico dos ajustes pela experiência está demonstrado a seguir:

	Plano previdenciário - BD			Plano assistencial		
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2010
Valor presente da obrigação de benefícios definidos	(4.563.586)	(3.807.850)	(3.454.626)	(848.756)	(563.823)	(548.924)
Valor justo dos ativos do plano	5.141.874	3.984.143	3.939.606	148.696	120.790	128.560
Déficit / Superávit	578.288	176.293	484.980	(700.060)	(443.033)	(420.364)
(Ganhos) ou perdas atuariais nas obrigações	677.202	190.294	(440.273)	212.796	46.312	(64.991)
Ajuste de tábua biométrica	-	(108.012)	-	-	(1.336)	-
Ajustes na taxa de juros	779.152	(229.386)	-	129.174	(33.944)	-
Ajustes pela experiência nos passivos do plano	(101.950)	(147.104)	(440.273)	83.520	11.032	(64.991)
Ajustes pela experiência dos ativos do plano	973.555	(178.321)	238.759	27.316	78.909	50.553

Em 2013, a Companhia espera contribuir com R\$ 69.325 para o plano previdenciário, que inclui os planos de benefícios definidos (planos I e II) e o plano de contribuição definida (plano III), e R\$ 75.020 para o plano assistencial.

23.4.12 Informações adicionais

A Copel também patrocina um plano de contribuição definida para todos os empregados.

As contribuições nos exercícios encerrados em 31.12.2012 e 2011 foram de R\$ 59.742 e R\$ 51.178, respectivamente.

24 Encargos do Consumidor a Recolher

	Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011
Conta de desenvolvimento energético - CDE	23.719	20.718
Conta de consumo de combustível - CCC	17.198	30.154
Reserva global de reversão - RGR	15.581	19.639
	56.498	70.511

25 Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

As concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição, geração e transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico e em programas de eficiência energética, conforme Lei nº 9.991/00 e Resoluções Normativas Aneel nº 308/08, 316/08 e 504/12.

25.1 Saldos constituídos para aplicação em P&D e PEE

	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em 31.12.2012	Saldo em 31.12.2011
Pesquisa e desenvolvimento - P&D					
FNDCT	-	3.424	-	3.424	3.018
MME	-	1.712	-	1.712	1.510
P&D	18.700	-	123.684	142.384	120.936
	18.700	5.136	123.684	147.520	125.464
Programa de eficiência energética - PEE					
	52.634	-	64.006	116.640	126.100
	71.334	5.136	187.690	264.160	251.564
			Circulante	159.599	156.915
			Não circulante	104.561	94.649

25.2 Mutação dos saldos de P&D e PEE

	FNDCT	MME	P&D		PEE		
	circulante	circulante	circulante	não circulante	circulante	não circulante	Consolidado
Em 1º.01.2011	2.686	1.344	40.333	68.728	111.628	22.004	246.723
Constituições	17.593	8.796	1.443	16.182	-	24.034	68.048
Juros Selic	-	-	220	10.371	-	8.075	18.666
Transferências	-	-	9.254	(9.254)	45.491	(45.491)	-
Recolhimentos	(17.262)	(8.630)	-	-	-	-	(25.892)
Conclusões	-	-	(16.340)	-	(39.641)	-	(55.981)
Em 31.12.2011	3.017	1.510	34.910	86.027	117.478	8.622	251.564
Constituições	19.296	9.648	842	18.454	-	26.079	74.319
Contrato de desempenho	-	-	-	-	-	145	145
Juros Selic	-	-	114	9.000	-	5.631	14.745
Transferências	-	-	11.420	(11.420)	37.977	(37.977)	-
Recolhimentos	(18.889)	(9.446)	-	-	-	-	(28.335)
Conclusões	-	-	(6.963)	-	(41.315)	-	(48.278)
Em 31.12.2012	3.424	1.712	40.323	102.061	114.140	2.500	264.160

26 Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público

Referem-se aos encargos de outorga de concessão pela Utilização do Bem Público – UBP, incorridos a partir do início de operação do empreendimento até a data final da concessão.

Consolidado	Outorga	Assinatura	Final	Passivo circulante		Passivo não circulante	
				31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Copel Geração e Transmissão							
UHE Mauá (a)	29.06.2007	03.07.2007	07.2042	884	615	12.083	11.726
UHE Colider (b)	29.12.2010	17.01.2011	01.2046	-	-	15.101	13.779
Elejor							
Complexo Energético Fundão-Santa Clara (c)	23.10.2001	25.10.2001	10.2036	47.593	44.041	371.896	344.937
				48.477	44.656	399.080	370.442

Taxa de desconto no cálculo do valor presente:

Taxa desconto real e líquida, compatível com a taxa estimada de longo prazo, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto:

- (a) 5,65% a.a.
- (b) 7,74% a.a.
- (c) 11,00% a.a.

Pagamento à União:

- (a) Parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual proposto de R\$ 643 (51% de R\$ 1.262), conforme cláusula 6ª do Contrato de Concessão nº 001/07.
- (b) Parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual proposto de R\$ 1.256, a partir da entrada em operação comercial da UHE, conforme cláusula 6ª do Contrato de Concessão nº 001/11.
- (c) Parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual proposto de R\$ 19.000, do 6º ao 35º ano de concessão ou enquanto estiver na exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, conforme Termo de Ratificação do Lance e cláusula 6ª do Contrato de Concessão nº 125/01.

Correção anual das parcelas

- (a) (b) Variação IPCA
- (c) Variação IGP-M

	Consolidado	
	Valor nominal	Valor presente
2013	48.483	48.477
2014	48.928	41.736
2015	50.252	38.739
2016	50.252	34.968
Após 2016	1.015.528	283.637
	1.213.443	447.557

26.1 Mutação de contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público

Consolidado	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Em 1º.01.2011	40.984	340.099	381.083
Outorga Aneel - uso do bem público	-	3.871	3.871
Transferências	41.597	(41.597)	-
Pagamentos	(41.239)	-	(41.239)
Variação monetária	3.314	68.069	71.383
Em 31.12.2011	44.656	370.442	415.098
Outorga Aneel - uso do bem público	-	1.886	1.886
Transferências	44.680	(44.680)	-
Pagamentos	(44.411)	-	(44.411)
Variação monetária	3.552	71.432	74.984
Em 31.12.2012	48.477	399.080	447.557

27 Outras Contas a Pagar

Consolidado		
	31.12.2012	31.12.2011
Taxa de iluminação pública arrecadada	17.852	14.875
Consumidores	15.661	17.412
Cauções em garantia	12.131	7.688
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	11.786	19.332
Devolução ao consumidor	7.650	7.837
Parcerias em consórcios	2.063	7.031
Outras obrigações	29.899	12.554
	97.042	86.729
Circulante	97.042	86.676
Não circulante	-	53

28 Contingências e Provisões para Litígios

28.1 Ações consideradas como de perda provável

A Companhia e suas controladas respondem por diversos processos judiciais perante diferentes tribunais e instâncias. A Administração mantém provisão para litígios sobre as causas cujas perdas são consideradas prováveis, fundamentada na opinião de seus assessores legais.

Mutações das provisões para litígios

Consolidado	Saldo em 1º.01.2012	Adições	Reversões	Custo de construção	Adições no imobilizado em curso	Quitações	Saldo em 31.12.2012
Fiscais (28.1.1)							
Cofins (a)	234.563	8.568	-	-	-	-	243.131
Outras (b)	47.374	20.551	(9.180)	-	-	(7.300)	51.445
	281.937	29.119	(9.180)	-	-	(7.300)	294.576
Trabalhistas (28.1.2)	128.505	47.859	(1.893)	-	-	(19.481)	154.990
Benefícios a empregados (28.1.3)	58.089	33.945	(149)	-	-	(13.215)	78.670
Cíveis (28.1.4)							
Fornecedores (a)	88.003	2.179	(21.552)	-	-	-	68.630
Cíveis e direito administrativo (b)	112.059	92.975	(19.132)	-	-	(9.091)	176.811
Servidões de passagem (c)	4.839	1.315	(176)	-	-	(14)	5.964
Desapropriações e patrimoniais (c)	273.647	38.999	(93)	1.064	3.855	-	317.472
Consumidores (d)	5.493	4.490	(2.506)	-	-	-	7.477
	484.041	139.958	(43.459)	1.064	3.855	(9.105)	576.354
Ambientais (28.1.5)	104	89	-	-	-	-	193
Regulatórias (28.1.6)	48.147	2.976	(160)	-	-	(38)	50.925
	1.000.823	253.946	(54.841)	1.064	3.855	(49.139)	1.155.708

Consolidado	Saldo em 1º.01.2011	Adições	Reversões	Adições no imobilizado em curso	Quitações	Saldo em 31.12.2011
Fiscais (28.1.1)						
Cofins (a)	234.563	-	-	-	-	234.563
Outras (b)	86.916	32.616	(71.305)	-	(853)	47.374
	321.479	32.616	(71.305)	-	(853)	281.937
Trabalhistas (28.1.2)	146.348	14.024	(11.413)	-	(20.454)	128.505
Benefícios a empregados (28.1.3)	53.245	21.289	-	-	(16.445)	58.089
Cíveis (28.1.4)						
Fornecedores (a)	86.101	2.138	(236)	-	-	88.003
Cíveis e direito administrativo (b)	73.237	50.697	(1.622)	-	(10.253)	112.059
Servidões de passagem (c)	9.065	1.993	(5.725)	-	(494)	4.839
Desapropriações e patrimoniais (c)	132.709	124.874	-	16.064	-	273.647
Consumidores (d)	5.305	845	(638)	-	(19)	5.493
	306.417	180.547	(8.221)	16.064	(10.766)	484.041
Ambientais (28.1.5)	42	62	-	-	-	104
Regulatórias (28.1.6)	38.847	13.977	(4.677)	-	-	48.147
	866.378	262.515	(95.616)	16.064	(48.518)	1.000.823

Controladora	Saldo em 1º.01.2012	Adições	Reversões	Quitações	Saldo em 31.12.2012
Fiscais (28.1.1)					
Cofins (a)	234.563	8.568	-	-	243.131
Outras	40.042	1.217	(4.200)	(7.256)	29.803
	274.605	9.785	(4.200)	(7.256)	272.934
Cíveis	9.929	8.550	(785)	-	17.694
Regulatórias	10.821	846	-	-	11.667
	295.355	19.181	(4.985)	(7.256)	302.295

Controladora	Saldo em 1º.01.2011	Adições	Reversões	Quitações	Saldo em 31.12.2011
Fiscais (28.1.1)					
Cofins (a)	234.563	-	-	-	234.563
Outras	45.718	6.052	(11.211)	(517)	40.042
	280.281	6.052	(11.211)	(517)	274.605
Cíveis	7.883	2.656	(610)	-	9.929
Regulatórias	10.296	525	-	-	10.821
	298.460	9.233	(11.821)	(517)	295.355

28.1.1 Fiscais

a) **Contribuição para o financiamento da seguridade social - Cofins**

Processo nº 10980.004398/2010-09 - Receita Federal do Brasil de Curitiba.

No último semestre de 2010, transitou em julgado, perante o TRF/4ª Região, a Ação Rescisória nº 2000.04.01.100266-9, favoravelmente à União Federal, desconstituindo a sentença proferida no Mandado de Segurança nº 95.0011037-7, que havia reconhecido a imunidade da Companhia quanto ao recolhimento da Cofins.

Como resultado desse julgamento, a Receita Federal lavrou a Intimação nº 9/2010, em 07.12.2010, expedida por agente fiscal da Receita Federal do Brasil de Curitiba, por meio da qual pretende exigir, da Copel, o pagamento de Cofins relativo ao período de Agosto de 1995 a Dezembro de 1996.

Essa cobrança decorre do entendimento da Receita Federal do Brasil de que a Copel teria declarado por meio de DCTF e/ou DIPJ, em época própria, ser devedora da quantia de R\$ 40.678, a título de Cofins no período cobrado, e que o prazo prescricional do fisco para cobrança do referido crédito tributário teria ficado suspenso desde o trânsito em julgado do mandado de segurança nº 95.0011037-7, que reconheceu a imunidade da Companhia quanto ao recolhimento da Cofins, mas que foi rescindido por acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região no julgamento do processo n.º 2000.04.01.100266-9.

Com base no entendimento da Receita Federal, somado à ausência de precedentes jurisprudenciais sobre o assunto e a complexidade e peculiaridade tanto dos fatos quanto da questão jurídica envolvidas no processo em questão, a Diretoria Jurídica considera como perda provável o valor do principal, de R\$ 48.814.

Por outro lado, sustenta a Companhia, em sua defesa, em síntese, que essas declarações não tiveram o efeito de confessar o débito objeto da cobrança, até porque o referido débito era objeto de questionamento judicial (Mandado de Segurança nº 95.0011037-7), tendo ainda o fisco decaído de seu direito de constituí-lo.

Para fins de suspender a exigibilidade desse crédito tributário foi impetrado Mandado de Segurança nº 5005264-27.2011.404.7000, perante a 1ª Vara Federal de Curitiba, cuja sentença foi desfavorável à Copel, reconhecendo a competência da Superintendência da Receita Federal para apreciar a impugnação da Companhia à Intimação Fiscal nº 09/2010, sem a necessidade de submeter-se ao trâmite comum das impugnações administrativas aos lançamentos tributários, as quais possuem efeito suspensivo e são regidas pelo duplo grau de jurisdição administrativa. Estrategicamente optou a Companhia por não recorrer de tal sentença, para levar a discussão judicial para o âmbito dos embargos à execução onde a cognição é mais ampla, inclusive com a possibilidade de produzir todos os meios de prova necessários.

Diante disso, e como a Intimação nº 09/2010, concernente ao principal do débito de Cofins de R\$ 40.678, relativo ao período de Agosto de 1995 a Dezembro de 1996, foi julgada procedente pela SRF, o débito foi inscrito em dívida ativa sob nº 90 6 11 018367-09.

A União então propôs a execução fiscal do débito inscrito na Intimação nº 09/2010, autos nº 5015930-53.2010.404.7000, em trâmite na 2ª Vara Federal, no valor de R\$ 48.814. A Copel então realizou o depósito judicial da quantia exequenda e, em seguida, ajuizou os Embargos à Execução (autos nº 5022933-59.2012.404.7000) os quais foram recebidos em seu efeito suspensivo.

Os juros e a multa concernentes ao referido débito tributário são objeto do processo administrativo nº 11453.720001/2011-23, os quais totalizam em 31.12.2012 o montante de R\$ 116.466 classificado pela Administração da Companhia com base na opinião de seus assessores jurídicos como de risco de perda possível, visto que se tratam de linhas de defesa independentes entre o principal e os encargos e que há fortes argumentos para a defesa dos valores referentes a juros e multas.

Houve julgamento recente nesse processo (11453.720.001/2011-23), no qual a 2ª Turma da 1ª Câmara da Terceira Seção do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF deu provimento, por maioria, ao Recurso Administrativo da Copel para julgar improcedente o lançamento dos juros e da multa referente ao débito de Cofins do período de 1995/1996, objeto do processo 10980.004398/2010-09. Foi interposto recurso especial da Fazenda Nacional para a Câmara Superior de Recursos Fiscais, o qual está pendente de análise quanto a sua admissibilidade.

Processo nº 10980.720458/2011-15 - Receita Federal do Brasil de Curitiba.

No último semestre de 2010, transitou em julgado, perante o TRF/4ª Região, a Ação Rescisória nº 2000.04.01.100266-9, favoravelmente à União Federal, desconstituindo a sentença proferida no Mandado de Segurança nº 95.0011037-7, que havia reconhecido a imunidade da Companhia quanto ao recolhimento da Cofins.

Como resultado desse julgamento, a Receita Federal lavrou o referido auto de infração, por meio do qual pretende exigir o pagamento de Cofins do período de outubro de 1998 a junho de 2001, em razão da procedência da ação rescisória nº 2000.04.01.100266-9.

Entende a Receita Federal que o julgamento da Ação Rescisória teria suspenso o prazo decadencial para constituir o referido crédito tributário.

Com base no entendimento da Receita Federal, somado à ausência de precedentes jurisprudenciais sobre o assunto e a complexidade e a peculiaridade tanto dos fatos quanto da questão jurídica envolvidos no processo em questão, a Diretoria Jurídica considera como perda provável o valor do principal, de R\$ 194.317.

Contudo, a Companhia sustenta, em sua defesa, que a União Federal decaiu de seu direito de constituir o referido crédito tributário, tendo em vista a ausência da constituição tempestiva do crédito tributário, para prevenir a decadência.

Os juros e a multa concernentes ao referido débito tributário, totalizam em 31.12.2012 o montante de R\$ 522.988 classificado pela Administração da Companhia com base na opinião de seus assessores jurídicos como de risco de perda possível, visto que se tratam de linhas de defesa independentes entre o principal e os encargos e que há fortes argumentos para a defesa dos valores referentes a juros e multas.

Em 27.11.2012, a 2ª Câmara da Terceira Seção do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, por maioria, deu provimento ao recurso administrativo da Copel para reconhecer a decadência do lançamento da Cofins. Desta decisão foi interposto Recurso de Embargos de Declaração pela Fazenda Nacional o qual foi rejeitado por unanimidade. Esse processo ainda está pendente de interposição de recurso especial pela Fazenda Nacional.

b) Outras ações fiscais

Consolidado	31.12.2012	31.12.2011
Contribuições previdenciárias	29.761	31.014
ICMS - consumidor rural	12.294	-
Outros tributos	9.390	16.360
	51.445	47.374

Contribuições previdenciárias - A maioria das questões discutidas administrativa ou judicialmente envolve a posição da Copel como responsável solidária, por eventual ausência de recolhimento de contribuições previdenciárias devidas por serviços contratados junto a terceiros.

ICMS – Consumidor rural

Ação anulatória ordinária nº 0004438-79.2012.8.16.0179, objetivando anular a exigibilidade de auto de infração, que autuou a Copel por considerar ilegal a concessão de diferimento de ICMS aplicado no consumo de energia elétrica, no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2009.

28.1.2 Trabalhistas

Ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas-extras, periculosidade, adicional de transferência, equiparação/reenquadramento salarial e outras e, também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros e empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

28.1.3 Benefícios a empregados

Ações de aposentados (ex-empregados da Copel) que apresentaram reclamação trabalhista contra a Fundação Copel, que causarão, conseqüentemente, reflexos para a Companhia, na medida em que forem necessários aportes complementares.

28.1.4 Cíveis

a) Fornecedores

Rio Pedrinho Energética S.A. e Consórcio Salto Natal Energética S.A.

A Copel Distribuição discute judicialmente a validade de cláusulas e condições do contrato de compra e venda de energia firmado com as empresas Rio Pedrinho Energética S.A. e Consórcio Salto Natal Energética S.A., ao entendimento de que estabelecem benefícios às empresas vendedoras. Concomitantemente, as vendedoras, após rescindirem o contrato, levaram o conflito para decisão da Câmara de Arbitragem da Fundação Getúlio Vargas, que condenou a Copel Distribuição a pagar a multa contratual, ao entendimento de que esta dera causa à rescisão. A Copel Distribuição pleiteia judicialmente a anulação dessa decisão no âmbito do Superior Tribunal de Justiça em recurso especial.

Considerando que ambos os fornecedores já levantaram os valores penhorados (R\$ 35.913 em 17.06.2010, R\$ 22.823 em 1º.10.2009 e R\$ 11.833 em 03.02.2010), permanece a classificação da ação, pela Diretoria Jurídica, como perda provável, ressaltando que foram apresentadas pelas mesmas cartas de fiança bancária como garantia a referidos levantamentos. Além da discussão judicial em questão, houve, no final de 2011, a execução de saldo remanescente, no valor de R\$ 27.438, com conseqüente bloqueio em conta, pretensão impugnada pela Copel Distribuição, razão pela qual a Administração decidiu por constituir provisão financeira para referidos litígios, no valor originário das dívidas que, corrigidas até 31.12.2012, apontam para a importância de R\$ 89.025. Deste valor, R\$ 20.395 estão contabilizados na conta Fornecedores.

A Copel não concorda que haja saldo remanescente. Contudo, o juízo da 3ª Vara da Fazenda Pública entendeu como devido o valor de R\$ 22.162, liberando a favor das exequentes os valores de R\$ 12.790 e R\$ 9.371, em 12.04.2012, mediante caução de fiança bancária. A questão ainda está sob judice, e foi objeto de recurso.

b) Cíveis e direito administrativo

Ações em que a Copel é parte ativa ou passiva e que envolve faturamento, procedimento irregular, contratos administrativos e multa contratual, indenização por acidentes com a rede de energia elétrica e acidentes com veículos.

Tradener Ltda.

Ações envolvendo a Tradener Ltda. onde consta que a mesma firmou com a Copel em 1º.12.1998 um contrato de comercialização de energia, no qual a autora se comprometeu a “comercializar”, nas melhores condições para a Copel, todo o excedente de compra e todo o excedente de energia assegurada, com os efetivos preços, quantidades e condições a serem estipulados em contratos de compra e venda de energia elétrica.

No referido contrato, em especial em sua cláusula 17ª, pelos serviços prestados faria jus a uma comissão/remuneração a ser calculada mediante fórmula descrita na referida cláusula e que tinha por fundamento a diferença entre o preço de referência da energia fixado pelo Comitê de Comercialização, e o preço da venda intermediada pela autora.

Visando a declaração de nulidade do referido contrato foram ajuizadas as seguintes ações:

- Ação Popular (autos nº 37879/0000 da 01ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba)
- Ação Popular (autos nº 720/2001 da 01ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba)
- Ação Civil Pública (autos nº 421/2003 da 02ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba)
- Ação Declaratória Anulatória (autos nº 1583/2005 da 01ª Vara da Fazenda de Curitiba)
- Ação Declaratória Anulatória (autos nº 0000659-69.2006.8.16.0004 da 02ª Vara da Fazenda de Curitiba).

Nas ações acima não se discutiam valores, apenas a validade ou não do contrato de comercialização firmado entre a Tradener e a Copel e dos contratos de venda de energia em que a Tradener figurou como intermediadora. A possibilidade de anulação dos contratos é remota, tendo em vista decisões já proferidas em alguns dos processos acima.

Em face de uma liminar proferida nos autos nº 421/2003 da Ação Civil Pública, a execução do contrato estava suspensa, no entanto, recentemente houve a revogação da liminar.

Assim, a Tradener ajuizou as seguintes ações de cobrança, visando o recebimento de suas comissões:

- autos nº 0005990-22.2012.8.16.0004 – 01ª Vara da Fazenda de Curitiba – a ação foi proposta para cobrar as comissões devidas pela Copel à Tradener em razão da intermediação por esta dos contratos de venda de energia celebrados pela Copel com a empresa Centrais Elétricas de Santa Catarina - Celesc. Nesta ação, após a conferência financeira e comercial dos valores, foi considerado como provável apenas o valor principal de R\$ 36.234, pois a incidência da correção monetária no valor de R\$ 16.732 está sendo discutida, tendo em vista que a execução do contrato estava suspensa por liminar e desta forma não incidiria a referida correção, sendo esta classificada como possível.

- autos nº 05550-26.2012.8.16.0004 – 04ª Vara da Fazenda de Curitiba – a ação foi proposta para cobrar as comissões devidas pela Copel à Tradener em razão da intermediação por esta dos contratos de venda de energia celebrados pela Copel com as empresas Carbocloro S.A. Indústrias Químicas, Companhia Luz e Força Santa Cruz, Elektro Eletricidade e Serviços S.A.; Opp Polietilenos S.A, e Enron Comercializadora de Energia Ltda. Nesta ação, após a conferência financeira e comercial dos valores, foi considerado como provável apenas o valor principal de R\$ 18.218, pois a incidência da correção monetária no valor de R\$ 13.886 está sendo discutida, tendo em vista que a execução do contrato estava suspensa por liminar e dessa forma não incidiria a referida correção, sendo esta classificada como possível.

c) Servidões de passagem, desapropriações e patrimoniais

O contencioso patrimonial da Copel é constituído principalmente pelas ações de desapropriações e servidões, que impõem pagamentos a título de indenizações e que são sempre obrigatórias devido a preceito constitucional que obriga a justa e prévia indenização em dinheiro pelo desapossamento compulsório de áreas pela Administração Pública e nas servidões pela restrição no uso da propriedade sem transferir o domínio. As ações judiciais ocorrem quando há divergência entre o valor avaliado pela Copel para pagamento e o pleiteado pelo proprietário e/ ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (inventários em andamento, propriedades sem matrículas, etc.).

As ações patrimoniais compreendem, ainda, reintegrações de posse de imóveis de propriedade da concessionária. As demandas judiciais existem quando há necessidade de retomada dos imóveis invadidos por terceiros, sejam nas áreas de propriedade da Companhia ou em áreas que tenham sido objeto de servidões de passagem.

Comporta, por fim, a intervenção no usucapião de terceiros, seja na qualidade de confrontante ou mesmo quando se trate de imóvel onde há áreas de servidão de passagem, a fim de preservar os limites e confrontações das áreas desapropriadas e faixas de servidões.

Ivaí Engenharia de Obras S.A.

Em ação de declaratória que tramitou perante a 1.ª Vara da Fazenda de Curitiba, foi reconhecido o direito da empresa Ivaí em receber créditos que teriam junto à Copel Geração e Transmissão em consequência da execução do contrato D-01, cujo objeto era execução de obras de derivação do rio Jordão, consistido em quantia compensatória de suposto desequilíbrio da equação econômico-financeira do mesmo. Com base nesta decisão a Ivaí propôs ação de cobrança, que tramitou perante a 4ª Vara da Fazenda de Curitiba, cuja decisão, atualmente contestada pela Copel determinou o pagamento do valor de R\$ 180.917, valor histórico relativo a 31.10.2005, que deverá ser corrigido pela média do INPC e do IGP-DI, acrescido de juros moratórios de 1% ao mês desde aludida data, além de honorários advocatícios na ordem de 3,2% de referida importância.

No que concerne à discussão em questão, em Medida Cautelar de relatoria do Ministro Castro Meira, autuada no STJ sob nº 15.372 - PR, foi concedida liminar em favor da Copel para atribuir efeito suspensivo à execução provisória promovida pela Ivaí.

A tese recursal, atualmente em trâmite no STJ, aborda a ausência de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, bem como a nulidade do cálculo realizado pelo perito judicial que utilizou parâmetros equivocados para obter o valor da condenação, pois aplicou juros em duplicidade (selic mais juros). Embora o Tribunal de Justiça tenha afastado a duplicidade na incidência de juros a partir da elaboração do laudo pericial, não analisou as razões recursais que demonstraram que o cálculo contido no laudo pericial já estava viciado.

O processo aguarda desfecho do julgamento do Recurso Especial, de relatoria do Ministro Castro Meira, autuado sob nº 1.096.906, com a retomada da votação pelos Ministros Mauro Campbell Marques e Humberto Martins, após o voto desfavorável do Ministro Relator, publicado em meados de 2011 e que aguarda retorno do feito recursal ao Plenário após o pedido de vista do Ministro Herman Benjamin.

Diante do voto desfavorável e da análise dos precedentes das decisões anteriormente proferidas pelos demais Ministros que participaram do julgamento, a Administração da Companhia, procedeu a uma minuciosa revisão do processo ao final de 2011 e decidiu por remensurar o montante a ser provisionado, de R\$ 125.000, que representava o valor original do débito em discussão, atualizado com juros legais e correção monetária em índices admitidos pela Companhia, para R\$ 281.699, uma vez ponderada a forma de atualização da dívida que ainda está sendo discutida, afastando apenas a incidência de juros nos cálculos periciais e mantendo a cobrança de selic e a partir daí, com atualização até os dias atuais com base nos parâmetros fixados no acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná - TJPR (juros mais correção monetária). Assim, o montante ora provisionado reflete a expectativa da Companhia em eventual desfecho desfavorável da ação.

Ressalta-se também que a cumulação de juros, no caso, selic mais juros de mora, é situação rechaçada pelo Poder Judiciário, inclusive pelo próprio STJ em diversos precedentes, razão pela qual considera-se como risco possível, para o caso em comento, a diferença entre o valor considerado como provável e o eventual valor total da condenação, na data base de 31.12.2012, ou seja, R\$ 233.717.

Há que se considerar, ainda, que houve julgamento desfavorável no Agravo Regimental no Recurso Especial na Ação Rescisória, de relatoria do Ministro Arnaldo Esteves Lima, autuado sob nº1.121.458, em que busca a Copel a desconstituição do débito, por ausência do direito de reclamar a diferença em decorrência da existência de transações administrativas, acórdão contra o qual a Companhia, em agosto de 2012, opôs recurso de embargos de declaração.

d) Consumidores

Ações pleiteando ressarcimento de danos causados em aparelhos eletrodomésticos, indenizações por dano moral decorrente da prestação do serviço (por exemplo, suspensão do fornecimento) e ações movidas por consumidores industriais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado e pleiteando restituição de valores envolvidos. A Companhia constituiu provisão tomando por base o diferencial de alíquota, cobrada dos consumidores industriais, no período de março a novembro de 1986, acrescida de encargos financeiros, cujos montantes são considerados suficientes.

28.1.5 Ambientais

O contencioso ambiental judicial da Copel e de suas subsidiárias refere-se, basicamente, a ações civis públicas e ações populares, que têm como finalidade obstaculizar o andamento de licenciamento ambiental de novos projetos ou a recuperação de áreas de preservação permanente no entorno dos reservatórios das usinas hidrelétricas utilizadas indevidamente por particulares. Em caso de eventual condenação, estima-se o custo da elaboração de novos estudos ambientais e o custo de recuperação das áreas de propriedade da Copel.

28.1.6 Regulatórias

A Companhia está discutindo nas esferas administrativa e judicial notificações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias, dentre eles o valor de R\$ 38.313, referente às ações judiciais envolvendo a Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE e Dona Francisca Energética S.A., contra o Despacho Aneel nº 288/02. O provável êxito nas ações citadas resultará em modificações na contabilização da CCEE, o que torna necessária a constituição de provisão destes valores, visto que a Copel será acionada a quitar os montantes de sua responsabilidade.

28.2 Ações consideradas como de perda possível

Consolidado	31.12.2012	31.12.2011
Fiscais (28.2.1)	1.227.536	1.246.954
Trabalhistas	257.382	176.448
Benefícios a empregados	41.390	37.788
Cíveis (28.2.2)	810.764	542.386
Regulatórias	19.200	12.907
	2.356.272	2.016.483

Detalhamento das principais ações

28.2.1 Fiscais

- Processo administrativo nº 11453.720001/2011-23 e nº 10980720458/2011-15, advindos do resultado da ação rescisória nº 2000.04.01.100266.9 do Cofins, no total de R\$ 639.454 em 31.12.2012 referente a juros e multas, cujo débito principal está provisionado nas demonstrações financeiras em virtude de sua classificação como perda provável, porém em virtude dos fortes

argumentos para a defesa destes encargos, sua classificação está como possível. Informações adicionais sobre esta ação estão descritas no item 28.1.1, deste relatório.

- Exigências fiscais conforme Notificação Fiscal de Lançamento de Débito - NFLD nº 35.273.870-7, no valor aproximado de R\$ 181.014 em 31.12.2012, de autoria do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, contra a Copel referente à execução fiscal de Contribuição Previdenciária;
- Exigências fiscais conforme NFLD nº 35.273.876-6, no valor de R\$ 65.840 em 31.12.2012, de autoria do INSS, contra a Copel referente à execução fiscal com o objetivo de obter contribuição previdenciária incidente sobre a cessão de mão-de-obra.

28.2.2 Cíveis

- Causa cível referente à ação de indenização nº 166-53.2011.8.16.0122, de autoria da Mineradora Tibagiana Ltda., tendo como réu o Consórcio Energético Cruzeiro do Sul - CECS. Compete a Copel Geração e Transmissão o percentual de 51% do total do risco da ação, que equivale a R\$ 222.706, atualizado em 31.12.2012. A requerente alega ser detentora de decreto de Lavra expedido pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, e afirma que com a concessão de Lavra obtida, tornou-se legítima detentora da posse e domínio de área na região do entorno do Rio Tibagi. A indenização pleiteada refere-se a supostos prejuízos nas atividades da mineradora em função das obras de construção da usina. Atualmente o processo encontra-se aguardando publicação, provavelmente para especificação de provas.
- Ivaí Engenharia de Obras S.A. Ação que consiste no pleito de compensação por suposto desequilíbrio da equação econômico-financeira de contrato firmado com a Copel. A Administração da Companhia classificou como risco de perda possível para esta ação o montante de R\$ 233.717 em 31.12.2012. Informações adicionais estão descritas no item 28.1.3, deste relatório.
- Ação proposta contra a Copel a respeito de contrato de franquia, e pretende o reconhecimento de subconcessão, com a transferência dos serviços e o repasse integral dos valores das tarifas, dentre outras verbas, a sentença proferida pelo juízo da 4ª Vara Federal de Curitiba, nos autos n. 5017789-75.2010.404.7000, atendeu parcialmente o pleito e declarou a nulidade do contrato de franquia, e a realização de transferência de concessão de serviço público da Copel para o autor entre julho de 2001 a setembro de 2005, nos Municípios e localidades de Faxinal, Mauá da Serra, Rosário do Ivaí, Rio Branco do Ivaí, Grandes Rios, Cruzmaltina, Nova Amoreira e São José (Município de Marilândia do Sul), com a consequente condenação da Copel ao pagamento das tarifas durante o período, com juros e correção monetária, bem como a devolução dos valores cobrados indevidamente a título de taxa de franquia, além das importâncias depositadas a título de fundo de propaganda, com juros e correção monetária. A Copel recorreu da sentença ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região - TRF4, cujo julgamento da apelação, em 25.07.2012, foi integralmente favorável à Companhia. O autor interpôs recurso especial e extraordinário, em processamento ainda no TRF4. A Administração da Companhia classificou como risco de perda possível no montante de R\$ 142.457 em 31.12.2012. O autor também promoveu uma

Reclamação no STF sob n. 13.592, à qual foi negado seguimento pelo Ministro Marco Aurélio em agosto de 2012. O reclamante interpôs agravo regimental, em processamento no STF.

29 Patrimônio Líquido

29.1 Atribuível aos acionistas da empresa controladora

29.1.1 Capital social

O capital social integralizado, em 31.12.2012 (e em 31.12.2011), monta a R\$ 6.910.000. Sua composição por ações (sem valor nominal) e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Número de ações em unidades							
	Ordinárias		Preferenciais "A"		Preferenciais "B"		Total	
		%		%		%		%
Estado do Paraná	85.028.598	58,63	-	-	13.639	0,01	85.042.237	31,08
BNDESPAR	38.298.775	26,41	-	-	27.282.006	21,27	65.580.781	23,96
Eletrobrás	1.530.774	1,06	-	-	-	-	1.530.774	0,56
Custódias em bolsa:								
BM&FBOVESPA ⁽¹⁾	19.509.795	13,45	129.437	33,90	60.368.071	47,07	80.007.303	29,24
NYSE ⁽²⁾	111.419	0,08	-	-	40.453.406	31,54	40.564.825	14,82
Latibex ⁽³⁾	-	-	-	-	84.402	0,07	84.402	0,03
Prefeituras	178.393	0,12	9.326	2,44	3.471	-	191.190	0,07
Outros	373.326	0,25	243.030	63,66	37.507	0,04	653.863	0,24
	145.031.080	100,00	381.793	100,00	128.242.502	100,00	273.655.375	100,00

⁽¹⁾ Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

⁽²⁾ Bolsa de Valores de Nova Iorque

⁽³⁾ Mercado de Valores Latino Americano em Euros, vinculado à Bolsa de Valores de Madri

O valor de mercado das ações da Companhia em 31.12.2012 está demonstrado a seguir:

	Número de ações em unidades	Valor de mercado
Ações ordinárias	145.031.080	3.654.835
Ações preferenciais classe "A"	381.793	14.943
Ações preferenciais classe "B"	128.242.502	4.051.814
	273.655.375	7.721.592

Nas Assembleias Gerais, cada ação ordinária tem direito a um voto. As ações preferenciais não têm direito a voto e são de classes "A" e "B".

As ações preferenciais classe "A" têm prioridade no reembolso do capital e direito ao recebimento de dividendos de 10% a.a., não cumulativos, calculados com base no capital próprio a esta espécie e classe de ações.

As ações preferenciais classe "B" têm prioridade no reembolso do capital e direito ao recebimento de dividendos, correspondentes à parcela do valor equivalente a 25% do lucro líquido ajustado, de acordo com a legislação societária e o estatuto da Companhia, calculados com base no capital próprio a esta espécie e classe de ações. Os dividendos assegurados à classe "B" são prioritários apenas em relação às ações ordinárias e somente são pagos à conta dos lucros remanescentes, depois de pagos os dividendos prioritários das ações preferenciais classe "A".

De acordo com o artigo 17 e seus parágrafos, da Lei Federal nº 6.404/76, os dividendos atribuídos às ações preferenciais são, no mínimo, 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

29.1.2 Reserva de lucros

		Controladora
	31.12.2012	31.12.2011
Reserva legal	571.221	536.187
Reserva de retenção de lucros	3.337.295	2.838.551
Dividendo adicional proposto	64.474	84.875
	3.972.990	3.459.613

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital.

A reserva de retenção de lucros visa à cobertura do programa de investimento da Companhia, conforme o artigo 196 da Lei das Sociedades Anônimas. Sua constituição ocorre mediante retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a reserva legal e os juros sobre o capital próprio.

O dividendo adicional proposto corresponde à parcela do valor proposto pela Administração à Assembleia Geral, excedente aos dividendos mínimos obrigatórios previstos no Estatuto. Em atendimento ao disposto na ICPC nº 08, é mantido em reserva específica no patrimônio líquido até a deliberação definitiva por parte da Assembleia Geral Ordinária, quando então é reconhecido como dívida no passivo circulante.

29.1.3 Ajustes de avaliação patrimonial

A Companhia reconheceu o ajuste do valor justo do ativo imobilizado - custo atribuído, na data da adoção inicial das IFRS. A contrapartida desse ajuste, líquido do imposto de renda e contribuição social diferidos, foi reconhecida na conta Ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido. A realização de tais ajustes é contabilizada na conta de Lucros acumulados, na medida em que ocorra a realização dos itens avaliados, seja pela depreciação ou eventual baixa.

A movimentação dessa conta inclui os ajustes decorrentes das variações de valor justo envolvendo os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, os quais correspondem aos outros resultados abrangentes da Companhia.

Mutação de ajustes de avaliação patrimonial

	Controladora	Consolidado
Em 1º.01.2011	1.559.516	1.559.516
Ajuste referente ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:		
Aplicações financeiras - Copel Geração e Transmissão (*)	1.955	2.962
Tributos sobre ganhos com ativos financeiros	-	(1.007)
Contas a receber vinculadas à concessão - Copel Distribuição (*)	(4.806)	(7.282)
Tributos sobre ganhos com ativos financeiros	-	2.476
Investimentos disponíveis para venda - Copel	5.647	5.647
Tributos sobre ganhos com ativos financeiros	(1.920)	(1.920)
Realizações dos ajustes de avaliação patrimonial:		
Custo atribuído - Copel Geração e Transmissão (*)	(101.904)	(154.400)
Tributos sobre a realização dos ajustes	-	52.496
Custo atribuído - Dominó Holdings (*)	(1.407)	(2.132)
Tributos sobre a realização dos ajustes	-	725
Em 31.12.2011	1.457.081	1.457.081
Ajuste referente ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:		
Aplicações financeiras - Copel Geração e Transmissão (*)	263	398
Tributos sobre ganhos com ativos financeiros	-	(135)
Aplicações financeiras - Copel Distribuição (*)	1.230	1.863
Tributos sobre ganhos com ativos financeiros	-	(633)
Contas a receber vinculadas à concessão - Copel Distribuição (*)	(8.657)	(13.116)
Tributos sobre ganhos com ativos financeiros	-	4.459
Investimentos disponíveis para venda - Copel	406	406
Tributos sobre ganhos com ativos financeiros	(139)	(139)
Outros ganhos:		
Outros ganhos - Elejor (*)	1.462	3.164
Tributos sobre outros ganhos	-	(1.076)
Realizações dos ajustes de avaliação patrimonial:		
Custo atribuído - Copel Geração e Transmissão (*)	(101.009)	(153.044)
Tributos sobre a realização dos ajustes	-	52.035
Custo atribuído - Dominó Holdings (*)	(635)	(962)
Tributos sobre a realização dos ajustes	-	327
Atribuído aos acionistas não controladores	-	(626)
Em 31.12.2012	1.350.002	1.350.002

(*) Equivalência patrimonial na controladora, líquida de tributos

29.1.4 Proposta de distribuição de dividendos

	Controladora	
	31.12.2012	31.12.2011
Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios (25%) - (1)		
Lucro líquido do exercício	700.688	1.157.690
Reserva legal (5%)	(35.034)	(57.885)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	101.644	103.311
Base de cálculo para dividendos mínimos obrigatórios	767.298	1.203.116
	191.824	300.779
Juros sobre capital próprio, líquidos - (2)		
Juros sobre capital próprio	138.072	421.091
IRRF s/ os juros sobre capital próprio	(12.256)	(35.437)
	125.816	385.654
Dividendos propostos - (3)	130.482	-
Distribuição proposta - (4) (2+3)	256.298	-
Dividendos adicionais propostos (4-1)	64.474	84.875
Valor bruto dos dividendos por ação:		
Ações ordinárias	0,9353	1,4683
Ações preferenciais classe "A"	2,5251	2,5251
Ações preferenciais classe "B"	1,0289	1,6155
Valor bruto dos dividendos por classes de ações:		
Ações ordinárias	135.643	212.954
Ações preferenciais classe "A"	964	970
Ações preferenciais classe "B"	131.947	207.167

A base de cálculo para dividendos, que até o exercício de 2009 refletia o lucro líquido ajustado conforme previsto na Lei das Sociedades Anônimas, a partir do exercício de 2010, em função da adoção das CPC's/IFRS é acrescida da realização da conta de ajuste de avaliação patrimonial. Em 2012, registrando um lucro na ordem de R\$ 700.688, a Companhia destinou R\$ 138.072 na forma de juros sobre o capital próprio. O valor total de juros sobre o capital próprio proposto foi imputado ao dividendo mínimo obrigatório.

29.1.5 Lucro por ação - básico e diluído

		Controladora	
	31.12.2012	31.12.2011	
Numerador básico e diluído			
Lucro líquido básico e diluído alocado por classes de ações, atribuído aos acionistas controladores:			
Ações preferenciais classe "A"	1.600	2.064	
Ações preferenciais classe "B"	344.705	569.817	
Ações ordinárias	354.383	585.809	
	700.688	1.157.690	
Denominador básico e diluído			
Média ponderada das ações (em milhares):			
Ações preferenciais classe "A"	383.303	387.134	
Ações preferenciais classe "B"	128.240.992	128.237.161	
Ações ordinárias	145.031.080	145.031.080	
	273.655.375	273.655.375	
Lucro líquido básico e diluído por ação atribuído aos acionistas da empresa controladora:			
Ações preferenciais classe "A"	4,1742	5,3315	
Ações preferenciais classe "B"	2,6879	4,4435	
Ações ordinárias	2,4435	4,0392	

A quantidade média ponderada de ações ordinárias, usadas no cálculo do lucro básico por ação, concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro por ação diluído, já que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo.

29.2 Mutação do patrimônio líquido atribuível aos acionistas não controladores

Participação no capital social	Compagas 49%	Bejor 30%	UEG Araucária 20%	Consolidado
Em 1º.01.2011	95.393	41.464	128.846	265.703
Devolução de Afac	-	(30.813)	-	(30.813)
Dividendos propostos	(10.109)	(1.111)	-	(11.220)
Resultado do período	15.891	4.675	(1.402)	19.164
Em 31.12.2011	101.175	14.215	127.444	242.834
Dividendos propostos	(2.415)	(2.371)	-	(4.786)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	626	-	626
Resultado do período	10.170	9.989	5.673	25.832
Em 31.12.2012	108.930	22.459	133.117	264.506

30 Receita Operacional Líquida

Consolidado	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos do consumidor (30.5)	ISSQN	Receita líquida
						31.12.2012
Fornecimento de energia elétrica (30.1)	4.226.962	(391.587)	(1.170.153)	(39.713)	-	2.625.509
Suprimento de energia elétrica (30.2)	1.865.708	(178.943)	(195)	(63.063)	-	1.623.507
Disponibilidade da rede elétrica (30.3)	5.178.302	(467.475)	(1.205.203)	(674.523)	-	2.831.101
Receita de construção	788.260	-	-	-	-	788.260
Telecomunicações	163.961	(8.701)	(29.244)	-	(451)	125.565
Distribuição de gás canalizado	413.012	(37.969)	(50.031)	-	-	325.012
Outras receitas operacionais (30.4)	240.863	(26.140)	-	-	(1.460)	213.263
	12.877.068	(1.110.815)	(2.454.826)	(777.299)	(1.911)	8.532.217

Consolidado	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos do consumidor (30.5)	ISSQN	Receita líquida
						31.12.2011
Fornecimento de energia elétrica (30.1)	3.673.054	(340.261)	(972.849)	(29.116)	-	2.330.828
Suprimento de energia elétrica (30.2)	1.659.996	(158.771)	(399)	(60.995)	-	1.439.831
Disponibilidade da rede elétrica (30.3)	5.201.169	(472.181)	(1.278.736)	(687.884)	-	2.762.368
Receita de construção	741.726	-	-	-	-	741.726
Telecomunicações	152.117	(9.144)	(25.285)	-	(562)	117.126
Distribuição de gás canalizado	349.801	(31.934)	(43.926)	-	(8)	273.933
Outras receitas operacionais (30.4)	133.473	(12.858)	(1)	(9.213)	(1.048)	110.353
	11.911.336	(1.025.149)	(2.321.196)	(787.208)	(1.618)	7.776.165

30.1 Fornecimento de energia por classe de consumidor

Fornecimento de energia elétrica		Receita bruta		Receita líquida	
Consolidado					
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	
Residencial	1.302.177	1.223.657	782.292	771.674	
Industrial	1.493.166	1.224.103	926.562	757.293	
Comercial, serviços e outras atividades	950.689	807.489	573.831	498.948	
Rural	177.083	158.644	148.869	134.124	
Poder público	114.038	104.218	79.149	73.870	
Iluminação pública	92.450	77.049	56.242	47.062	
Serviço público	97.359	77.894	58.564	47.857	
	4.226.962	3.673.054	2.625.509	2.330.828	

30.2 Suprimento de energia elétrica

Consolidado	Receita bruta	
	31.12.2012	31.12.2011
Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR (leilão)	1.335.263	1.280.176
Contratos bilaterais	295.049	237.279
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	235.396	142.541
	1.865.708	1.659.996

30.3 Disponibilidade da rede elétrica por classe de consumidor

Disponibilidade da rede elétrica		Receita bruta		Receita líquida	
Consolidado					
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	
Residencial	1.657.936	1.606.837	830.282	785.887	
Industrial	1.222.544	1.413.901	576.406	670.214	
Comercial, serviços e outras atividades	1.104.355	1.106.635	564.262	541.595	
Rural	230.829	217.114	165.591	154.700	
Poder público	143.238	142.898	83.875	82.594	
Iluminação pública	110.562	110.302	53.448	53.118	
Serviço público	102.408	106.806	50.700	51.809	
Consumidores livres	204.768	197.789	156.469	150.725	
Rede básica, de fronteira e de conexão	2.520	2.367	1.925	1.804	
Receita de operação e manutenção - O&M	52.048	44.584	46.693	40.584	
Receita de juros efetivos	347.094	251.936	301.450	229.338	
	5.178.302	5.201.169	2.831.101	2.762.368	

30.4 Outras receitas operacionais

Consolidado		Receita bruta
	31.12.2012	31.12.2011
Arrendamentos e aluguéis (NE nº 34.2)	162.989	88.909
Renda da prestação de serviços	53.085	37.975
Serviço taxado	8.214	5.306
Outras receitas	16.575	1.283
	240.863	133.473

30.5 Encargos do consumidor

Consolidado		
	31.12.2012	31.12.2011
Conta de consumo de combustível - CCC	289.686	348.374
Conta de desenvolvimento energético - CDE	282.683	249.799
Quota para reserva global de reversão - RGR	114.949	107.105
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética - P&D e PEE (NE nº 25.2)	74.319	68.048
Outros encargos	15.662	13.882
	777.299	787.208

31 Custos e Despesas Operacionais

Natureza dos custos e despesas	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas), líquidas	Total Consolidado
					31.12.2012
Energia elétrica comprada para revenda (31.1)	(2.807.735)	-	-	-	(2.807.735)
Encargos de uso da rede elétrica (31.2)	(772.361)	-	-	-	(772.361)
Pessoal e administradores (31.3)	(944.913)	(8.910)	(292.776)	-	(1.246.599)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 23)	(141.368)	(996)	(40.514)	-	(182.878)
Material	(60.798)	(716)	(8.302)	-	(69.816)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(25.511)	-	-	-	(25.511)
Gás natural e insumos para operação de gás	(247.770)	-	-	-	(247.770)
Serviços de terceiros (31.4)	(291.048)	(38.614)	(80.397)	-	(410.059)
Depreciação e amortização	(508.887)	(42)	(40.176)	(1.483)	(550.588)
Provisões e reversões (31.5)	-	(22.826)	-	(195.970)	(218.796)
Custo de construção (31.6)	(771.912)	-	-	-	(771.912)
Outros custos e despesas operacionais (31.7)	(6.668)	6.445	(82.663)	(155.827)	(238.713)
	(6.578.971)	(65.659)	(544.828)	(353.280)	(7.542.738)

Natureza dos custos e despesas	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas), líquidas	Total Consolidado
					31.12.2011
Energia elétrica comprada para revenda (31.1)	(2.152.545)	-	-	-	(2.152.545)
Encargos de uso da rede elétrica (31.2)	(632.518)	-	-	-	(632.518)
Pessoal e administradores (31.3)	(753.022)	(7.747)	(221.884)	-	(982.653)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 23)	(117.460)	(804)	(32.581)	-	(150.845)
Material	(76.213)	(594)	(8.803)	-	(85.610)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(25.031)	-	-	-	(25.031)
Gás natural e insumos para operação de gás	(186.931)	-	-	-	(186.931)
Serviços de terceiros (31.4)	(267.603)	(32.882)	(90.948)	-	(391.433)
Depreciação e amortização	(519.536)	(41)	(32.104)	(1.484)	(553.165)
Provisões e reversões (31.5)	-	(75.556)	-	(214.099)	(289.655)
Custo de construção (31.6)	(731.443)	-	-	-	(731.443)
Outros custos e despesas operacionais (31.7)	5.287	3.860	(75.132)	(224.857)	(290.842)
					(5.457.015) (113.764) (461.452) (440.440) (6.472.671)

Natureza dos custos e despesas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas), líquidas	Total Controladora
			31.12.2012
Administradores (31.3)	(10.152)	-	(10.152)
Plano assistencial	(746)	-	(746)
Material	(33)	-	(33)
Serviços de terceiros	(3.863)	-	(3.863)
Depreciação e amortização	-	(755)	(755)
Provisões e reversões (31.5)	-	(14.196)	(14.196)
Outras despesas operacionais	(8.441)	1.024	(7.417)
			(23.235) (13.927) (37.162)

Natureza dos custos e despesas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas), líquidas	Total Controladora
			31.12.2011
Administradores (31.3)	(8.039)	-	(8.039)
Plano assistencial	(496)	-	(496)
Material	(81)	-	(81)
Serviços de terceiros	(4.996)	-	(4.996)
Depreciação e amortização	-	(754)	(754)
Provisões e reversões (31.5)	-	2.190	2.190
Outras despesas operacionais	(10.063)	664	(9.399)
			(23.675) 2.100 (21.575)

31.1 Energia elétrica comprada para revenda

	Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011
Compra de energia no ambiente regulado - CCEAR	1.927.903	1.585.932
Itaipu Binacional	503.335	459.649
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	312.125	43.947
Programa de incentivo a novas fontes de energia alternativa - Proinfa	143.587	102.638
Contratos bilaterais	203.115	192.082
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre energia elétrica comprada para revenda	(282.330)	(231.703)
	2.807.735	2.152.545

31.2 Encargos de uso da rede elétrica

	Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011
Encargos de uso do sistema - distribuição	544.597	412.383
Encargos de uso do sistema - rede básica e conexão	145.099	221.655
Encargos dos serviços do sistema - ESS	75.485	10.988
Encargo de Energia de Reserva - EER	49.228	16.456
Encargos de transporte de Itaipu	45.217	42.109
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre encargos de uso da rede elétrica	(87.265)	(71.073)
	772.361	632.518

31.3 Pessoal e administradores

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Pessoal				
Remunerações	-	-	808.468	717.796
Encargos sociais	-	-	271.471	221.216
	-	-	1.079.939	939.012
Participação nos lucros e/ou resultados (31.3.1)	-	-	29.940	48.068
Auxílio alimentação e educação	-	-	90.498	74.998
Provisão para indenização por demissões voluntárias e aposentadorias (31.3.2)	-	-	168.822	64.442
	-	-	1.369.199	1.126.520
(-) Apropriação no imobilizado e no intangível em curso	-	-	(138.008)	(155.394)
	-	-	1.231.191	971.126
Administradores				
Honorários	7.811	6.665	12.073	9.560
Encargos sociais	2.272	1.348	3.228	1.875
Outros gastos	68	26	107	92
	10.152	8.039	15.408	11.527
	10.152	8.039	1.246.599	982.653

31.3.1 Participação nos lucros e/ou resultados

A Companhia implantou o programa de participação dos empregados nos lucros e/ou resultados, pago de acordo com a Lei Federal nº 10.101/2000, o Decreto Estadual nº 1978/2007 e a Lei Estadual nº 16560/2010. O montante dessa participação foi provisionado como segue:

		Consolidado
	31.12.2012	31.12.2011
Copel Geração e Transmissão	5.594	9.109
Copel Distribuição	21.389	35.162
Copel Telecomunicações	1.464	2.729
Compagas	1.493	1.068
	29.940	48.068

31.3.2 Provisão para indenização por demissões voluntárias e aposentadorias

A Copel instituiu o programa de sucessão e desligamento voluntário - PSDV, através da Circular 031/2011, de 29.03.2011, e alterado pelas Circulares 049/2011 e 090/2011, de 22.06.2011 e 06.12.2011, respectivamente, bem como o programa de formação de potenciais lideranças (MBA), como forma de estabelecer procedimentos capazes de garantir a retenção do conhecimento da companhia, e de forma planejada e estruturada, incentivar a preparação do quadro funcional para o exercício da liderança.

Contudo, as mudanças ocorridas no cenário nacional, notadamente com a MP 579/2012 e seus desdobramentos, afetaram sobremaneira as finanças da companhia, exigindo, entre outras medidas, a extinção do PSDV pela Circular 068/2012, a partir de 1º.01.2013. Tal decisão da Diretoria foi comunicada com antecedência aos empregados, possibilitando a adesão até o final de dezembro de 2012.

31.4 Serviços de terceiros

		Consolidado
	31.12.2012	31.12.2011
Manutenção do sistema elétrico	104.966	90.536
Manutenção de instalações	73.841	67.326
Comunicação, processamento e transmissão de dados	48.948	55.274
Leitura e entrega de faturas	35.744	29.898
Agentes autorizados e credenciados	32.201	27.108
Consultoria e auditoria	26.848	24.732
Outros serviços	87.511	96.559
	410.059	391.433

31.5 Provisões e reversões

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa				
Clientes	-	-	21.782	77.184
Outros créditos	-	-	1.044	(1.628)
	-	-	22.826	75.556
Provisão (reversão) para perdas de créditos tributários	-	-	(3.135)	46.802
Provisão para desvalorização de participações societárias	-	398	-	398
Provisão (reversão) para litígios (NE nº 28)				
Cofins	8.568	-	8.568	-
Fiscais	(2.983)	(5.159)	11.371	(38.689)
Trabalhistas	-	-	45.966	2.611
Benefícios a empregados	-	-	33.796	21.289
Fornecedores	-	-	(19.373)	1.902
Cíveis e direito administrativo	7.765	2.046	73.843	49.075
Servidões de passagem	-	-	1.139	(3.732)
Desapropriações e patrimoniais	-	-	38.906	124.874
Consumidores	-	-	1.984	207
Ambientais	-	-	89	62
Regulatórias	846	525	2.816	9.300
	14.196	(2.588)	199.105	166.899
	14.196	(2.190)	218.796	289.655

31.6 Custo de construção

	Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011
Material	378.523	415.098
Serviços de terceiros	268.747	205.757
Pessoal	82.967	80.825
Outros	41.675	29.763
	771.912	731.443

31.7 Outros custos e despesas operacionais

	Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	94.550	125.343
Tributos	27.802	18.103
Indenizações	28.001	35.880
Arrendamentos e aluguéis (NE nº 34.1)	27.368	18.380
Taxa de fiscalização da Aneel	21.938	20.125
Outros custos de manutenção	13.650	1.420
Incentivo esporte, Lei Rouanet e fundo dos direitos da criança e do adolescente - FIA	12.081	15.420
Propaganda e publicidade	9.853	4.767
Perdas na desativação e alienação de bens	6.147	54.285
Recuperação de custos e despesas	(61.902)	(40.175)
Outros custos e despesas, líquidos	59.225	37.294
	238.713	290.842

32 Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Receitas financeiras				
Renda e variação monetária sobre repasse CRC (NE nº 8)	-	-	188.688	148.950
Variação monetária sobre contas a receber vinculadas à concessão	-	-	165.574	100.381
Acréscimos moratórios sobre faturas de energia	-	-	127.041	63.652
Renda de aplicações financeiras mantidas para negociação	1.911	3.461	75.027	210.253
Renda de aplicações financeiras disponíveis para venda	12	17	38.938	15.660
Renda de aplicações financeiras mantidas até o vencimento	-	-	109	2.808
Juros e comissões sobre contratos de mútuo	98.722	108.163	-	-
Outras receitas financeiras	9.672	9.818	53.561	35.828
	110.317	121.459	648.938	577.532
(-) Despesas financeiras				
Atualização do valor justo do contas a receber vinculadas à concessão (NE nº 9.2)	-	-	401.104	-
Encargos de dívidas	84.994	114.339	133.396	141.327
Variação monetária e reversão de juros sobre contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	-	-	74.984	71.383
PIS/Pasep e Cofins sobre juros sobre capital próprio	22.837	42.043	24.581	43.740
Juros sobre P&D e PEE	-	-	14.745	18.666
Variações monetárias e cambiais	10	2	13.819	17.821
Outras despesas financeiras	1.425	20.809	14.130	59.827
	109.266	177.193	676.759	352.764
	1.051	(55.734)	(27.821)	224.768

Os custos de empréstimos e financiamentos capitalizados durante o ano de 2012 totalizaram R\$ 70.304, à taxa média de 10,22 % a.a.

33 Segmentos Operacionais

33.1 Produtos e serviços dos quais os segmentos reportáveis têm suas receitas geradas

A Companhia atua em cinco segmentos reportáveis identificados pela Administração, por meio das diretorias de cada área de negócio, considerando os ambientes regulatórios, as unidades estratégicas de negócios e os diferentes produtos e serviços. Os segmentos são gerenciados separadamente, pois cada negócio e cada empresa exige diferentes tecnologias e estratégias.

Nos exercícios de 2012 e 2011 todas as vendas foram realizadas em território brasileiro.

Não identificamos nenhum cliente na Companhia que seja responsável individualmente por mais de 10% da receita líquida total no ano de 2012.

A Companhia avalia o desempenho de cada segmento, com base em informações derivadas dos registros contábeis.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas que aquelas descritas no resumo das principais práticas contábeis e contabiliza operações intersegmentos como se estas fossem com terceiros, ou seja, pelos preços correntes de mercado.

33.2 Segmentos reportáveis da Companhia

geração e transmissão de energia elétrica (GET) - tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulica, eólica e térmica, e prover os serviços de transporte e transformação da energia elétrica, sendo responsável pela construção, operação e manutenção de subestações, bem como pelas linhas destinadas à transmissão de energia. Atua por intermédio das empresas Copel Geração e Transmissão, Elejor, UEG Araucária, Centrais Eólicas do Paraná, Costa Oeste, Marumbi, Sul Brasileira, Cutia, Integração Maranhense, Matrinchã, Caiuá e Guaraciaba;

distribuição e comercialização de energia elétrica (DIS) - tem como atribuição distribuir e comercializar energia, sendo responsável por operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos. Atua por intermédio da Copel Distribuição;

telecomunicações (TEL) - tem como atribuição a prestação de serviços de telecomunicações e de comunicações em geral. Atua por intermédio da Copel Telecomunicações;

gás - tem como atribuição a exploração do serviço público de distribuição de gás natural canalizado. Atua por intermédio da Compagas; e

holding (HOL) - Tem como atribuição a participação em outras empresas. Atua por intermédio da Copel e da Dominó Holdings.

33.3 Ativo por segmento reportável

ATIVO	GET	DIS	TEL	GÁS	HOL	Eliminações	Consolidado
31.12.2012							
ATIVO TOTAL	11.032.526	8.812.803	428.216	289.363	14.164.442	(13.515.796)	21.211.554
ATIVO CIRCULANTE	1.529.485	2.876.268	64.848	86.793	1.233.713	(1.091.852)	4.699.255
Caixa e equivalentes de caixa	260.774	1.126.361	26.689	35.993	33.320	-	1.483.137
Títulos e valores mobiliários	476.488	158.837	-	-	176	-	635.501
Cauções e depósitos vinculados	1.433	34.293	-	1.086	-	-	36.812
Clientes	283.750	1.200.251	18.649	40.092	-	(53.569)	1.489.173
Dividendos a receber	-	-	-	-	1.048.142	(1.038.587)	9.555
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	-	75.930	-	-	-	-	75.930
Contas a receber vinculadas à concessão	5.319	-	-	-	-	-	5.319
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão	356.085	-	-	-	-	-	356.085
Outros créditos	105.123	126.686	2.437	716	15	304	235.281
Estoques	28.299	84.995	10.645	870	-	-	124.809
Imposto de renda e contribuição social	1.828	35.868	3.413	-	152.049	-	193.158
Outros tributos correntes a recuperar	7.481	31.460	2.671	7.868	11	-	49.491
Despesas antecipadas	2.905	1.587	344	168	-	-	5.004
ATIVO NÃO CIRCULANTE	9.503.041	5.936.535	363.368	202.570	12.930.729	(12.423.944)	16.512.299
Realizável a Longo Prazo	1.242.311	4.626.774	23.253	18.022	1.541.042	(1.148.498)	6.302.904
Títulos e valores mobiliários	92.827	35.688	-	-	-	-	128.515
Cauções e depósitos vinculados	-	43.246	-	-	-	-	43.246
Clientes	-	26.172	-	5.266	-	(5.267)	26.171
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	-	1.308.354	-	-	-	-	1.308.354
Depósitos judiciais	24.634	276.541	1.036	302	271.960	-	574.473
Contas a receber vinculadas à concessão	301.530	2.383.262	-	-	-	-	2.684.792
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão	717.805	-	-	-	-	-	717.805
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	12.279	-	-	12.279
Outros créditos	6.413	4.036	-	-	-	-	10.449
Imposto de renda e contribuição social	19.995	-	-	-	-	-	19.995
Outros tributos correntes a recuperar	50.794	60.663	8.732	-	-	-	120.189
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28.313	488.812	13.485	-	117.194	-	647.804
Despesas antecipadas	-	-	-	175	-	8.657	8.832
Mútuos com controladas	-	-	-	-	1.151.888	(1.151.888)	-
Investimentos	448.130	4.012	-	-	11.389.683	(11.298.789)	543.036
Imobilizado	7.552.704	-	319.141	-	4	-	7.871.849
Intangível	259.896	1.305.749	20.974	184.548	-	23.343	1.794.510

ATIVO	GET	DIS	TEL	GÁS	HOL	Eliminações	Consolidado
31.12.2011							
ATIVO TOTAL	10.032.729	7.563.936	353.370	276.164	13.671.896	(13.056.076)	18.842.019
ATIVO CIRCULANTE	1.317.300	2.150.339	44.395	77.320	1.316.627	(1.203.968)	3.702.013
Caixa e equivalentes de caixa	323.713	647.783	8.348	41.047	28.234	-	1.049.125
Títulos e valores mobiliários	548.071	33.735	-	48	165	-	582.019
Cauções e depósitos vinculados	1.957	5	-	706	-	-	2.668
Clientes	265.833	1.104.328	18.253	32.715	-	(52.763)	1.368.366
Dividendos a receber	-	-	-	-	1.168.612	(1.150.706)	17.906
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	-	65.862	-	-	-	-	65.862
Contas a receber vinculadas à concessão	80.626	-	-	-	-	-	80.626
Outros créditos	64.812	95.030	1.098	540	332	(499)	161.313
Estoques	23.717	69.579	9.015	1.491	-	-	103.802
Imposto de renda e contribuição social	4.654	87.484	3.958	1	119.284	-	215.381
Outros tributos correntes a recuperar	1.553	44.871	3.369	564	-	-	50.357
Despesas antecipadas	2.364	1.662	354	208	-	-	4.588
ATIVO NÃO CIRCULANTE	8.715.429	5.413.597	308.975	198.844	12.355.269	(11.852.108)	15.140.006
Realizável a Longo Prazo	1.134.596	4.163.071	18.403	23.008	1.476.718	(1.155.928)	5.659.868
Títulos e valores mobiliários	61.931	658	-	-	-	-	62.589
Cauções e depósitos vinculados	-	37.553	-	-	-	-	37.553
Clientes	-	32.363	89	10.534	-	(10.534)	32.452
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	-	1.280.598	-	-	-	-	1.280.598
Depósitos judiciais	20.693	185.994	885	301	222.944	-	430.817
Contas a receber vinculadas à concessão	1.011.271	2.225.203	-	-	-	-	3.236.474
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	11.982	-	-	11.982
Outros créditos	1.878	3.172	-	191	-	-	5.241
Imposto de renda e contribuição social	18.714	-	-	-	-	-	18.714
Outros tributos correntes a recuperar	3.967	64.827	9.118	-	-	-	77.912
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.142	332.703	8.311	-	108.380	-	465.536
Mútuo com controladas	-	-	-	-	1.145.394	(1.145.394)	-
Investimentos	386.873	4.012	-	-	10.878.551	(10.720.278)	549.158
Imobilizado	6.935.336	-	273.787	-	-	-	7.209.123
Intangível	258.624	1.246.514	16.785	175.836	-	24.098	1.721.857

33.4 Passivo por segmento reportável

PASSIVO	GET	DIS	TEL	GÁS	HOL	Eliminações	Consolidado
31.12.2012							
PASSIVO TOTAL	11.032.526	8.812.803	428.216	289.363	14.164.442	(13.515.796)	21.211.554
PASSIVO CIRCULANTE	1.580.667	1.970.456	53.612	60.464	277.765	(1.095.146)	2.847.818
Obrigações sociais e trabalhistas	110.650	243.128	25.393	4.333	646	-	384.150
Fornecedores	432.595	694.903	14.481	45.873	1.644	(53.137)	1.136.359
Imposto de renda e contribuição social	163.724	-	-	3.214	3.251	-	170.189
Outras obrigações fiscais	55.130	205.330	4.492	1.934	24.121	(111)	290.896
Empréstimos e financiamentos	71.654	164.788	53	-	28.106	(3.311)	261.290
Debêntures	-	12.719	-	-	-	-	12.719
Dividendo mínimo obrigatório a pagar	639.420	371.863	7.982	4.929	219.173	(1.038.587)	204.780
Benefícios pós-emprego	6.908	18.004	903	-	4	-	25.819
Encargos do consumidor a recolher	7.236	49.262	-	-	-	-	56.498
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	16.663	142.936	-	-	-	-	159.599
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	48.477	-	-	-	-	-	48.477
Outras contas a pagar	28.210	67.523	308	181	820	-	97.042
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	2.460.329	3.240.827	47.598	6.594	1.274.016	(1.163.126)	5.866.238
Coligadas e controladas	250.593	851.237	-	-	-	(1.101.830)	-
Fornecedores	106.263	-	-	-	-	(5.267)	100.996
Imposto de renda e contribuição social diferidos	612.985	-	-	2.939	-	-	615.924
Empréstimos e financiamentos	438.396	609.941	25.559	-	971.721	(56.029)	1.989.588
Debêntures	-	997.958	-	-	-	-	997.958
Benefícios pós-emprego	134.962	343.584	21.070	2.807	-	-	502.423
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	43.350	61.211	-	-	-	-	104.561
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	399.080	-	-	-	-	-	399.080
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	-	-
Provisões para litígios	474.700	376.896	969	848	302.295	-	1.155.708
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.991.530	3.601.520	327.006	222.305	12.612.661	(11.257.524)	12.497.498
Capital social	4.285.317	2.624.841	240.398	135.943	7.023.368	(7.399.867)	6.910.000
Ajustes de avaliação patrimonial	1.342.087	1.230	-	-	1.353.318	(1.346.633)	1.350.002
Reserva legal	249.582	135.294	6.706	17.295	590.286	(427.942)	571.221
Reserva de retenção de lucros	1.158.223	840.155	79.902	62.115	3.369.128	(2.391.267)	3.118.256
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	6.952	212.087	-	219.039
Prejuízos acumulados	(43.679)	-	-	-	-	43.679	-
Atribuível aos acionistas não controladores						264.506	264.506

PASSIVO	GET	DIS	TEL	GÁS	HOL	Eliminações	Consolidado
31.12.2011							
PASSIVO TOTAL	10.032.729	7.563.936	353.370	276.164	13.671.896	(13.056.076)	18.842.019
PASSIVO CIRCULANTE	1.210.466	1.708.165	47.532	62.991	238.119	(1.208.452)	2.058.821
Folha de pagamento e provisões trabalhistas	56.533	151.184	13.490	2.734	154	-	224.095
Fornecedores	217.291	531.187	7.000	43.054	2.073	(53.152)	747.453
Imposto de renda e contribuição social	140.335	-	-	7.526	3.929	-	151.790
Outros tributos	26.023	214.128	4.390	1.788	42.238	(110)	288.457
Empréstimos e financiamentos	59.152	17.619	-	48	44.152	(4.484)	116.487
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório a pagar	604.361	508.695	20.649	7.702	145.043	(1.150.706)	135.744
Benefícios pós-emprego	9.785	24.612	1.640	-	-	-	36.037
Encargos do consumidor a recolher	4.047	66.464	-	-	-	-	70.511
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	15.997	140.918	-	-	-	-	156.915
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	44.656	-	-	-	-	-	44.656
Outras contas a pagar	32.286	53.358	363	139	530	-	86.676
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	2.389.257	2.189.936	41.098	6.693	1.261.130	(1.174.444)	4.713.670
Coligadas e controladas	305.936	781.031	23.000	-	-	(1.109.967)	-
Fornecedores	118.996	-	-	-	-	(10.534)	108.462
Obrigações fiscais	152	-	-	-	-	-	152
Imposto de renda e contribuição social diferidos	643.149	-	-	5.117	-	-	648.266
Empréstimos e financiamentos	437.549	708.607	-	-	965.772	(53.943)	2.057.985
Benefícios pós-emprego	117.851	295.899	17.883	1.205	-	-	432.838
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	34.523	60.126	-	-	-	-	94.649
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	370.442	-	-	-	-	-	370.442
Outras contas a pagar	-	-	-	53	-	-	53
Provisões para litígios	360.659	344.273	215	318	295.358	-	1.000.823
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.433.006	3.665.835	264.740	206.480	12.172.647	(10.673.180)	12.069.528
Capital social	4.256.839	2.624.841	194.755	135.943	7.023.368	(7.325.746)	6.910.000
Ajustes de avaliação patrimonial	1.440.745	8.657	-	-	1.461.032	(1.453.353)	1.457.081
Reserva legal	212.887	135.294	5.306	16.258	552.734	(386.292)	536.187
Reserva de retenção de lucros	157.491	883.575	62.685	54.279	2.858.739	(1.178.218)	2.838.551
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	191.899	(191.899)	-
Prejuízos acumulados	(70.534)	-	-	-	-	70.534	-
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	242.834	242.834

33.5 Demonstração do resultado por segmento reportável

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	GET	DIS	TEL	GÁS	HOL	Eliminações	Consolidado
31.12.2012							
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.579.850	5.892.171	172.445	359.090	-	(471.339)	8.532.217
Fornecimento de energia elétrica para terceiros	137.990	2.487.519	-	-	-	-	2.625.509
Fornecimento de energia elétrica entre segmentos	-	3.119	-	-	-	(3.119)	-
Suprimento de energia elétrica para terceiros	1.468.044	155.463	-	-	-	-	1.623.507
Suprimento de energia elétrica para terceiros entre segmentos	302.583	-	-	-	-	(302.583)	-
Disponibilidade da rede elétrica para terceiros	348.142	2.482.959	-	-	-	-	2.831.101
Disponibilidade da rede elétrica entre segmentos	96.979	17.116	-	-	-	(114.095)	-
Receita de construção	98.474	665.601	-	24.185	-	-	788.260
Serviços de telecomunicações para terceiros	-	-	125.565	-	-	-	125.565
Serviços de telecomunicações entre segmentos	-	-	41.148	-	-	(41.148)	-
Distribuição de gás canalizado	-	-	-	325.012	-	-	325.012
Outras receitas operacionais para terceiros	121.675	80.394	1.301	9.893	-	-	213.263
Outras receitas operacionais entre segmentos	5.963	-	4.431	-	-	(10.394)	-
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.535.252)	(5.968.827)	(139.403)	(332.128)	(38.512)	471.384	(7.542.738)
Energia elétrica comprada para revenda	(170.806)	(2.939.447)	-	-	-	302.518	(2.807.735)
Encargos de uso da rede elétrica	(233.983)	(648.501)	-	-	-	110.123	(772.361)
Pessoal e administradores	(322.164)	(824.102)	(70.253)	(19.891)	(10.189)	-	(1.246.599)
Planos previdenciário e assistencial	(44.315)	(126.187)	(8.591)	(3.039)	(746)	-	(182.878)
Material	(18.274)	(48.296)	(1.800)	(1.413)	(33)	-	(69.816)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(25.511)	-	-	-	-	-	(25.511)
Gás natural e insumos para operação de gás	-	-	-	(247.770)	-	-	(247.770)
Serviços de terceiros	(111.530)	(320.135)	(17.280)	(14.206)	(4.404)	57.496	(410.059)
Depreciação e amortização	(314.971)	(192.344)	(28.019)	(13.769)	(1.485)	-	(550.588)
Provisões e reversões	(80.212)	(118.986)	(4.316)	(1.086)	(14.196)	-	(218.796)
Custo de construção	(82.126)	(665.601)	-	(24.185)	-	-	(771.912)
Outros custos e despesas operacionais	(131.360)	(85.228)	(9.144)	(6.769)	(7.459)	1.247	(238.713)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	16.041	-	-	-	785.626	(790.627)	11.040
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO							
FINANCEIRO E TRIBUTOS	1.060.639	(76.656)	33.042	26.962	747.114	(790.582)	1.000.519
Resultado financeiro	(41.087)	5.644	3.444	4.769	(546)	(45)	(27.821)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	1.019.552	(71.012)	36.486	31.731	746.568	(790.627)	972.698
Imposto de renda e contribuição social	(302.346)	(124.691)	(13.653)	(13.155)	(4.467)	-	(458.312)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	43.546	152.283	5.174	2.178	8.953	-	212.134
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	760.752	(43.420)	28.007	20.754	751.054	(790.627)	726.520

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	GET	DIS	TEL	GÁS	HOL	Eliminações	Consolidado
31.12.2011							
RECEITA OPERACIONAL	2.265.696	5.490.064	157.803	291.376	-	(428.774)	7.776.165
Fornecimento de energia elétrica para terceiros	102.934	2.227.894	-	-	-	-	2.330.828
Fornecimento de energia elétrica entre segmentos	-	5.441	-	-	-	(5.441)	-
Suprimento de energia elétrica para terceiros	1.348.042	91.789	-	-	-	-	1.439.831
Suprimento de energia elétrica para terceiros entre segmentos	286.132	-	-	-	-	(286.132)	-
Disponibilidade da rede elétrica para terceiros	269.924	2.492.444	-	-	-	-	2.762.368
Disponibilidade da rede elétrica entre segmentos	76.331	13.055	-	-	-	(89.386)	-
Receita de construção	118.816	606.620	-	16.290	-	-	741.726
Serviços de telecomunicações para terceiros	-	-	117.126	-	-	-	117.126
Serviços de telecomunicações entre segmentos	-	-	40.677	-	-	(40.677)	-
Distribuição de gás canalizado	-	-	-	273.933	-	-	273.933
Outras receitas operacionais para terceiros	57.600	51.600	-	1.153	-	-	110.353
Outras receitas operacionais entre segmentos	5.917	1.221	-	-	-	(7.138)	-
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.477.833)	(5.038.081)	(114.437)	(248.001)	(23.093)	428.774	(6.472.671)
Energia elétrica comprada para revenda	(73.090)	(2.365.587)	-	-	-	286.132	(2.152.545)
Encargos de uso da rede elétrica	(216.035)	(505.869)	-	-	-	89.386	(632.518)
Pessoal e administradores	(243.769)	(657.382)	(58.341)	(15.096)	(8.065)	-	(982.653)
Planos previdenciário e assistencial	(37.860)	(104.234)	(7.113)	(1.142)	(496)	-	(150.845)
Material	(16.678)	(66.018)	(1.730)	(1.102)	(82)	-	(85.610)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(25.031)	-	-	-	-	-	(25.031)
Gás natural e insumos para operações de gás	-	-	-	(186.931)	-	-	(186.931)
Serviços de terceiros	(100.423)	(307.494)	(17.769)	(12.120)	(5.722)	52.095	(391.433)
Depreciação e amortização	(320.541)	(193.969)	(24.523)	(12.648)	(1.484)	-	(553.165)
Provisões e reversões	(170.312)	(122.332)	734	65	2.190	-	(289.655)
Custo de construção	(108.533)	(606.620)	-	(16.290)	-	-	(731.443)
Outros custos e despesas operacionais	(165.561)	(108.576)	(5.695)	(2.737)	(9.434)	1.161	(290.842)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	(3.487)	-	-	-	1.288.825	(1.229.684)	55.654
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS	784.376	451.983	43.366	43.375	1.265.732	(1.229.684)	1.359.148
Resultado financeiro	16.316	256.721	2.923	6.136	(57.328)	-	224.768
LUCRO OPERACIONAL	800.692	708.704	46.289	49.511	1.208.404	(1.229.684)	1.583.916
Imposto de renda e contribuição social	(278.227)	(297.653)	(12.472)	(18.294)	(4.955)	-	(611.601)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	85.767	124.835	1.883	1.214	(9.160)	-	204.539
LUCRO DO EXERCÍCIO	608.232	535.886	35.700	32.431	1.194.289	(1.229.684)	1.176.854

34 Contratos de Arrendamento Operacional

34.1 A Companhia como arrendatária

	Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011
Custos e despesas de arrendamentos e alugueis		
Imóveis (a)	21.920	17.704
Fotocopiadora	1.082	1.521
Outros	5.900	719
(-) Créditos de PIS e Cofins	(1.534)	(1.564)
	27.368	18.380

A estimativa de gastos para os próximos exercícios é basicamente a mesma de 2012, acrescida dos índices de correção contratualmente assumidos, não existindo riscos com relação à rescisão contratual.

- a) Do total de R\$ 21.920 gastos com aluguel de imóveis, R\$ 10.183 referem-se ao contrato de locação do Polo km 3, firmado entre as subsidiárias da Copel e a Fundação Copel, o qual, dentre os contratos de aluguel, destaca-se como o contrato mais relevante para as subsidiárias da Copel. Para os períodos futuros este valor será corrigido com base na avaliação imobiliária do imóvel.

Não identificamos compromissos de arrendamento operacional não canceláveis.

34.2 A Companhia como arrendadora

		Consolidado
Receita de arrendamentos e aluguéis	31.12.2012	31.12.2011
Equipamentos e estruturas (a)	66.177	54.442
Usina termelétrica de Araucária (b)	95.253	32.804
Imóveis	714	862
Compartilhamento de instalações	845	801
	162.989	88.909

Os arrendamentos operacionais referem-se a receitas de aluguéis de bens de propriedade do Grupo. O arrendatário não tem a opção de compra do bem após o término do prazo do arrendamento.

Não identificamos recebíveis de arrendamento operacionais não canceláveis.

- a) O compartilhamento de estrutura refere-se, à cessão de pontos de fixação, em espaço predeterminado nos postes, para instalação de cabos, acessórios e equipamentos das prestações de serviços de telecomunicação, mediante pagamento mensal, atendendo ao contido no Art. 73 da Lei nº 9.472/97 (Lei Geral das Telecomunicações), na Resolução Conjunta Aneel/Anatel/ANP nº 001/99, e na Resolução Aneel nº 581/02. Objetiva, também, a redução dos custos de implantação de infraestrutura para os agentes dos setores elétrico e de telecomunicações, a otimização do uso dos postes e a obtenção de margem que contribua para tarifas mais competitivas (reverte para modicidade da tarifa de energia elétrica).
- b) A UEG Araucária firmou novo “Contrato de Locação e Outras Avenças” em 28.12.2012, com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, sócia não controladora, para locação da planta da Usina, pelo prazo de um ano, findo em 31.12.2013, podendo ser prorrogado por mais um ano, com cláusulas que preveem a possibilidade de rescisão antecipada, pela Sociedade, caso esta participe de leilões de energia promovidos pela Aneel. Esse contrato prevê a utilização, pela Petrobras, do complexo da Usina para geração de energia às suas expensas, cabendo à UEG Araucária receita de aluguel composta por parcelas fixa e variável definidas contratualmente.

35 Instrumentos Financeiros

35.1 Categoria e valor justo de instrumentos financeiros

Consolidado	NE nº	31.12.2012		31.12.2011	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros					
Mantidos para negociação					
Caixa e bancos conta movimento (a)	4	94.189	94.189	35.081	35.081
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras (a)	4	1.388.948	1.388.948	1.014.044	1.014.044
Títulos e valores mobiliários (b)	5	183.014	183.014	60.021	60.021
Títulos e valores mobiliários - derivativos (i)	5	-	-	1	1
		1.666.151	1.666.151	1.109.147	1.109.147
Empréstimos e recebíveis					
Caução STN (c)	6	43.246	42.627	37.553	29.413
Cauções e depósitos vinculados (a)	6	36.812	36.812	2.668	2.668
Clientes (a)	7	1.515.344	1.515.344	1.400.818	1.400.818
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná (d)	8	1.384.284	1.633.076	1.346.460	1.434.565
Contas a receber vinculadas à concessão (e)	9	306.849	306.849	1.091.897	1.091.897
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão (f)	10	913.673	960.436	-	-
		4.200.208	4.495.144	3.879.396	3.959.361
Disponível para venda					
Contas a receber vinculadas à concessão (e)	9	2.383.262	2.383.262	2.225.203	2.225.203
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão (g)	10	160.217	160.217	-	-
Títulos e valores mobiliários (b)	5	568.822	568.822	567.429	567.429
Outros investimentos (h)	16	18.127	18.127	17.721	17.721
		3.130.428	3.130.428	2.810.353	2.810.353
Mantidos até o vencimento					
Títulos e valores mobiliários (b)	5	12.180	12.180	17.157	17.157
		12.180	12.180	17.157	17.157
Total dos ativos financeiros		9.008.967	9.303.903	7.816.053	7.896.018
Passivos Financeiros					
Valor justo por meio do resultado					
Mantido para negociação					
Outras obrigações - derivativos (i)		40	40	39	39
		40	40	39	39
Outros passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos (j)	21	2.250.878	2.233.244	2.174.472	2.129.257
Debêntures (k)	22	1.010.677	1.010.677	-	-
Contas a pagar vinculadas à concessão - UBP (l)	26	447.557	554.408	415.098	524.484
Fornecedores (m)	20	1.237.355	1.237.355	855.915	855.915
		4.946.467	5.035.684	3.445.485	3.509.656
Total dos passivos financeiros		4.946.507	5.035.724	3.445.524	3.509.695

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado para instrumentos financeiros com mercado ativo. Quanto aos instrumentos financeiros para os quais não existe cotação disponível no mercado, os valores justos são apurados pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados.

- Ativos financeiros que têm valores justos, equivalentes aos seus respectivos valores contábeis, em razão de sua natureza e prazos de realização.
- O valor justo dos Títulos e valores mobiliários foi calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros para cada respectivo título e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.

- c) O valor justo da Caução - STN foi calculado considerando como premissa básica o custo da última captação realizada pela Companhia, da variação do CDI mais 0,99% a.a.
- d) Para o valor justo do Repasse CRC, ao Governo do Estado do Paraná, foi utilizada como premissa a comparação com um título do Tesouro Nacional, de longo prazo e pós-fixado (NTN-B), o qual é remunerado aproximadamente em 3,54 % a.a. mais IPCA.
- e) As Contas a receber vinculadas à concessão têm sua composição detalhada na NE nº 9, incluindo: i) quadro demonstrativo reconciliando os saldos iniciais com os saldos finais, com a demonstração separada das adições, baixas, transferências, perdas, variação monetária e ajuste ao valor justo; ii) critérios para apuração e mensuração; e iii) premissas adotadas pela Administração para atualização do valor indenizável.
- f) As contas a receber vinculadas à prorrogação de concessão, relativo aos ativos que entraram em operação após maio de 2000, o fluxo de entradas de caixa esperado foi descontado à taxa Selic, melhor taxa de curto prazo disponível para comparação na apuração do seu valor de mercado.
- g) As contas a receber vinculadas à prorrogação de concessão, relativo aos ativos existentes em 31.05.2000, dadas as indefinições de valores, prazos de recebimento e taxas, a Administração optou por considerar o valor justo equivalente ao valor contábil..
- h) Os Outros investimentos têm valor justo de R\$ 18.127. O valor justo do investimento na Investco S.A., de R\$ 9.282, foi mensurado aplicando o percentual de participação sobre o seu patrimônio líquido. O valor justo dos investimentos em Finam e Finor, de R\$ 1.635, foi atualizado com base no preço médio negociado no pregão da BMF&Bovespa em dezembro 2012 e 2011. Os investimentos em empresas com ações cotadas em bolsa de valores, tiveram seu valor justo de R\$ 7.203 mensurado com base no valor dessas ações em 28.12.2012. Os demais investimentos foram mantidos a custo histórico, em razão da impossibilidade de seus valores justos serem mensurados confiavelmente.
- i) O ativo financeiro derivativo compõe a conta de Títulos e valores mobiliários e o passivo financeiro derivativo refere-se a ajuste DI Futuro, que compõe a conta Outras obrigações. O ativo e o passivo financeiro derivativos têm seus valores justos calculados de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros.
- j) Empréstimos e financiamentos têm valor justo considerando como premissa básica o custo da última captação realizada pela Companhia, da variação do CDI mais 0,99% a.a.
- k) O valor justo das debêntures foi calculado conforme cotação do Preço Unitário - PU em 31.12.2012, obtido junto à Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro - Anbima, líquido do custo financeiro de R\$ 2.042;
- l) Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público têm valor justo considerando como premissa para o cálculo a taxa de remuneração referente ao último empreendimento licitado pela Aneel, vencido pela Companhia.

- m) Passivos financeiros que têm valores justos equivalentes a seus respectivos valores contábeis, em razão de sua natureza e prazos de liquidação.

35.2 Nível de classificação para apuração do valor justo

Os instrumentos financeiros foram classificados conforme os 3 níveis de hierarquia do valor justo.

Consolidado					31.12.2011			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros								
Títulos e valores mobiliários	404.784	347.052	-	751.836	432.342	195.109	-	627.451
Contas a receber vinculadas à concessão	-	-	2.383.262	2.383.262	-	-	2.225.203	2.225.203
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão	-	-	160.217	160.217	-	-	-	-
Outros investimentos	18.127	-	-	18.127	17.721	-	-	17.721
Passivos Financeiros								
Outras obrigações - derivativos	40	-	-	40	39	-	-	39

Os diferentes níveis foram definidos conforme a seguir:

Nível 1: obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos

Nível 2: obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo

Nível 3: obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado

35.3 Resumo dos títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.

Consolidado								
Valor justo							Valor contábil líquido	
Descrição	Taxa a.a.	Data de emissão	Vencimento	Tipo	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
LFT	SELIC	14.07.2009	07.03.2012	Custo amortizado	-	5.919	-	5.920
LF Caixa	CDI	03.11.2011	07.11.2013	Custo amortizado	5.540	5.089	5.540	5.089
LF Caixa	CDI	07.11.2011	08.11.2013	Custo amortizado	6.640	6.101	6.640	6.100

35.4 Fatores de Risco

A Companhia mantém mecanismos que buscam a gestão de riscos nas áreas corporativas e nas suas subsidiárias. Os riscos são classificados como críticos, altos, moderados, baixos ou mínimos, de acordo com sua exposição final, a qual leva em consideração os impactos financeiro, operacional e de imagem, além da frequência de ocorrência do risco.

Os principais fatores de riscos inerentes às atividades da Companhia são identificados e dimensionados quanto aos possíveis impactos negativos, de alcance de seus objetivos estratégicos, de processos e de projetos.

35.4.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contra-parte em um instrumento financeiro, resultantes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentado a seguir:

Consolidado		Valor contábil
	31.12.2012	31.12.2011
Ativos Financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (a)	1.483.137	1.049.125
Títulos e valores mobiliários (a)	764.016	644.608
Cauções e depósitos vinculados (a)	80.058	40.221
Clientes (b)	1.515.344	1.400.818
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná (c)	1.384.284	1.346.460
Contas a receber vinculadas à concessão (d)	2.690.111	3.317.100
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão	1.073.890	-
Total	8.990.840	7.798.332

a) Caixa, equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados

A Companhia administra o risco de crédito sobre seus ativos contabilizados como Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, considerando a política do Grupo em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.

b) Clientes

Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes, consumidores, concessionárias e permissionárias. Tal risco está intimamente relacionado a fatores internos e externos à Copel. Para reduzir esse tipo de risco a Companhia atua na gerência das contas a receber, detectando as classes de consumidores com maior possibilidade de inadimplência, suspendendo o fornecimento de energia e implementando políticas específicas de cobrança, atreladas a garantias reais ou fidejussórias, sempre que possível.

Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas na sua realização.

c) Repasse CRC ao Governo Estado do Paraná

A Administração considera o risco de crédito sobre a CRC reduzido, visto que as amortizações são garantidas com recursos oriundos de dividendos, sendo que o Governo do Estado vem cumprindo o pagamento das parcelas renegociadas conforme estabelecido no quarto termo aditivo.

d) Contas a receber vinculadas à concessão

Referem-se a indenizações previstas nos contratos de concessão de serviços públicos de distribuição e transmissão de energia elétrica e a créditos a receber relacionados aos contratos de concessão da atividade de transmissão a ser realizado por meio da Receita Anual Permitida - RAP.

A Administração considera bastante reduzido o risco de crédito sobre tais ativos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente aos investimentos efetuados em infraestrutura e que não foram recuperados por meio da tarifa até o vencimento da concessão, especificamente a atividade de transmissão, tendo em vista que a RAP é uma receita garantida, portanto sem risco de demanda.

e) Contas a receber vinculadas à prorrogação de concessão

e.1) Para o valor de R\$ 913.673, relativo a indenização homologada para os ativos que entraram em operação após maio de 2000, a Administração considera reduzido o risco de crédito uma vez que as regras de sua realização e remuneração já foram estabelecidos pelo Poder Concedente.

e.2) Para os ativos existentes em 31.05.2000 no valor de R\$ 160.217, apesar do Poder Concedente ainda não ter divulgado o regulamento sobre a forma de remuneração e o pagamento da indenização e que ajustes podem ocorrer nos investimentos realizados, quando da homologação pelo regulador e Poder Concedente, a avaliação da Administração considerou as regras regulatórias existentes na sua valorização em 31.12.2012.

35.4.2 Risco de moeda estrangeira - dólar norte-americano

	Ativo	Passivo	Exposição líquida
			31.12.2012
Caução STN	43.245	-	43.245
Empréstimos e financiamentos	-	(59.351)	(59.351)
Fornecedores			
Eletrobrás (Itaipu)	-	(106.806)	(106.806)
Petrobras (aquisição de gás pela Compagas)	-	(43.681)	(43.681)
	43.245	(209.838)	(166.593)

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de flutuações nas taxas de câmbio que reduzam saldos ativos ou aumentem saldos passivos em moeda estrangeira.

A dívida em moeda estrangeira da Companhia não é significativa e não existe exposição a operações com derivativos de câmbio. A Companhia mantém monitoramento das taxas cambiais.

O efeito da variação cambial decorrente do contrato de compra de energia da Eletrobras (Itaipu) é repassado no próximo reajuste tarifário da Copel Distribuição.

A variação cambial decorrente da compra de gás da Petrobras pela Compagas impacta diretamente no resultado da Companhia. A Compagas mantém negociação com seus consumidores, objetivando, na medida do possível, o repasse desses custos.

Análise de sensibilidade

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto da desvalorização cambial do Dólar Norte-Americano sobre seus empréstimos e financiamentos expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 31.12.2012, e para o cenário provável, considerou-se os saldos com a variação da taxa de câmbio – fim de período (R\$/US\$ 2,09), prevista na mediana das expectativas de mercado para 2013, do Relatório Focus do Bacen de 28.12.2012. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

Risco de moeda estrangeira	Risco	Base 31.12.2012	Cenários projetados - dez.2013		
			Provável	Adverso	Remoto
Ativos financeiros					
Caução STN	Baixa do dólar	43.246	983	12.040	23.098
		43.246	983	12.040	23.098
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos					
STN	Alta do dólar	59.340	1.350	16.523	31.695
Eletrobrás	Alta do dólar	11	-	3	6
		59.351	1.350	16.526	31.701
Fornecedores					
Eletrobrás (Itaipu)	Alta do dólar	106.806	2.430	29.739	57.049
Petrobras (aquisição de gás pela Compagas)	Alta do dólar	43.681	994	12.163	23.331
		150.487	3.424	41.902	80.380
Feito esperado no resultado			(3.791)	(46.388)	(88.983)

Além da análise de sensibilidade, exigida pela Instrução CVM nº475/08, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros, considerando os possíveis efeitos no resultado e no patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Com base na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2012, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

35.4.3 Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, exceto para os fundos de investimentos exclusivos (35.4.9), mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

A exposição ao risco de taxa de juros e variações monetárias está demonstrada a seguir:

	Ativo	Passivo	Exposição líquida
			31.12.2012
Aplicações financeiras - Equivalentes de caixa	1.388.948	-	1.388.948
Títulos e valores mobiliários	764.016	-	764.016
Cauções e depósitos vinculados	36.812	-	36.812
Repasse CRC - Governo do Estado do Paraná	1.384.284	-	1.384.284
Contas a receber vinculadas à concessão	2.690.111	-	2.690.111
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão	1.073.890	-	1.073.890
Empréstimos e financiamentos	-	(2.191.527)	(2.191.527)
Debêntures		(1.010.677)	(1.010.677)
	7.338.061	(3.202.204)	4.135.857

Análise de sensibilidade

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade, com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 31.12.2012 e para o cenário provável, considerou-se os saldos com a variação dos indicadores (CDI/Selic – 7,25%, IGP-DI – 5,34%, IGP-M – 5,31% e TJLP – 5,50%), previstos na mediana das expectativas de mercado para 2013, do Relatório Focus do Bacen de 28.12.2012. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base	Cenários projetados - dez.2013		
		31.12.2012	Provável	Adverso	Remoto
Ativos financeiros					
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras	Baixa CDI/SELIC	1.388.948	99.447	74.586	49.725
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/SELIC	764.016	54.704	41.028	27.351
Cauções e depósitos vinculados	Baixa CDI/SELIC	36.812	2.635	1.977	1.318
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	Baixa IGP-DI	1.384.284	73.922	55.442	36.961
Contas a receber vinculadas à concessão	Baixa IGP-M	2.690.111	142.846	107.135	71.423
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão - RBN	Baixa IPCA	913.672	49.978	37.484	24.989
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão	Indefinido ⁽¹⁾	160.218	-	-	-
		7.338.061	423.532	317.652	211.767
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos					
Banco do Brasil	Alta CDI	1.541.859	111.785	139.731	167.677
Eletrobrás - Finel	Alta IGP-M	119.039	1.264	1.580	1.896
Eletrobrás - RGR	Sem Risco ⁽²⁾	114.006	-	-	-
Finep	Alta TJLP	29.525	1.476	1.845	2.214
BNDES - Copel Geração e Transmissão	Alta TJLP	214.855	10.743	13.428	16.114
Banco do Brasil - Repasse de recursos do BNDES	Alta TJLP	172.243	8.612	10.765	12.918
Debêntures	Alta CDI	1.010.677	73.274	91.593	109.911
		3.202.204	207.154	258.942	310.730
Efeito esperado no resultado			216.378	58.710	(98.963)

⁽¹⁾ Avaliação do risco ainda carece de regulamentação por parte do Poder Concedente.

⁽²⁾ Empréstimo indexado à Ufir.

Além da análise de sensibilidade, exigida pela Instrução CVM nº475/08, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados por sua Administração na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2012, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

35.4.4 Risco de vencimento antecipado

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia, as quais, em geral, requerem manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros), os quais são calculados e analisados periodicamente visando à manutenção dos parâmetros estipulados nos

contratos.

Em 31.12.2012 todas as condições foram analisadas, indicando pleno atendimento dos parâmetros previstos nos contratos.

35.4.5 Riscos ambientais

As atividades do setor de energia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que, direta ou indiretamente, causar degradação ambiental, o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa. Os custos de recuperação do meio ambiente e de indenizações ambientais podem obrigar a Copel a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas, mas a Companhia procura assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas a serem observadas nas operações, a fim de reduzir o impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável de seu negócio.

35.4.6 Risco quanto à escassez de energia

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas, dado que a matriz energética brasileira está baseada em fontes hidrelétricas de geração, que dependem do volume de água em seus reservatórios.

Um período prolongado de escassez de chuvas pode reduzir o volume de água em estoque nestes reservatórios, podendo impactar em perdas em razão da redução de receitas quando da eventual adoção de racionamento energético.

Segundo o Plano Anual da Operação Energética - PEN 2012, divulgado anualmente no site www.ons.org.br, as condições de atendimento à carga são satisfatórias no horizonte 2013/2016, e considerando ainda que existem sobras de garantia física no SIN nesse período, foi realizada avaliação de sensibilidade com relação ao crescimento do mercado sob o aspecto estrutural, podendo-se concluir que a expansão prevista até 2016, mantidos os cronogramas programados neste PEN 2012, é capaz de suportar um crescimento médio anual da carga de até 6,1 % a.a., atingindo 77 GWmed em 2016, contra os 4,6% a.a. do Cenário de Referência, cerca de 72 GWmed no mesmo ano, o que significa que mesmo com uma antecipação de pouco mais de um ano no crescimento da carga, a partir de 2014, ainda seria possível manter as condições de atendimento ao mercado dentro do critério de garantia postulado pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE (riscos de déficit não superior a 5%).

35.4.7 Risco de não renovação das concessões

A Companhia detém concessões para exploração dos serviços de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, cuja expectativa da Administração de que as condições de prorrogação apresentadas pelo MME que representa o Poder Concedente, era de que fossem adequadas de forma a viabilizar a continuidade dos negócios dentro dos padrões exigidos pela Aneel.

A Copel Geração e Transmissão, após conhecimento das condições de renovação procedeu as análises possíveis. Frente a precariedade de informações disponibilizadas pelo Poder Concedente e de posse das avaliações obtidas, concluiu pela não viabilidade da renovação das concessões de geração de suas quatro usinas vincendas entre 2014 e 2015: Rio dos Patos com 1,8 MW de capacidade instalada, Usina Governador Pedro Viriato Parigot de Souza com 260,0 MW, Mourão com 8,2 MW e Chopim com 1,8 MW. Essa decisão visa preservar os atuais níveis de rentabilidade da Empresa.

Para as concessões de Transmissão, foram mantidas as condições para a realização dos investimentos decorrentes de contingências, modernizações, atualizações e reformas de estruturas e equipamentos que se efetivarão desde que haja reconhecimento pela Aneel e sua autorização. A garantia de ressarcimento se dá conforme a REN 158 de 23.05.2008, não causando perdas financeiras ao concessionário.

A Copel Geração e Transmissão, após conhecimento das condições de renovação procedeu as análises e avaliações optando pela renovação por mais 30 anos, e desta forma, contribui com a redução nas tarifas e com a modicidade tarifária e preserva os atuais níveis de rentabilidade da empresa.

Conforme a Lei, as concessões de distribuição poderão ser prorrogadas por mais 30 anos. A prorrogação é facultada ao concessionário e sua adesão depende da aceitação expressa das seguintes condições: i) receita fixada conforme critérios estabelecidos pela Aneel; e ii) submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela Aneel.

O pedido de prorrogação das concessão de distribuição da Copel Distribuição foi encaminhado para Aneel em 31.05.2012, e ratificado nos termos da MP 579, em 11.10.2012. Para cumprimento das próximas etapas previstas, a Companhia seguirá o calendário de eventos definido pelo Poder Concedente.

Contratos de concessão com datas de vencimento

	Data de vencimento das concessões/autorizações
Concessões - Copel Geração e Transmissão	
Hidrelétricas	
Contrato de Concessão de Geração nº 045/1999	
Governador Bento Munhoz da Rocha Netto (Foz do Areia)	23.05.2023
Governador Ney Aminthas de Barros Braga (Segredo)	15.11.2029
Governador José Richa (Caxias)	04.05.2030
Governador Pedro Viriato Parigot de Souza (a) (b)	07.07.2015
Guaricana	16.08.2026
Chaminé	16.08.2026
Apucarantina	12.10.2025
Mourão (a) (b)	07.07.2015
Derivação do Rio Jordão	15.11.2029
Marumbi (c)	-
São Jorge	03.12.2024
Chopim I (a) (b)	07.07.2015
Rio dos Patos (a) (b)	14.02.2014
Cavernoso	07.01.2031
Melissa (d)	-
Salto do Vau (d)	-
Pitangui (d)	-
Contrato de Concessão de Geração nº 001/2007 - Mauá - 51% da Copel	02.07.2042
Contrato de Concessão de Geração nº 001/2011 - Colíder (e)	16.01.2046
Autorização - Cavernoso II (e)	27.02.2046
Termelétricas	
Contrato de Concessão de Geração nº 045/1999 - Figueira	26.03.2019
Autorização - UEG Araucária	22.12.2029
Eólica	
Autorização - Palmas	28.09.2029
Linhas de Transmissão e Subestações	
Contrato nº 060/01 - Instalações de transmissão (f)	05.12.2042
Contrato nº 075/01 - Linha de transmissão Bateias - Jaguariaíva	16.08.2031
Contrato nº 006/08 - Linha de transmissão Bateias - Pilarzinho	16.03.2038
Contrato nº 027/09 - Linha de transmissão Foz do Iguaçu - Cascavel Oeste	18.11.2039
Contrato nº 010/10 - Linha de transmissão Araraquara 2 - Taubaté (e)	05.10.2040
Contrato nº 015/10 - Subestação Cerquilha III (e)	05.10.2040
Contrato nº 001/12 - Linha de transmissão Cascavel Oeste - Umuarama - 51% Copel GeT (e)	11.01.2042
Contrato nº 004/12 - Linha de transmissão Nova Santa Rita - Camaquã 3 - 20% Copel GeT (e)	09.05.2042
Contrato nº 007/12 - Linha de transmissão Umuarama - Guaira - 49% Copel GeT (e)	09.05.2042
Contrato nº 008/12 - Linha de transmissão Curitiba - Curitiba Leste - 80% Copel GeT (e)	09.05.2042
Contrato nº 011/12 - Linha de transmissão Açailândia - Miranda II - 49% Copel GeT (e)	09.05.2042
Contrato nº 012/12 - Linha de transmissão Paranaíba - Ribeirãozinho - 49% Copel GeT (e)	09.05.2042
Contrato nº 013/12 - Linha de transmissão Ribeirãozinho - Marimbondo II - 49% Copel GeT (e)	09.05.2042
Contrato nº 022/12 - Linha de transmissão - Foz do Chopim - Salto Osorio C2 (e)	26.08.2042
(a) Usina não renovada nos termos da MP nº 579/2012 - prerrogativa da Concessionária	
(b) Haverá licitação do empreendimento ao término da concessão	
(c) Em processo de homologação na Aneel	
(d) Nas usinas com capacidade inferior a 1 MW, efetua-se apenas registro na Aneel	
(e) Empreendimento em construção	
(f) Concessão renovada nos termos da MP nº 579/2012	

	Data de vencimento das concessões/autorizações
Concessão - Copel Distribuição	
Contrato nº 046/99 - Instalações de Distribuição (a) (b)	07.07.2015
Concessão - Elejor	
Contrato nº 125/2001 - UHE Fundão e Santa Clara	24.10.2036
Autorização - Elejor	
PCH Fundão I e PCH Santa Clara I	18.12.2032
Concessão - Dona Francisca Energética	
Contrato nº 188/1998 - UHE Dona Francisca	27.08.2033
Concessão - Compagas	06.07.2024

(a) Encaminhado em 31.05.2012 requerimento solicitando prorrogação da concessão

(b) Encaminhado em 11.10.2012 ratificação ao requerimento de prorrogação conforme MP nº 579/2012

Quanto à eventual indenização ao final da concessão, existe a incerteza sobre a forma de mensuração do valor a ser pago quando da reversão dos bens ao Poder Concedente.

35.4.8 Risco quanto à escassez de gás

Risco decorrente de eventual período de escassez no fornecimento de gás natural para atender às atividades relacionadas à distribuição de gás e geração de energia termelétrica.

Um período prolongado de escassez de gás poderia impactar em perdas em razão da redução de receitas das controladas Compagas e UEG Araucária.

35.4.9 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia opera instrumentos financeiros derivativos com o objetivo exclusivo de se proteger frente à volatilidade das exposições às oscilações nas taxas de juros.

		Consolidado
Instrumentos financeiros derivativos	31.12.2012	31.12.2011
Futuro DI Ajuste Diários - ativo	-	1
Futuro DI Ajuste Diários - passivo	(40)	(39)
Parcela circulante	(40)	(38)

Com o objetivo de se proteger frente à volatilidade das exposições ativas (taxas de juros em DI) decorrentes de títulos e valores mobiliários, a Companhia contratou operações de DI futuro, negociadas na BM&FBOVESPA e registradas na Cetip S.A. Mercados Organizados - Cetip, cujos saldos de face apresentam os seguintes montantes e condições:

Durante o período de 2012, o resultado das operações com instrumentos financeiros derivativos no mercado de futuros foi uma perda de R\$ 5.884 (perda de R\$ 2.726 em 2011).

Os contratos são ajustados diariamente, conforme ajustes do DI Futuro divulgados pela BM&FBOVESPA. Os valores de referência (nacionais) desses contratos em aberto em 31.12.2012 correspondem a R\$ 192.900 (R\$ 88.135 em 31.12.2011).

Em 31.12.2012, parte dos títulos públicos federais no montante de R\$ 9.560 (R\$ 5.930 em 31.12.2011), estava depositada como garantia de operações realizadas na BM&FBOVESPA.

De modo a mensurar os efeitos das flutuações dos índices e das taxas atreladas às operações com derivativos, elaboramos a seguir o quadro de análise de sensibilidade, nos termos determinados pela instrução CVM nº 475/08, incluindo um cenário considerado provável pela Administração, uma situação considerada adversa de, pelo menos, 25% de deterioração nas variáveis utilizadas e uma situação considerada remota, com deterioração de, pelo menos, 50% nas variáveis de risco. Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes em 31.12.2012 e, para o cenário provável os saldos com a variação da taxa de referencia BM&FBOVESPA para LTN com vencimento em 1º.01.2014.

Risco de derivativos	Risco	Base 31.12.2012	Cenários projetados - dez.2013		
			Provável	Adverso	Remoto
Ativos (passivos) financeiros					
Derivativos - passivos	Baixa do DI	(40)	(1.068)	(4.565)	(8.061)
		(40)	(1.068)	(4.565)	(8.061)
Efeito esperado no resultado			(1.028)	(4.525)	(8.021)

35.5 Gerenciamento de capital

A Companhia busca sempre conservar uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

A estrutura de capital do Grupo é formada:

- a) pelo Endividamento Líquido, definido como o total de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures, líquidos de Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e Valores Mobiliários de curto prazo; e
- b) pelo Capital Próprio, definido como o Patrimônio Líquido.

Endividamento	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Empréstimos e financiamentos	999.827	1.009.924	2.250.878	2.174.472
Debêntures	-	-	1.010.677	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa	29.464	27.757	1.483.137	1.049.125
(-) Títulos e valores mobiliários	176	165	635.501	582.019
Dívida líquida	970.187	982.002	1.142.917	543.328
Patrimônio líquido	12.232.992	11.826.694	12.497.498	12.069.528
Endividamento do patrimônio líquido	0,08	0,08	0,09	0,05

35.6 Linhas de financiamentos

A Copel não opera com linhas de financiamentos como: Conta garantida não assegurada; Letras de câmbio não asseguradas; Conta garantida assegurada; e Linhas de crédito bancário asseguradas.

35.7 Tabela de liquidez e juros

As tabelas abaixo demonstram valores esperados de liquidação em cada faixa de tempo, as projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para o ano seguinte. A partir de 2014, repetem-se os indicadores de 2013 até o horizonte da projeção, exceto o dólar, que acompanha a inflação americana.

Ativo		Consolidado					
	Juros ⁽¹⁾	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
31.12.2012							
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.483.137	-	-	-	-	1.483.137
Cientes	0,82%	43.067	9.545	27.196	26.929	242	106.979
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	6,65% a.a. + IGP-DI	13.590	27.180	122.309	741.098	1.816.788	2.720.965
Títulos e valores mobiliários e Fundos exclusivos	99,9% do CDI	418.397	6.475	55.263	228.648	99.768	808.551
Cauções e depósitos vinculados	TR e Dólar ⁽³⁾	-	-	-	-	111.120	111.120
Contas a receber vinculadas à concessão	NE nº 9	16.894	33.813	155.717	3.124.323	2.606.367	5.937.114
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão - RBNI	NE nº 10	44.775	76.713	317.723	608.838	-	1.048.049
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão	NE nº 10	-	-	-	-	160.218	160.218
		2.019.860	153.726	678.208	4.729.836	4.794.503	12.376.133
31.12.2011							
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.049.125	-	-	-	-	1.049.125
Derivativos	DI Futuro	1	-	-	-	-	1
Cientes	0,75%	33.536	9.400	28.577	40.847	417	112.777
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	6,65% a.a. + IGP-DI	12.572	25.144	113.148	685.922	1.965.058	2.801.844
Títulos e valores mobiliários e Fundos exclusivos	99,9% do CDI	2.645	11.580	106.718	110.318	-	231.261
Cauções e depósitos vinculados	TR e Dólar ⁽³⁾	-	-	-	-	100.387	100.387
Contas a receber vinculadas à concessão	WACC+Tx retorno ⁽²⁾	35.689	72.430	305.980	5.383.147	1.948.720	7.745.966
		1.133.568	118.554	554.423	6.220.234	4.014.582	12.041.361

⁽¹⁾ Taxa de juros efetiva - média ponderada

⁽²⁾ WACC regulatório + Taxa de retorno do empreendimento

⁽³⁾ Moeda nacional: TR; Moeda estrangeira: vide NE nº 20

Passivo							Consolidado
	Juros ⁽¹⁾	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
31.12.2012							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 21	17.022	50.158	289.708	1.977.774	515.760	2.850.422
Debêntures	NE nº 22	-	-	78.618	1.284.897	-	1.363.515
Derivativos	DI Futuro	40	-	-	-	-	40
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	Tx. Retorno + IGP-M e IPCA	4.040	8.080	36.858	225.955	2.043.351	2.318.284
Eletrobrás - Itaipu	Dólar	-	92.864	417.886	2.677.260	4.777.443	7.965.453
Petrobras - Compagas	100% do CDI	4.892	9.874	45.969	65.690	-	126.425
Outros fornecedores	-	756.890	152.854	875	35.126	-	945.745
Benefícios pós emprego	7,46%	28.945	57.891	260.509	1.523.133	9.097.947	10.968.425
Obrigações de compra	IGP-M e IPCA	-	452.633	2.188.186	8.865.291	46.201.543	57.707.653
		811.829	824.354	3.318.609	16.655.126	62.636.044	84.245.962
31.12.2011							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 21	15.895	55.795	143.838	2.312.045	524.717	3.052.290
Derivativos	DI Futuro	39	-	-	-	-	39
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	Tx. Retorno + IGP-M e IPCA	3.741	7.481	34.129	207.996	2.040.876	2.294.223
Eletrobrás - Itaipu	Dólar	-	164.062	350.491	2.426.301	6.338.176	9.279.030
Petrobras - Compagas	100% do CDI	4.499	9.117	42.928	131.262	-	187.806
Outros fornecedores	-	555.708	116.041	44.494	140.059	-	856.302
Benefícios pós emprego	7,30%	28.485	56.969	256.361	1.281.669	2.109.550	3.733.034
Obrigações de compra	IGP-M e IPCA	-	994.393	2.646.662	11.395.780	50.070.240	65.107.075
		608.367	1.403.858	3.518.903	17.895.112	61.083.559	84.509.799

⁽¹⁾ Taxa de juros efetiva - média ponderada

35.8 Garantias

As principais garantias constituídas para manutenção dos negócios e investimentos estão aplicadas em títulos e valores mobiliários:

Garantias	Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011
Garantias para leilões da Aneel	21.427	34.011
Garantia para Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	71.234	27.553
Garantia de financiamentos para construção de Usinas Hidrelétricas - UHEs e Linhas de Transmissão - LTs	32.144	18.764
Garantia para atendimento do art. 17 da lei nº 11.428 e eventual autorização do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, pelo Consórcio Energético Cruzeiro do Sul	31.290	-
Total	156.095	80.328

36 Transações com Partes Relacionadas

As principais transações entre a Controladora e suas coligadas e controladas estão demonstradas na NE nº 15 - Créditos com Partes Relacionadas e na NE nº 16 - Investimentos.

A Controladora concedeu, em 2002, avais a sua coligada Dona Francisca Energética S.A. para empréstimos tomados por esta com o BNDES (aval solidário) e ao Bradesco (aval solidário). Em 31.12.2012, os saldos devedores atualizados montavam a R\$ 15.249 e R\$ 9.001, respectivamente.

Os valores decorrentes de atividades operacionais da Copel Distribuição com as partes relacionadas são faturados de acordo com as tarifas homologadas pela Aneel.

Parte Relacionada / Natureza da operação	Consolidado					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Controlador						
Estado do Paraná						
Dividendos a pagar (a)	-	-	79.539	57.855	-	-
Programa luz fraterna (b)	60.259	38.763	-	-	-	-
Empregados cedidos (c)	1.640	2.062	-	-	-	-
CRC (NE nº 8)	1.384.284	1.346.460	-	-	188.688	148.950
ICMS (NE nº 13.3)	110.096	117.011	209.629	193.960	-	-
Entidades com influência significativa						
BNDDES e BNDESPAR (d)						
Financiamentos (NE nº 21.5)	-	-	214.855	172.285	(2.525)	(313)
Dividendos a pagar (4)	-	-	63.890	46.473	-	-
Petrobras (e)						
Aluguel da usina - UEG Araucária (NE nº 34.2.b)	11.894	2.730	-	-	95.253	32.804
Fornecimento e transporte de gás (f)	293	283	-	-	18.494	5.742
Aquisição de gás para revenda (f)	-	-	43.681	40.698	(247.673)	(186.833)
Adiantamento a fornecedores da Compagas (g)	12.666	11.982	-	-	-	-
Dividendos a pagar pela Compagas	-	-	1.208	1.887	-	-
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. (h)	-	-	1.208	1.887	-	-
Paineira Participações S.A. (i)	-	-	1.179	1.110	-	-
Coligadas						
Dona Francisca Energética S.A.						
Compra de energia elétrica (j)	-	-	6.045	5.600	(67.354)	(63.045)
Dividendos a receber pela Copel	78	2.303	-	-	-	-
Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar						
Dividendos a receber pela Dominó Holdings	9.477	15.603	-	-	-	-
Foz do Chopim Energética Ltda. (k)	135	131	-	-	1.602	1.390
Sercomtel S.A. Telecomunicações (l)	179	169	-	-	2.142	2.031
Pessoal chave da administração						
Honorários e encargos sociais (NE nº 31.3)	-	-	-	-	(15.408)	(11.527)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 23)	-	-	-	-	(808)	(496)
Outras partes relacionadas						
Fundação Copel						
Aluguel de imóveis administrativos	-	-	-	-	(10.694)	(9.073)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 23)	-	-	528.242	468.875	-	-
Lactec (m)	18.742	15.400	303	371	(5.896)	(8.086)
Dreen Brasil Investimentos e Participações S.A. (n)	-	-	38	466	(368)	(265)

- a) Ao Governo do Estado do Paraná, foi proposto a título de dividendos do exercício de 2012, o montante de R\$ 79.539. Do total de dividendos propostos, referentes ao exercício de 2011, no montante de R\$ 124.872, foi antecipado durante o ano de 2011 o valor de R\$ 67.017 e a parcela restante quitada em 2012.
- b) O Programa Luz Fraterna, instituído pela Lei Estadual nº 491, de 11.09.2003, permite ao Governo do Estado do Paraná quitar as contas de energia elétrica de famílias paranaenses de baixa renda (devidamente cadastradas) quando o consumo não ultrapassar o limite de 100 kWh no mês. O benefício é válido para ligações elétricas residenciais de padrão monofásico, ligações rurais monofásicas e rurais bifásicas com disjuntor de até 50 ampères. Também é preciso que o titular não tenha outra conta de luz no seu nome e não tenha débitos em atraso com a Copel.

- c) Ressarcimento do valor correspondente à remuneração e encargos sociais de empregados cedidos ao Governo do Estado do Paraná. Para os saldos de 31.12.2012 foi constituída PCLD no valor de R\$ 1.466 (R\$ 1.307 em 31.12.2011).
- d) O BNDES é controlador da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR que detém 23,96% do capital social da Copel (26,41% das ações ordinárias e 21,27% das ações preferenciais). Do total dos dividendos propostos à BNDESPAR, referentes ao exercício de 2012, no montante de R\$ 63.890, foi antecipado em janeiro de 2013 o valor de R\$ 32.736 (R\$ 27.826 líquidos de IRRF). Do total dos dividendos propostos referentes ao exercício de 2011, no montante de R\$ 100.309, foi antecipado durante o ano de 2011 o valor de R\$ 53.836 e a parcela restante quitada em 2012.
- e) A Petrobras detém 20% do capital social da UEG Araucária e 24,5% do capital social da Compagas.
- f) O fornecimento e transporte de gás canalizado e a aquisição de gás para revenda pela Compagas.
- g) O adiantamento a fornecedores da Compagas refere-se ao contrato de aquisição de gás relativo à aquisição de volumes e capacidades de transporte contratados e garantidos, superiores àqueles efetivamente retirados e utilizados, e contém cláusula de compensação futura. A Compagas possui o direito de retirar o gás em meses subsequentes, podendo compensar o volume contratado e não consumido num prazo prescricional de até 10 anos. Decorrente do plano de expansão da Compagas e das perspectivas de aumento de consumo pelo mercado, a Administração da Compagas entende que a compensação do volume de gás acumulado até 31.12.2012 será efetuada nos próximos exercícios.
- h) A Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. detém 24,5% do capital social da Compagas. Os saldos referem-se a dividendos a pagar pela Compagas.
- i) A Paineira Participações S.A. detém 30% do capital social da Elejor. Os saldos referem-se a dividendos a pagar pela Elejor.
- j) Contrato de compra e venda de energia, realizado entre a Dona Francisca Energética e a Copel Geração e Transmissão, com vencimento em 06.10.2015.
- k) Contrato de prestação de serviços de operação e manutenção, realizado entre a Foz do Chopim Energética Ltda. e a Copel Geração e Transmissão, com vencimento em 24.05.2015.
- l) Contrato de compartilhamento de postes, realizado entre a Sercomtel S.A. Telecomunicações e a Copel Distribuição, com vencimento em 20.08.2013.

- m)** O Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento - Lactec foi constituído em 06.02.1997, sob a forma de associação sem fins lucrativos, e tem por objetivo a promoção do desenvolvimento econômico, científico, tecnológico, social e sustentável da preservação e conservação do meio ambiente. Foi qualificado, em 2000, pelo Ministério da Justiça, com base na Lei nº 9.790, como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip, que permite, dentre outros desenvolvimentos, o de parceria com o setor público por meio de dispensa do processo licitatório. Os associados são: Copel, Universidade Federal do Paraná - UFPR, Instituto de Engenharia do Paraná - IEP, Federação das Indústrias do Estado do Paraná - Fiep e Associação Comercial do Paraná - ACP.

O Lactec mantém contratos de prestação de serviços e de pesquisa e desenvolvimento com a Copel Geração e Transmissão e com a Copel Distribuição, submetidos a controle prévio ou a *posteriori*, com anuência da Aneel.

Os saldos do ativo referem-se a Programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento, contabilizados no Circulante, na conta Serviços em curso, na qual devem permanecer até a conclusão do projeto, conforme determinação da Aneel.

- n)** A Dreen Brasil Investimentos e Participações S.A é controladora em conjunto da Cutia Empreendimentos Eólicos SPE S.A. com 50,1% do capital social. Os saldos apresentados referem-se a repasse de despesas com serviços compartilhados, lançado em despesas administrativas no resultado do exercício.

37 Seguros (não auditado)

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir.

Apólice	Término da vigência	Consolidado Importância segurada
Riscos nomeados (37.1)	24.08.2013	1.698.296
Incêndio - imóveis próprios e locados (37.2)	24.08.2013	464.713
Responsabilidade civil - Copel (37.3)	24.08.2013	12.000
Responsabilidade civil - Compagas (37.3)	30.09.2013	4.200
Engenharia - Copel (37.4)	24.08.2013	apólice por averbação
Transporte nacional e internacional - exportação e importação (37.5)	24.08.2013	apólice por averbação
Multirrisco (37.6) - Compagas	17.10.2013	5.053
Multirrisco (37.6) - Elejor	05.06.2013	974
Automóveis (37.7)	20.08.2013	valor de mercado
Riscos diversos (37.8)	24.08.2013	992
Riscos operacionais (37.9) - Elejor	25.09.2013	446.691
Riscos operacionais (37.10) - UEG Araucária *	30.11.2013	551.559
Garantia Judicial - (37.11) - Compagas	03.02.2013	56.938
Garantia de Fiel Cumprimento (37.12) - Copel	14.07.2014	12.500
Garantia de Fiel Cumprimento (37.12) - Copel	15.01.2014	2.200
Garantia de Fiel Cumprimento (37.12) - Copel	1º.04.2013	3.049
Garantia de Fiel Cumprimento (37.12) - Copel	30.07.2015	44.319
Garantia de Fiel Cumprimento (37.12) - Copel	02.05.2013	46.000
Garantia de Fiel Cumprimento (37.12) - Copel	27.12.2014	1.850
Riscos de Engenharia - UHE Mauá - Consórcio Energético Cruzeiro do Sul (37.13)	30.01.2013	741.403
Responsabilidade Civil - UHE Mauá - Consórcio Energético Cruzeiro do Sul (37.14)	30.01.2013	44.000
Riscos Operacionais - UHE Mauá - Consórcio Energético Cruzeiro do Sul (37.15)	23.11.2013	799.290
Responsabilidade Civil para diretores e administradores - D&O (37.16) *	30.06.2013	51.088

* Os valores das importâncias seguradas de Riscos operacionais - UEG Araucária e de Responsabilidade civil para diretores e administradores foram convertidos de dólar para real com a taxa do dia 30.12.2012, R\$ 2,0435.

37.1 Riscos nomeados

Apólice contratada destaca as subestações e usinas, nomeando os principais equipamentos, com respectivos valores segurados. Possui cobertura securitária básica de incêndio, queda de raios, explosão de qualquer natureza e cobertura adicional contra possíveis danos elétricos, riscos diversos, riscos para equipamentos eletrônicos e informática.

37.2 Incêndio

Imóveis próprios e locados – cobertura para os imóveis e parte dos seus conteúdos. Garante o pagamento de indenização ao segurado ou proprietário do imóvel, pelos prejuízos em consequência dos riscos básicos de incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, mais a cobertura adicional de vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo e fumaça.

37.3 Responsabilidade civil

Cobertura às reparações por danos involuntários, corporais e/ou materiais e/ou morais causados a terceiros, em consequência das operações comerciais e/ou industriais da Companhia. Possui também cobertura adicional para prestação de serviços em locais de terceiros e responsabilidade civil de empregador.

37.4 Riscos de engenharia - Copel

Cobertura dos riscos de instalação, montagem, desmontagem e testes em equipamentos novos, principalmente em subestações e usinas. Contratada apólice na modalidade por averbação, conforme a ocorrência e necessidade para cobertura dos riscos na execução de serviços de engenharia.

37.5 Seguro de transporte

Garante cobertura contra as perdas e danos causados às mercadorias durante o transporte, por qualquer meio adequado, em operações no mercado interno ou externo, nas modalidades de transporte nacional e internacional de importação e exportação. Contratada apólice na modalidade por averbação, sendo basicamente utilizada para o seguro de transporte de equipamentos elétricos, eletrônicos e de telecomunicações.

37.6 Multirrisco

Apólice onde são relacionados os bens da Companhia. Visa dar cobertura securitária para possíveis danos causados por incêndio, raio, explosão, danos elétricos, riscos para equipamentos eletrônicos, recomposição de registros e documentos, vendaval, fumaça e roubo ou furto qualificado.

37.7 Seguro de automóveis

Garante as indenizações dos prejuízos sofridos e das despesas incorridas, decorrentes dos riscos cobertos e relativos à frota de 33 veículos segurados da Compagas. Possui cobertura básica para os veículos e cobertura adicional de responsabilidade civil facultativa para os danos materiais, corporais e morais causados a terceiros. As importâncias seguradas para os danos causados a terceiros são de R\$ 150 para danos materiais e R\$ 300 para danos pessoais, para cada veículo.

37.8 Riscos diversos - Copel

Garante cobertura para as perdas e danos materiais, causados aos bens descritos na apólice, por quaisquer acidentes decorrentes de causa externa, incluindo os riscos de transladação.

Nesta modalidade de seguro são incluídos os equipamentos elétricos móveis e/ou estacionários, bem como os equipamentos de informática e eletrônicos, quando em operação nas unidades das empresas ou quando arrendados ou cedidos a terceiros.

37.9 Riscos operacionais - Elejor

Garante cobertura para as avarias, perdas e danos materiais de origem súbita, imprevista e acidental a prédios, mercadorias, matérias-primas, produtos em elaboração e acabados, embalagens, maquinismos, ferramentas, móveis e utensílios, e demais instalações que constituem o estabelecimento segurado, além de lucros cessantes.

37.10 Riscos operacionais – UEG Araucária

Apólice contratada tipo *all risks* (cobertura de todos os riscos legalmente seguráveis), inclusive quebra de máquinas, para todo o complexo da Usina Termelétrica a Gás de Araucária.

37.11 Garantia judicial

Garante a liquidação de sentença transitada em julgado de processos judiciais contra a Compagas. Possui o mesmo respaldo que a caução em processos judiciais, substituindo os depósitos judiciais em dinheiro, a penhora de bens e a fiança bancária.

37.12 Garantia de fiel cumprimento

Garante as obrigações assumidas pela Copel nos contratos de concessões firmados com a Aneel.

O seguro-garantia é destinado às empresas que, na condição de contratadas, estão obrigadas a garantir a seus clientes que os contratos firmados, no que se refere a preços, prazos e demais especificações pactuadas, serão rigorosamente cumpridos. Também os órgãos públicos de administração direta ou indireta, conforme determinam as Leis nºs 8.666/93 e 8.883/94, podem receber apólices de seguro como garantia de seus fornecedores de bens, serviços, executantes de obras e licitantes.

Esta modalidade de seguro tem como objetivo garantir o fiel cumprimento de um contrato. O seguro-garantia não cobre danos e sim responsabilidades, pelo não cumprimento do contrato, sendo uma opção de garantia contratual prevista na legislação brasileira e que substitui a carta de fiança bancária, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública.

37.13 Riscos de engenharia - Consórcio Energético Cruzeiro do Sul

Cobertura básica de obras civis em construção e/ou instalação e montagem mais coberturas acessórias de despesas extraordinárias, tumultos, greve, comoção civil e atos dolosos, manutenção ampla por 24 meses, despesas de desentulho, obras concluídas e riscos do fabricante para a execução de obras e/ou serviços necessários à implantação da Usina Hidrelétrica de Mauá.

37.14 Responsabilidade civil - Consórcio Energético Cruzeiro do Sul

Cobertura às reparações por danos involuntários, corporais e/ou materiais e/ou morais causados a terceiros, durante a execução das obras civis e/ou serviços de montagem e instalação da Usina Hidrelétrica de Mauá. Possui também coberturas acessórias de responsabilidade civil cruzada e danos decorrentes dos serviços de fundações.

37.15 Riscos operacionais - Consórcio Energético Cruzeiro do Sul

Caracteriza-se pela cobertura do tipo "*All Risks*", abrangendo todas as perdas ou danos materiais causados aos bens segurados, exceto os formalmente considerados excluídos em suas condições.

Estão cobertos pela apólice as unidades geradoras, subestação, casa de força, barragem, vertedouro e túnel.

Além das coberturas para danos materiais, destacam-se as coberturas adicionais para salvamento e contenção de sinistros, inundação e alagamento, remoção de entulhos, pequenas obras de engenharia, roubo, greves e tumulto, honorários de peritos e despesas extraordinárias. Não inclui cobertura para lucros cessantes.

37.16 Responsabilidade civil para Diretores e Administradores - D&O

Seguro de responsabilidade civil de sociedades comerciais para conselheiros, diretores e administradores D&O - *Directors & Officers*, com abrangência em todo território nacional e no exterior, contratado pela Companhia.

A finalidade do seguro é a cobertura de pagamento dos prejuízos financeiros, honorários advocatícios e despesas processuais decorrentes de reclamação feita contra os segurados em virtude de atos danosos pelos quais sejam responsabilizados dentro de seus atos regulares de gestão.

Estão cobertos pelo seguro conselheiros, diretores, administradores da Copel e pessoas indicadas pela Copel para ocupar cargos equivalentes nas empresas subsidiárias e controladas.

38 Conta de Compensação da “Parcela A”

Em função da adoção das normas internacionais de contabilidade, a Companhia deixou de contabilizar ativos e passivos regulatórios e reverteu os saldos existentes.

Estes ativos e passivos continuam sendo registrados na contabilidade regulatória, instituída pela Resolução Normativa nº 396 da Aneel.

Na Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA são acompanhadas as variações ocorridas entre os valores homologados, por ocasião dos reajustes tarifários, e os valores efetivamente desembolsados ao longo do período tarifário, dos seguintes componentes de custo da “Parcela A”: Compra de Energia Elétrica (Bilaterais, Itaipu e Leilões), Custo com Transporte de Energia Elétrica (Transporte de Itaipu e Rede Básica) e Encargos Setoriais (Conta de Consumo de Combustíveis - CCC; Conta de Desenvolvimento Energético - CDE; Encargos de Serviços do Sistema - ESS e Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia - Proinfa).

A Aneel autorizou a Copel Distribuição, por meio da Resolução Homologatória nº 1.296, de 19.06.2012, a aplicar em suas tarifas de fornecimento, a partir de 24.06.2012, reajuste médio de -0,81% (negativo), sendo -0,11% (negativo) relativos ao reajuste das tarifas e -0,70% (negativo) relativos aos componentes financeiros pertinentes, dentre os quais, a CVA, representando o total de (R\$ 41.622), sendo composta por duas parcelas: a CVA em processamento, relativa ao ano tarifário 2011-2012, no valor de (R\$ 42.525), e o saldo a compensar da CVA de períodos anteriores no valor de R\$ 903. Depois da retirada do ativo regulatório (CVA) concedido no ano anterior, o efeito desse reajuste foi uma redução média de 0,65% nas tarifas dos consumidores.

Caso os ativos e passivos regulatórios fossem contabilizados, a Companhia teria em suas Demonstrações Financeiras os seguintes saldos:

Composição dos saldos da CVA

Consolidado	Ativo circulante		Ativo não circulante	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
CVA recuperável reajuste tarifário 2011				
CCC	-	6.588	-	-
CDE	-	4.023	-	-
Transporte de energia comprada (Itaipu)	-	1.111	-	-
	-	11.722	-	-
CVA recuperável reajuste tarifário 2012				
CCC	-	75	-	75
Encargos uso sist. transmissão (rede básica)	14.181	18.081	-	18.081
CDE	5.856	3.074	-	3.074
Proinfa	5.565	-	-	-
Transporte de energia comprada (Itaipu)	1.356	1.106	-	1.106
	26.958	22.336	-	22.336
CVA recuperável reajuste tarifário 2013				
CCC	1.626	-	1.626	-
Encargos uso sist. transmissão (rede básica)	22.047	-	22.047	-
ESS	35.860	-	35.860	-
CDE	3.261	-	3.261	-
Proinfa	1.037	-	1.037	-
Transporte de energia comprada (Itaipu)	1.297	-	1.297	-
	65.128	-	65.128	-
	92.086	34.058	65.128	22.336

Consolidado	Passivo circulante		Passivo não circulante	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
CVA compensável reajuste tarifário 2011				
Encargos uso sist. transmissão (rede básica)	-	4.235	-	-
Energia elétrica comprada p/revenda (Itaipu)	-	10.414	-	-
ESS	-	12.896	-	-
Proinfa	-	649	-	-
Energia elétrica comprada p/revenda (CVA Energ)	-	23.828	-	-
	-	52.022	-	-
CVA compensável reajuste tarifário 2012				
CCC	363	-	-	-
Energia elétrica comprada p/revenda (Itaipu)	17.871	17.273	-	17.273
ESS	18.982	16.696	-	16.696
Proinfa	-	166	-	166
Energia elétrica comprada p/revenda (CVA Energ)	9.679	27.350	-	27.350
	46.895	61.485	-	61.485
CVA compensável reajuste tarifário 2013				
Energia elétrica comprada p/revenda (Itaipu)	10.062	-	10.062	-
Energia elétrica comprada p/revenda (CVA Energ)	41.828	-	41.828	-
	51.890	-	51.890	-
	98.785	113.507	51.890	61.485

Mutação da CVA

	Saldo em 1º.01.2012	Diferim.	Amortiz.	Atualiz.	Transf.	Saldo em 31.12.2012
Ativo						
CCC	6.738	2.960	(6.958)	512	-	3.252
Encargos uso sist. transm. (rede básica)	36.162	36.238	(14.787)	662	-	58.275
ESS	-	71.165	-	555	-	71.720
CDE	10.171	12.170	(10.375)	412	-	12.378
Proinfa	-	13.116	(5.804)	327	-	7.639
Transporte de energia comprada (Itaipu)	3.323	3.097	(2.594)	124	-	3.950
	56.394	138.746	(40.518)	2.592	-	157.214
Circulante	34.058	37.743	(40.518)	693	60.110	92.086
Não Circulante - NC	22.336	101.003	-	1.899	(60.110)	65.128
Passivo						
CCC	-	726	(376)	13	-	363
Encargos uso sist. transm. (rede básica)	4.235	-	(4.525)	290	-	-
Energia elétrica comp. p/ revenda (Itaipu)	44.960	22.569	(29.729)	195	-	37.995
ESS	46.288	5.538	(33.447)	603	-	18.982
Proinfa	981	(316)	(695)	30	-	-
Energia elétrica comp. p/ rev. (CVA Energ)	78.528	50.260	(35.390)	(63)	-	93.335
	174.992	78.777	(104.162)	1.068	-	150.675
Circulante	113.507	(5.990)	(104.162)	(369)	95.799	98.785
Não Circulante - NC	61.485	84.767	-	1.437	(95.799)	51.890

39 Eventos Subsequentes

39.1 Novos investimentos

39.1.1 LT 230 KV Assis – Paraguaçu Paulista II

Concessão de transmissão de rede básica do Sistema Interligado Nacional – SIN, tendo como objeto a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão caracterizadas no edital do Leilão Aneel nº 07/2012, realizado em 19.12.2012, linha de transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 37 km, com origem na subestação de Assis e término da subestação de Paraguaçu Paulista II, subestação Paraguaçu Paulista II em 230 kV e respectivas conexões de transformadores, interligações de barramentos e módulo geral 230 kV, localizadas no Estado de São Paulo. O prazo de concessão é de 30 anos, contados a partir de 25.02.2013 data da assinatura do contrato e, a critério exclusivo do Poder Concedente, poderá ser renovado por no máximo igual período.

39.2 Revisão Tarifária Extraordinária da Copel Distribuição

Conforme Resolução Homologatória nº 1.431/13 da Aneel, a partir de 24.01.2013, as tarifas de energia elétrica praticadas pela Copel Distribuição foram reajustadas. A tarifa da concessionária foi reduzida 19,28% em média. Esse percentual refere-se à diminuição do custo com a compra de energia, despesas de transmissão, redução de encargos setoriais e retirada de subsídios da estrutura tarifária que anteriormente eram pagos pelos consumidores por meio de suas tarifas. Os clientes perceberão benefícios parciais de redução na tarifa a partir de 24.01.2013 e completos somente a partir de 25.02.2013.